

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro 2023

Ultrapar Participações S.A

ULTRA 



ultragaz

 **ultracargo**

 **Ipiranga**

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15
3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis	29
4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	30
5 Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado)	32
6 Estoques (Consolidado)	35
7 Tributos a recuperar (Consolidado)	35
8 Partes relacionadas	38
9 Imposto de renda e contribuição social	44
10 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)	48
11 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	49
12 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)	56
13 Imobilizado (Consolidado)	61
14 Intangível (Consolidado)	64
15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção	68
16 Fornecedores (Consolidado)	75
17 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)	76
18 Provisões e passivos contingentes (Consolidado)	80
19 Bônus de subscrição – indenização	84
20 Patrimônio líquido	85
21 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)	91
22 Resultados por natureza	91
23 Resultado na venda de bens (Consolidado)	92
24 Resultado financeiro	92
25 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)	93
26 Informações por segmento	93
27 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)	97
28 Compromissos (Consolidado)	114
29 Aquisição de Participação e Controle	115
30 Operações descontinuadas	122
31 Eventos subsequentes	123
Relatório da Administração	124
Parecer do Conselho Fiscal	141
Relatório anual do comitê de auditoria e riscos	142
Declaração CVM 80	145

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Realização dos Créditos de PIS e COFINS

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.a.2, em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos créditos de PIS e COFINS, que totalizaram R\$2.761.262, podem ser utilizados para compensação com outros tributos federais ou podem ser restituídos pela Receita Federal por meio de pedido de ressarcimento, desde que dentro dos prazos legais.

O registro e a mensuração dos créditos de PIS e COFINS da Controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. envolvem elevado grau de julgamento pela Administração, tendo em vista a complexidade nas interpretações da legislação tributária aplicável, bem como as incertezas que envolvem expectativa de realização dos valores e elevado esforço da Administração para preparar os cálculos usados para mensurar e registrar esses créditos.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas e julgamentos da Administração sobre a perspectiva de sua realização.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos sobre os métodos, premissas e dados utilizados nas projeções que suportam a realização dos créditos tributários; (ii) a análise, os desafios e os testes sobre a metodologia e premissas utilizadas para as projeções que suportam a realização dos créditos, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados projetados e do desempenho histórico, análise retrospectiva de resultados, histórico de compensações e restituições dos impostos, incluindo a avaliação de evidências contraditórias; (iii) indagações à Administração; e (iv) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação descrita anteriormente e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

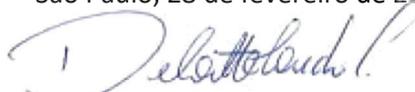
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº SP-248616/O-3

Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022			
Ativos						Passivos					
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	412.840	605.461	5.925.688	5.621.769	Fornecedores	16.a	26.772	46.535	4.682.671	4.710.952
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	4.b	-	-	292.934	520.352	Fornecedores - convênio	16.b	-	-	1.039.366	2.666.894
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.921.790	4.149.111	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	1.075.672	869.067
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	504.862	559.825	Debêntures	15	-	1.800.213	917.582	2.491.610
Contas a receber - venda de controladas	5.c	208.487	184.754	924.364	184.754	Salários e encargos sociais	-	51.148	76.357	494.771	460.906
Estoques	6	-	-	4.291.431	4.906.083	Obrigações tributárias	-	1.457	1.444	168.730	192.430
Tributos a recuperar	7.a	1.050	2.012	1.462.269	1.610.312	Dividendos a pagar	-	314.418	38.936	334.641	48.525
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	25.006	43.080	171.051	96.134	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	551.792	315.053
Dividendos a receber	-	414.973	147.299	3.572	4.296	Benefícios pós-emprego	17.b	-	1.396	23.612	21.809
Demais contas a receber	-	105.229	101.955	263.806	174.153	Provisão para crédito de descarbonização	14.b	-	-	741.982	272.969
Despesas antecipadas	-	4.617	5.969	99.922	123.699	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	907	-	45.828	22.837
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	787.206	614.112	Arrendamentos a pagar	12.b	2.389	1.839	311.426	225.034
Total dos ativos circulantes		1.172.202	1.090.530	18.648.895	18.564.600	Passivo financeiro de clientes	-	-	-	157.615	154.405
						Demais contas a pagar	-	5.260	274	683.970	313.761
						Total dos passivos circulantes		402.351	1.966.994	11.229.658	12.766.252
Não circulantes						Não circulantes					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	4.b	295.637	-	951.941	442.841	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	5.585.372	4.845.393
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	13.216	61.463	Debêntures	15	-	-	4.189.391	3.544.291
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	550.641	501.522	Sociedades relacionadas	8.a	2.875	2.875	3.118	3.492
Contas a receber - venda de controladas	5.c	-	184.754	-	911.811	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	206	299
Sociedades relacionadas	8.a	6.677	-	31.892	-	Benefícios pós-emprego	17.b	1.506	1.283	241.211	193.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	164.267	150.451	1.255.134	898.235	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a; 18.c	188.757	142.283	1.258.302	1.017.335
Tributos a recuperar	7.a	75	74	2.741.370	2.172.959	Arrendamentos a pagar	12.b	6.197	6.035	1.212.508	1.298.735
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	8.065	4.321	225.354	403.383	Passivo financeiro de clientes	-	-	-	151.319	296.181
Depósitos judiciais	18.a	18	18	1.032.717	946.383	Bônus de subscrição - indenização	19	87.299	42.776	87.299	42.776
Ativo de indenização - combinação de negócios	18.c	-	-	124.927	126.558	Provisão para passivo a descoberto de controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	11	55.712	76.646	256	157
Demais contas a receber e outros ativos	-	-	-	155.818	61.433	Demais contas a pagar	-	15.532	11.805	263.508	257.377
Despesas antecipadas	-	13.752	13.047	73.387	74.813	Total dos passivos não circulantes		357.878	283.703	12.992.490	11.499.783
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	1.475.302	1.591.479						
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	11	12.322.055	12.247.087	318.356	111.384	Patrimônio líquido					
Ativos de direito de uso, líquido	12	7.527	6.943	1.711.526	1.791.377	Capital social	20.a	6.621.752	5.171.752	6.621.752	5.171.752
Imobilizado, líquido	13	5.791	8.373	6.387.581	5.862.413	Instrumento patrimonial outorgado	20.b	75.925	43.987	75.925	43.987
Intangível, líquido	14	270.658	253.840	2.553.917	1.918.349	Reserva de capital	20.g	597.828	599.461	597.828	599.461
Total dos ativos não circulantes		13.094.522	12.868.908	19.603.079	17.876.403	Ações em tesouraria	20.c	(470.510)	(479.674)	(470.510)	(479.674)
						Reserva de reavaliação de controladas	20.d	3.802	3.975	3.802	3.975
						Reservas de lucros	20.e	6.389.559	6.111.136	6.389.559	6.111.136
						Ajustes de avaliação patrimonial	20.f	154.108	179.974	154.108	179.974
						Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	22.h	134.031	78.130	134.031	78.130
						Patrimônio líquido atribuível a:					
						Acionistas da Ultrapar	-	13.506.495	11.708.741	13.506.495	11.708.741
						Acionistas não controladores de controladas	11	-	-	523.331	466.227
						Total do patrimônio líquido		13.506.495	11.708.741	14.029.826	12.174.968
Total dos ativos		14.266.724	13.959.438	38.251.974	36.441.003	Total dos passivos e do patrimônio líquido		14.266.724	13.959.438	38.251.974	36.441.003

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações continuadas					
Receita líquida de vendas e serviços	21	-	-	126.048.701	143.634.708
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	-	-	(116.730.469)	(136.276.257)
Lucro bruto		-	-	9.318.232	7.358.451
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	22	-	-	(2.253.226)	(2.141.985)
Gerais e administrativas	22	(65.850)	(35.817)	(2.018.159)	(1.534.481)
Resultado na venda de bens	23	5	2.798	121.935	169.289
Outros resultados operacionais, líquidos	22	46.776	(99)	(602.865)	(514.522)
Lucro (prejuízo) operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social					
Equivalência patrimonial	11	2.490.504	1.312.346	11.908	12.181
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		2.471.435	1.279.228	4.577.825	3.348.933
Receitas financeiras	24	96.949	218.440	880.884	706.689
Despesas financeiras	24	(115.732)	(181.869)	(1.880.014)	(2.175.897)
Resultado financeiro líquido	24	(18.783)	36.571	(999.130)	(1.469.208)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.452.652	1.315.799	3.578.695	1.879.725
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	9.b; 9.c	(26.641)	151.630	(1.396.317)	(637.973)
Diferidos	9.b	13.784	31.552	335.375	296.459
		(12.857)	183.182	(1.060.942)	(341.514)
Lucro líquido de operações continuadas		2.439.795	1.498.981	2.517.753	1.538.211
Operações descontinuadas					
	30	-	301.858	-	301.858
Lucro líquido do exercício		2.439.795	1.800.839	2.517.753	1.840.069
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		2.439.795	1.800.839	2.439.795	1.800.839
Acionistas não controladores de controladas	11	-	-	77.958	39.230
Lucro líquido por ação do capital social das operações continuadas (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	25	2,2272	1,3727	2,2272	1,3727
Diluído	25	2,2081	1,3643	2,2081	1,3643
Lucro líquido por ação do capital social das operações descontinuadas (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	25	-	0,2764	-	0,2764
Diluído	25	-	0,2747	-	0,2747
Lucro líquido por ação do capital social total (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	25	2,2272	1,6491	2,2272	1,6491
Diluído	25	2,2081	1,6391	2,2081	1,6391

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		2.439.795	1.800.839	2.439.795	1.800.839
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	77.958	39.230
Lucro líquido do exercício		2.439.795	1.800.839	2.517.753	1.840.069
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	20.f.1	-	27	-	27
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, líquido de imposto de renda e contribuição social	20.f.1	(7.399)	601.441	(7.399)	601.470
Outros resultados abrangentes	20.f.1	-	983	-	983
Ajustes de conversão de controladas e efeitos do <i>hedge</i> de investimentos, líquidos de imposto de renda e contribuição social		-	(304.645)	-	(304.645)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego, líquidos de impostos de renda e contribuição social	20.f.1	(18.467)	(339)	(32.971)	(165)
Resultado abrangente do exercício		<u>2.413.929</u>	<u>2.098.306</u>	<u>2.477.383</u>	<u>2.137.739</u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		2.413.929	2.098.306	2.413.929	2.098.306
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	63.454	39.433

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores (ii)	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.171.752	43.987	599.461	(479.674)	3.975	882.575	5.228.561	179.974	-	78.130	11.708.741	466.227	12.174.968
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	2.439.795	-	2.439.795	77.958	2.517.753
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(25.866)	-	-	(25.866)	(14.504)	(40.370)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(25.866)	2.439.795	-	2.413.929	63.454	2.477.383
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização		-	-	560	-	-	-	-	-	-	-	560	-	560
Instrumento patrimonial outorgado	8.c; 20.b	-	31.938	(2.193)	9.164	-	-	-	-	-	-	38.909	-	38.909
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas		-	-	-	-	(173)	-	-	-	60	-	(113)	-	(113)
Aumento de capital com reservas	20.a	1.450.000	-	-	-	-	(882.575)	(567.425)	-	-	-	-	-	-
Transação com sócios - alteração de participação		-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	2
Perda devido a alteração de participação em investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	2.048	-	2.048	-	2.048
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.145)	(11.145)
Participação de acionistas não controladores em controlada adquirida	29.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.303	24.303
Destinação do resultado líquido:														
Reserva legal	20.h	-	-	-	-	-	121.990	-	-	(121.990)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	20.h	-	-	-	-	-	-	1.606.431	-	(1.606.431)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar (R\$ 0,28 por ação)	20.h	-	-	-	-	-	-	-	-	(305.653)	-	(305.653)	-	(305.653)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,12 por ação)	20.h	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.031)	134.031	-	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.463)	(19.463)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.130)	(78.130)	-	(78.130)
Dividendos intermediários (R\$ 0,25 por ação)	20.h	-	-	-	-	-	-	-	-	(273.798)	-	(273.798)	-	(273.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.621.752	75.925	597.828	(470.510)	3.802	121.990	6.267.569	154.108	-	134.031	13.506.495	523.331	14.029.826

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial (i)			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores (ii)	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.171.752	34.043	596.481	(488.425)	4.154	792.533	4.073.876	(117.493)	-	-	10.066.921	402.319	10.469.240
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.800.839	-	1.800.839	39.230	1.840.069
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	297.467	-	-	297.467	203	297.670
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	297.467	1.800.839	-	2.098.306	39.433	2.137.739
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização		-	-	941	-	-	-	-	-	-	-	941	-	941
Instrumento patrimonial outorgado	8.c; 20.b	-	9.944	2.039	8.751	-	-	-	-	-	-	20.734	-	20.734
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas		-	-	-	-	(179)	-	-	-	179	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	2.948	-	2.948	-	2.948
Transação com sócios - alteração de participação		-	-	-	-	-	-	(6)	-	286	-	280	(6.847)	(6.567)
Ganho devido a alteração de participação em investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.423)	(2.423)
Aumento de capital atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.182	35.182
Destinação do resultado líquido:														
Reserva legal		-	-	-	-	-	90.042	-	-	(90.042)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos		-	-	-	-	-	-	1.154.691	-	(1.154.691)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar (R\$ 0,03 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(31.385)	-	(31.385)	-	(31.385)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,07 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(78.130)	78.130	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,41 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	(450.004)	-	(450.004)	-	(450.004)
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.437)	(1.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.171.752	43.987	599.461	(479.674)	3.975	882.575	5.228.561	179.974	-	78.130	11.708.741	466.227	12.174.968

(i) Ajustes acumulados de conversão de operações descontinuadas. Os efeitos acumulados foram reclassificados para o resultado em função da venda da Oxiteno.

(ii) São substancialmente representados pelos acionistas não controladores da Iconic.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício de operações continuadas		2.439.795	1.498.981	2.517.754	1.538.211
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	11	(2.490.504)	(1.312.346)	(11.908)	(12.181)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	607.446	504.907
Amortização de ativos de direito de uso	12	2.291	11.444	305.900	288.419
Depreciações e amortizações	13; 14	10.216	1.608	848.894	738.904
Juros, variações monetárias e cambiais		23.336	104.377	1.349.953	1.625.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(13.784)	(31.552)	(335.375)	(296.459)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.b	26.641	(151.630)	1.396.321	637.973
Resultado na venda ou baixa de bens e demais ativos	23	(33.983)	(2.799)	(192.744)	(322.190)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(27.190)	(49.989)
Provisão (reversão) para perda em estoques		-	-	(14.895)	26.356
Provisão para benefício pós-emprego		(1.264)	(292)	(2.893)	1.939
Instrumento patrimonial outorgado		14.400	(5.126)	38.909	9.944
Provisão de descarbonização - CBJO	22	-	-	740.298	638.542
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		47.396	3.586	192.975	61.039
Demais provisões e ajustes		917	9.474	(202)	5.448
		25.457	125.725	7.413.243	5.396.850
(Aumento) diminuição nos ativos					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	259.878	(779.239)
Estoques	6	-	-	645.301	(1.004.819)
Tributos a recuperar	7	(11.226)	(46.861)	(1.201.440)	(2.056.104)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		1.516.847	356.467	12.041	146
Outros ativos		(24.909)	(9.031)	(87.797)	(224.379)
Aumento (diminuição) nos passivos					
Fornecedores e Fornecedores convênios	16	(19.763)	19.654	(1.700.496)	1.557.837
Salários e encargos sociais		(25.209)	20.879	30.965	130.586
Obrigações tributárias		13	348	(25.027)	(9.442)
Outros passivos		54.656	(4.765)	218.523	677.016
Aquisição de CBJO	14	(389)	-	(778.885)	(635.130)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	(597.798)	(710.908)
Pagamentos de contingências		(15)	-	(70.128)	(84.939)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(123)	(15.630)	(268.558)	(283.331)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais continuadas		1.515.339	446.786	3.849.822	1.974.144
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas		-	-	-	30.550
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.515.339	446.786	3.849.822	2.004.694
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	(272.011)	625.420	73.973	1.567.962
Aquisição de imobilizado	13	(1.303)	(26)	(1.012.639)	(929.236)
Aquisição de intangível	14	(23.266)	(3.241)	(274.691)	(277.600)
Recebimento do empréstimo intercompany devido pela Oxiteno S.A à Ultrapar International	30.b	-	-	-	3.980.699
Caixa gerado com a venda de investimentos e bens e outros ativos		231.979	2.503.875	512.827	2.839.676
Aporte de capital em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	11	(422.886)	(345.956)	-	(28.000)
Redução de capital em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	11	1.093.204	-	3.100	-
Caixa líquido consumido na aquisição de controladas		(60.930)	(1.823.105)	(265.479)	(5.985)
Transações com operações descontinuadas		-	-	-	987.895
Transações de compra e venda de investimentos e outros ativos		-	-	(38.143)	-
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso		-	-	(20.503)	(12.120)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos das operações continuadas		544.787	956.967	(1.021.555)	8.123.291
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos das operações descontinuadas		-	-	-	(220.190)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		544.787	956.967	(1.021.555)	7.903.101

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)



Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Captação	15	-	-	2.903.031	1.519.580
Amortização	15	(1.725.000)	-	(3.149.525)	(5.848.611)
Juros e derivativos pagos		(137.891)	(182.552)	(1.267.447)	(1.398.229)
Pagamentos de arrendamentos					
Principal	12.b	(2.136)	(4.371)	(213.527)	(351.011)
Juros pagos	12.b	(705)	(52)	(145.586)	(6.868)
Dividendos pagos		(380.898)	(635.725)	(400.025)	(638.280)
Captações de passivo financeiro de clientes		-	-	7.812	162.895
Pagamentos de passivo financeiro de clientes		-	-	(197.891)	(173.948)
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores e resgate de cotas		149	-	-	21.682
Sociedades relacionadas		(6.266)	2.875	(31.238)	(18.926)

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos das operações continuadas

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos das operações descontinuadas

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos

Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações continuadas

Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações descontinuadas

Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas

Diminuição em caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - operações continuadas

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - operações descontinuadas

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - operações continuadas

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - operações descontinuadas

Transações sem efeito caixa:

Contraprestação contingente - Compra de controladas	-	-	-	-	89.640
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	-	-	257.201	-	482.439
Movimentação sem efeito caixa de depósitos judiciais e provisões de contingências	-	-	-	-	41.888
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	66.565	-	63.061
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores	-	-	-	-	13.519
Transferência entre contas a receber e imobilizado	411	-	25.646	-	-
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	-	942	411	-	942
Aquisições de imobilizado e intangível sem efeito caixa	-	-	104.177	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas					
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties		-	-	130.120.745	147.721.609
Abatimentos, descontos e devoluções		-	-	(1.013.600)	(949.451)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	22.815	49.989
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	(607.447)	(504.907)
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	22; 23	46.781	2.699	(480.930)	(345.233)
		<u>46.781</u>	<u>2.699</u>	<u>128.041.583</u>	<u>145.972.007</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas consumidas		-	-	(1.966.518)	(5.772.808)
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	(114.981.604)	(130.740.502)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		175.338	189.923	(1.646.794)	(2.279.098)
Provisão para perdas de valores de ativos		-	-	21.210	16.521
		<u>175.338</u>	<u>189.923</u>	<u>(118.573.706)</u>	<u>(138.775.887)</u>
Valor adicionado bruto		<u>222.119</u>	<u>192.622</u>	<u>9.467.877</u>	<u>7.196.120</u>
Retenções					
Depreciações e amortizações de ativos intangíveis e ativos de direito de uso	12.a; 13; 14	(12.507)	(13.052)	(1.146.277)	(1.020.660)
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		<u>209.612</u>	<u>179.570</u>	<u>8.321.600</u>	<u>6.175.460</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	11	2.490.504	1.312.346	11.908	12.181
Aluguéis e royalties		-	-	316.575	288.550
Receitas financeiras	24	96.949	218.440	880.884	706.689
		<u>2.587.453</u>	<u>1.530.786</u>	<u>1.209.367</u>	<u>1.007.420</u>
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir		<u>2.797.065</u>	<u>1.710.356</u>	<u>9.530.967</u>	<u>7.182.880</u>
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		<u>-</u>	<u>106.516</u>	<u>-</u>	<u>547.144</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>2.797.065</u>	<u>1.816.872</u>	<u>9.530.967</u>	<u>7.730.024</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		159.812	140.753	1.448.728	1.021.980
Benefícios		25.052	21.554	408.211	277.006
FGTS		9.035	7.678	98.656	70.912
Outros		7.219	7.592	120.234	88.631
		<u>201.118</u>	<u>177.577</u>	<u>2.075.829</u>	<u>1.458.529</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		40.614	(144.949)	2.452.578	1.459.408
Estaduais		-	-	411.320	418.464
Municipais		366	1.762	150.813	115.368
		<u>40.980</u>	<u>(143.187)</u>	<u>3.014.711</u>	<u>1.993.240</u>
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros, variação cambial e instrumentos financeiros		44.586	235.095	1.625.188	1.713.156
Aluguéis		4.905	8.643	96.012	23.256
Outros		65.681	(66.753)	201.474	456.488
		<u>115.172</u>	<u>176.985</u>	<u>1.922.674</u>	<u>2.192.900</u>
Remuneração de capital próprio					
Dividendos		713.482	106.567	732.945	108.004
Juros sobre capital próprio		-	450.004	-	450.004
Lucros retidos		1.726.313	942.410	1.784.808	980.203
		<u>2.439.795</u>	<u>1.498.981</u>	<u>2.517.753</u>	<u>1.538.211</u>
Valor adicionado das operações continuadas distribuído		<u>2.797.065</u>	<u>1.710.356</u>	<u>9.530.967</u>	<u>7.182.880</u>
Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído		<u>-</u>	<u>106.516</u>	<u>-</u>	<u>547.144</u>
Valor adicionado distribuído		<u>2.797.065</u>	<u>1.816.872</u>	<u>9.530.967</u>	<u>7.730.024</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga” ou “IPP”) e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 26.a.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 28 de fevereiro de 2024.

a. Princípios de consolidação e participações societárias

a.1 Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação às políticas contábeis da Sociedade.

a.2. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social				
			31/12/2023		31/12/2022		
			Direto	Indireto	Direto	Indireto	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
	Ilhas						
Ipiranga Trading Limited	Virgens	Ipiranga	-	100	-	100	-
	Britânicas						
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56	-
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100	-
Irupé Biocombustíveis Ltda. ⁽¹³⁾	Brasil	Ipiranga	-	100	-	-	-
Imaven Imóveis Ltda. ⁽¹⁰⁾	Brasil	Outros	-	-	-	100	-
Ultragaz Participações Ltda.	Brasil	Ultragaz	100	-	100	-	-
Ultragaz Energia Ltda. E subsidiárias ⁽⁴⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100	-
Companhia Ultragaz S.A. ⁽³⁾	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99	-
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100	-
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100	-
LPG International Inc. ⁽¹⁴⁾	Ilhas	Ultragaz	-	-	-	-	100
	Cayman						
NEOgás do Brasil Gas Natural Comprimido S.A. ⁽⁵⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	Brasil	Outros	100	-	100	-	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias ⁽¹²⁾	Brasil	Outros	-	-	100	-	-
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-	-
Ultracargo Logística S.A.	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99	-
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. ⁽⁶⁾	Brasil	Ultracargo	-	-	-	100	-
Ultracargo Soluções Logísticas S.A. ⁽²⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	-	-	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior	Brasil	Outros	100	-	100	-	-
Imaven Imóveis Ltda. ⁽¹⁰⁾	Brasil	Outros	100	-	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	Brasil	Outros	100	-	100	-	-
Abastece Aí Participações S.A. ⁽⁹⁾	Brasil	Outros	-	100	-	-	-
Abastece Aí Clube Automobilista Instituição de Pagamento Ltda. ⁽⁷⁾	Brasil	Outros	-	100	-	-	-
Ultrapar Mobilidade Ltda. ⁽⁶⁾	Brasil	Outros	100	-	-	-	-
Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda. ⁽¹¹⁾	Brasil	Outros	-	60	-	-	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias ⁽¹²⁾	Brasil	Outros	-	100	-	-	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 16 de junho de 2023 a razão social da controlada Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A foi alterada para Ultracargo Soluções Logísticas S.A.
- (3) Em 1 de agosto de 2022 a controlada indireta Companhia Ultragaz S.A. ("Ultragaz"), passou a ser diretamente controlada pela Ultrapar. Em novembro de 2022 a Ultragaz passou a ser investida da Ultragaz Participações Ltda.
- (4) Em 18 de novembro de 2022 a razão social da controlada Ultragaz Comercial Ltda. foi alterada para Ultragaz Energia Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

- (5) Em 21 de novembro de 2022 a Sociedade, por meio de sua controlada Companhia Ultragas S.A., assinou contrato para a aquisição da totalidade de ações da NEOgás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. O fechamento da aquisição ocorreu em 01 de fevereiro de 2023.
- (6) Companhia constituída em 28 de fevereiro de 2023 tendo como objeto a participação no capital de outras sociedades. Em 2 de outubro de 2023 a razão social da controlada Ultrapar Empreendimentos Ltda. foi alterada para Ultrapar Mobilidade Ltda.
- (7) Em 13 de abril de 2023 a companhia foi adquirida pela Eaí Clube Automobilista S.A. A aquisição foi feita a valor contábil.
- (8) Em 27 de abril de 2023 a Sociedade foi incorporada pela Ultracargo Logística S.A.
- (9) Companhia constituída em 01 de junho de 2023 tendo como objeto a participação no capital de outras sociedades.
- (10) Em 28 de abril de 2023 a Imaven Imóveis Ltda. ("Imaven"), realizou a cisão de parcela do seu patrimônio, e a parcela cindida foi incorporada ao patrimônio da controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 1 de maio de 2023 a Imaven passou a ser diretamente controlada pela Ultrapar. Toda a transação foi realizada sob controle comum.
- (11) Em 21 de maio de 2023 a Sociedade, por meio de sua controlada Ultrapar Empreendimentos Ltda., assinou contrato para a aquisição de 60% de participação na Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda. O fechamento da transação ocorreu em 1 de setembro de 2023.
- (12) Em 2 de outubro de 2023 a controlada direta Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias passaram a ser diretamente controlada pela Ultrapar Mobilidade Ltda.
- (13) Companhia constituída em 2 de outubro de 2023 tendo como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de biocombustíveis, fertilizantes e outros insumos agrícolas.
- (14) Em 30 de junho de 2023 a Sociedade foi dissolvida.

Os principais eventos ocorridos no exercício estão apresentados na nota explicativa nº 29.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard "IFRS"*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
- (iii) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receitas

As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, de acordo com *incoterms* de cada transação, bem como quando for altamente provável que a Sociedade e suas controladas receberão a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos.

A Sociedade e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. As controladas da Sociedade não possuem obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada.

Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou quando os pontos expiram. As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida em que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 10). Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP e derivados é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 21 e 26.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas substancialmente como mensuradas ao custo amortizado.
- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.
- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o *hedge* se torna inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence ou (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para mais informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 27.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5.a e 27.d.3). As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide nota explicativa nº 5.b). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas máximas subsidiadas são de 1% a.m (vide nota explicativa nº 27.d.3). Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos com clientes no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide nota explicativa nº 10).

g. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e passivos relacionados são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez de uso contínuo. Os critérios de classificação são atendidos somente quando a venda for altamente provável, o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda.

Uma linha de negócio ou subsidiária é classificada como operação descontinuada quando ocorrer a venda de um componente da companhia que representa uma importante linha separada de negócios ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas são mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

h. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 1.a e 11). Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 11). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

i. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 12). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias.

A Sociedade e suas controladas aplicam os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

j. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos estimados para retirada por desativação ou restauração, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens.

k. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como softwares, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente.
- Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentado conforme decreto para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia. A obrigação é registrada em rubrica específica no balanço patrimonial e é mensurada de acordo com a meta estabelecida pela ANP, por meio do custo médio de aquisição dos créditos adquiridos e o valor justo dos créditos negociados na B3 na data de fechamento para os créditos a serem adquiridos (vide nota explicativa nº 14.b).

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14.a).

I. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

m. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, fornecedores convênios, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – hedge de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.b).

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 18). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 17.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior cuja moeda funcional é diferente do Real e que possuem autonomia administrativa são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade não possui controladas sediadas no exterior com autonomia administrativa.

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

A Sociedade possui controladas sediadas no exterior, que não possuem autonomia administrativa. Os ativos e passivos das controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.h, 2.u e 11), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.h, 11), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.h e 11) e determinação sobre ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 30).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (notas explicativas nº 2.c, 2.m, 4, 15 e 27), determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 27.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.n e 9.a), valor de realização dos tributos a recuperar (nota explicativa nº 7), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.i e 12), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.j e 13), vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios (notas explicativas nº 2.k e 14.a), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 18), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 17.b), determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 19 e 27.i) e definição do valor justo da contraprestação contingente definida para aquisição de participações (nota explicativa nº 29). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa, "UGC"). As UGCs identificadas para avaliação do valor recuperável, são semelhantes aos segmentos reportados nas demonstrações financeiras. O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade e suas controladas não possuem registro de redução ao valor recuperável de ativos. Em 2022 a Sociedade por meio de sua controladora Ipiranga realizou a venda da controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”), assim realizando a baixa da provisão para perda do valor recuperável de ativos alocados para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Vide nota explicativa nº 30.

v. Aquisição de participação

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 29.

Combinação de Negócios Entre Entidades Sob Controle Comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's. A IFRS 3 é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Base contábil precedente

Conforme permitido pelo IAS 8, adotamos a base contábil precedente para registrar o valor escritural de ativos recebidos (conforme registrado pela controladora), a qual acreditamos estar em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*). A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade receptora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em relação ao capital (Outras Receitas Abrangentes).

w. Demonstrações do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais.

y. Passivo financeiro de clientes

Refere-se a obrigações contratuais de pagamento parcelado de direito de exclusividade com os revendedores da controlada Ipiranga, onde houve a antecipação destes recebíveis pelos revendedores junto a instituição financeira conveniada. A Ipiranga como garantidora da operação, assume o pagamento das parcelas vincendas junto a instituição financeira em contrapartida do direito de exclusividade do revendedor (vide nota explicativa nº10).

Considerando que o prazo médio de vencimento destas obrigações são de 50 parcelas mensais e não incidem atualização monetária, a Companhia registrou o ajuste a valor presente ("AVP"), com a contrapartida sendo registrada na rubrica "Ativos de contratos com clientes - Direitos de exclusividade". A reversão do AVP ocorrerá ao longo do prazo contratual com impacto no resultado financeiro a uma taxa média aproximada de 13,7% a.a.

3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as novas normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relacionadas no item 3.a, e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Ultrapar e de suas controladas na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes.

Em 2023 a Sociedade e suas controladas adotaram o IFRS 9 para a contabilização de *Hedge* e não identificaram impacto material em suas demonstrações financeiras. Para mais informações, vide nota explicativa nº 27.h.

a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade estão descritas a seguir.

a.1 Políticas contábeis adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB vigentes em/ou após 1 de janeiro de 2023 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023:

- CPC 26 (R1)/ IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis
- CPC 23/ IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis
- CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

- IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois
- CPC 50/ IFRS 17 – Contratos de Seguro

a.2 Políticas contábeis não adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas futuras:

- CPC 06/ IFRS 16 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”
- IAS 1 – Passivos não circulantes com *covenants*
- IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
- IFRS 7/ CPC 03 e IAS 7/ CPC 40 – Acordos de Financiamento de Fornecedores

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras, títulos privados e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 27.i.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	408	1.919	77.488	105.986
Em moeda estrangeira	-	-	47.664	5.811
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos em moeda nacional	412.432	603.542	5.476.726	5.204.766
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos em moeda estrangeira	-	-	323.810	305.206
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>412.840</u>	<u>605.461</u>	<u>5.925.688</u>	<u>5.621.769</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos

As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos em moeda nacional	-	-	82.592	406.683
Instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros ao valor justo (a)	<u>295.637</u>	<u>-</u>	<u>1.162.283</u>	<u>556.510</u>
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	<u>295.637</u>	<u>-</u>	<u>1.244.875</u>	<u>963.193</u>
Circulante	-	-	292.934	520.352
Não circulante	295.637	-	951.941	442.841

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda retido na fonte (vide nota explicativa nº 27.g).

5 Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes nacionais	4.183.696	4.527.167
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	78	64
Clientes estrangeiros	82.634	3.401
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	3.065	2.695
	<u>4.269.473</u>	<u>4.533.327</u>
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(334.467)</u>	<u>(322.753)</u>
Total	<u>3.935.006</u>	<u>4.210.574</u>
Circulante	3.921.790	4.149.111
Não circulante	13.216	61.463

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2023	4.269.473	3.538.087	52.561	52.089	15.976	34.157	576.603
31/12/2022	4.533.327	3.930.178	20.873	18.741	21.482	46.586	495.467

A composição da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2023	334.467	15.866	3.088	1.984	1.851	11.088	300.590
31/12/2022	322.753	21.425	1.747	1.384	4.913	15.222	278.062

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.355
Adições	143.828
Reversões	(130.385)
Baixas	(65.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	322.753
Adições	115.090
Reversões	(76.762)
Baixas	(26.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.467

Para mais informações sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 27.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.189.886	1.234.634
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(134.383)</u>	<u>(173.287)</u>
	<u>1.055.503</u>	<u>1.061.347</u>
Circulante	504.862	559.825
Não circulante	550.641	501.522

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2023	1.189.886	874.191	8.890	5.664	7.869	13.273	279.999
31/12/2022	1.234.634	826.210	8.944	3.892	11.040	11.943	372.605

A composição da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2023	134.383	8.265	1.595	857	1.795	4.521	117.350
31/12/2022	173.287	1.327	483	1.132	3.704	4.937	161.704

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	185.278
Adições	45.987
Reversões	(52.695)
Baixas	(5.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	173.287
Adições	28.472
Reversões	(59.436)
Baixas	(7.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>134.383</u>

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 27.d.3.

c. Contas a receber - venda de controladas

A composição das demais contas a receber é demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Venda da controlada Oxiteno:				
Contas a receber pela venda de investimentos ⁽ⁱ⁾	-	-	726.195	782.655
(-) Ajuste a valor presente – venda de investimentos ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	(10.318)	(55.598)
Venda da controlada Extrafarma:				
Contas a receber pela venda de investimentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	208.487	369.508	208.487	369.508
	<u>208.487</u>	<u>369.508</u>	<u>924.364</u>	<u>1.096.565</u>
Circulante	208.487	184.754	924.364	184.754
Não circulante	-	184.754	-	911.811

(i) Refere-se à parcela final da venda da Oxiteno no montante de USD 150 milhões com vencimento em abril de 2024. Em maio de 2022 a Ultrapar realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Oxiteno para a Ultrapar International.

(ii) A contraprestação referente à venda da Oxiteno foi reconhecida ao valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,1741%. O montante em 31 de dezembro de 2023 inclui a realização do valor presente e a variação cambial da data do fechamento da transação até 31 de dezembro de 2023.

(iii) Refere-se a parte do pagamento da transação de venda da Extrafarma, em duas parcelas de valor igual, sendo a primeira parcela recebida em agosto de 2023 e a segunda com vencimento em agosto de 2024, atualizadas monetariamente pela taxa do CDI + 0,5% a.a. Em dezembro de 2022 a controlada IPP realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Extrafarma para a controladora Ultrapar.

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.367.094	3.782.522
Matérias-primas	282.197	380.993
Gás liquefeito de petróleo - GLP	112.100	143.516
Materiais de consumo e outros itens para revenda	121.537	125.239
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	386.281	453.817
Imóveis para revenda	<u>22.222</u>	<u>19.996</u>
	<u>4.291.431</u>	<u>4.906.083</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.078
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	10.028
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(1.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.926
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(8.301)
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	<u>(6.594)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>7.031</u>

7 Tributos a recuperar (Consolidado)

a. Impostos a recuperar

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ICMS (a.1)	1.365.128	1.312.990
PIS e COFINS (a.2)	2.761.262	2.410.736
Outros	<u>77.249</u>	<u>59.545</u>
Total	<u>4.203.639</u>	<u>3.783.271</u>
Circulante	1.462.269	1.610.312
Não circulante	2.741.370	2.172.959

a.1 O ICMS a recuperar líquido de provisões para perdas está substancialmente relacionado às seguintes operações:

Créditos de impostos constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)); c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada.

No segundo trimestre de 2023 entrou em vigência a cobrança monofásica do ICMS para os produtos GLP, diesel, biodiesel, gasolina e etanol anidro, devido à promulgação da Lei Complementar 192/22. Por decorrência do advento dessa nova modalidade de cálculo, as controladas deixaram de gerar créditos atrelados a restituições de ICMS substituição tributária.

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas operações próprias sujeitas a tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	508.145
De 1 ano a 2 anos	381.560
De 2 anos a 3 anos	238.701
De 3 anos a 5 anos	<u>236.722</u>
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	<u><u>1.365.128</u></u>

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 49.732 (R\$ 59.868 em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas internas de provisionamento.

a.2 O PIS e COFINS a recuperar estão substancialmente relacionados a:

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, bem como montantes oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

Lei Complementar 192 - Em 11 de março de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida Lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e GLP, garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda a cadeia econômica.

Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 foi publicada para alterar a Lei Complementar 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição de óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizada em 02 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, referendou, em 21 de junho de 2022, a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a MP nº 1.118/22 por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Sociedade, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março de 2022 (da data de publicação da LC nº 192/22) a 15 de agosto de 2022 (noventa dias após a data de publicação da MP que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou produzir efeitos, de acordo com o decidido pelo STF.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reavaliou as estimativas de realização de seus créditos tributários e reconheceu no resultado do exercício de 2023 créditos na controlada Ipiranga no montante de R\$ 563.000 relativos à LC nº 192/22.

A Sociedade, por meio das suas controladas Ipiranga e Bahiana, possui créditos oriundos da LC nº 192/22 no montante de R\$ 1.088.303 (R\$ 971.373 em 31 de dezembro de 2022). A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos a partir da data de sua constituição.

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

Até 1 ano	876.876
De 1 ano a 2 anos	565.008
De 2 anos a 3 anos	640.791
De 3 anos a 4 anos	350.942
De 4 anos a 5 anos	327.645
	<hr/>
Total do PIS e da COFINS a recuperar	2.761.262

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Trata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrentes das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL	<hr/> 396.405	<hr/> 499.517
Circulante	171.051	96.134
Não circulante	225.354	403.383

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	31/12/2023			
	Ativo		Passivo	
	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	69.118	-	-	3.843
Cia Ultragaz S.A.	12.064	6.677	-	880
Ultracargo Logística S.A.	3.369	-	-	183
Eaí Clube Automobilista S.A.	621	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	217	-	-	40
am/pm Comestíveis Ltda.	2.994	-	-	232
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	-	2.875	-
Imaven Imóveis Ltda	48	-	-	-
Outros	4	-	-	84
Total	88.435	6.677	2.875	5.262

	31/12/2022			
	Ativo	Passivo		Resultado
	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	Resultado financeiro
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	79.070	-	111	29.495
Cia Ultragaz S.A.	15.198	-	28	29.392
Ultracargo Logística S.A.	3.940	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	487	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	21	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	57	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	12	-	-	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	4	-	30	-
Outros	89	-	431	-
Total	98.878	2.875	600	58.887

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa a.2. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas estão destacados abaixo:

	31/12/2023					
	Mútuos ⁽¹⁾		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	29.278	-	510.510
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	32	-	571	-
Latitude Logística Portuária S.A.	11.393	-	-	20	-	-
Nordeste Logística I S.A.	6.842	-	-	24	-	-
Nordeste Logística III S.A.	-	-	-	18	-	-
Navegantes Logística Portuária S.A.	13.657	-	46	-	-	-
Chevron (Thailand) Limited (2)	-	-	-	-	483	-
Chevron Latin America Marketing LLC (2)	-	-	73	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A. (2)	-	-	353	-	353	-
Chevron Marine Products (2)	-	-	2.495	-	13.228	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. (2)	-	-	-	53.466	-	175.053
Chevron Products Company (2)	-	-	-	63.263	-	370.137
Chevron Belgium NV (2)	-	-	-	1.346	-	27.306
Chevron Brasil Oleo e Gas Ltda. (2)	-	-	-	37	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC (2)	-	-	144	-	144	-
MLF Holding LTDA (3)	-	-	-	-	-	59
Outros	-	243	-	-	-	-
Total	31.892	3.118	3.143	147.452	14.779	1.083.065

⁽¹⁾ Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusula de remuneração.

⁽²⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

⁽³⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Serra Diesel.

	31/12/2022					
	Mútuos ⁽¹⁾		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	26.062	-	336.781
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	61	-	784	-
Latitude Logística Portuária S.A.	-	-	3	346	-	-
Nordeste Logística I S.A.	-	-	-	22	-	-
Nordeste Logística III S.A.	-	-	-	17	-	-
Chevron (Thailand) Limited (2)	-	-	-	113	-	832
Chevron Latin America Marketing LLC (2)	-	-	34	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A. (2)	-	-	403	-	930	-
Chevron Marine Products (2)	-	-	1.950	-	14.068	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. (2)	-	-	-	53.912	-	162.006
Chevron Products Company (2)	-	-	-	178.846	-	699.154
Chevron Belgium NV (2)	-	-	-	326	-	13.053
Chevron Petroleum CO Colombia (2)	-	-	220	-	220	-
Chevron Brasil Oleos Basicos Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC (2)	-	-	88	-	88	-
Outros	-	617	-	-	-	-
Total	-	3.492	2.759	259.644	16.090	1.211.826

⁽¹⁾ Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

⁽²⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições negociados entre as partes, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. Na avaliação da Administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias.

b. Pessoal-chave da Administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da Administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, incluindo salário e benefícios como plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Sobre benefícios pós-emprego vide nota explicativa nº 17.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração de curto prazo	54.396	62.285
Remuneração em ações	35.165	18.424
Benefício pós-emprego	4.206	4.035
Cessação do executivo do cargo	<u>1.007</u>	<u>-</u>
Total	<u>94.774</u>	<u>84.744</u>

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adotava desde 2003 um plano de ações em que o executivo detinha o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados eram determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações utilizadas no plano estava sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do Conselho de Administração da Ultrapar não eram elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões eram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e foram amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão. As últimas outorgas desse plano foram realizadas em 2016 e as transferências concluídas em 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor justo das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	-	2023	32,72	9.732	(9.732)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-			9.732	(9.732)	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a amortização de R\$ 88 (reversão de R\$ 1.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	133.332
Ações transferidas aos administradores	(66.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.664
Ações transferidas aos administradores	(66.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, o plano de incentivo baseado em ações (“Plano de 2017”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de vesting determinados a cada Programa, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderiam ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano aprovado de 2017, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

Os acionistas da Ultrapar aprovaram, em AGOE realizada em 19 de abril de 2023, proposta de aditamento ao Plano de 2017, permitindo que, caso o participante potencialmente passe a integrar o Conselho de Administração da Sociedade, deixando assim de ocupar qualquer outra posição executiva, será preservado o direito ao recebimento da propriedade das ações, mantidas as condições e demais requisitos estabelecidos nos programas aplicáveis e em cada contrato.

O plano de incentivo baseado em ações (“Plano de 2023”), estabelece os termos e condições gerais para que a Sociedade ou suas controladas concedam ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, o que poderá envolver ou não a outorga de usufruto de ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria para posterior transferência da nua propriedade das ações, sujeito aos termos e condições previstos no Plano de 2023, aos administradores, incluindo-se os membros do Conselho de Administração da Ultrapar, ou empregados da Sociedade ou de sociedades sob o seu controle direto ou indireto. No caso de membros do Conselho de Administração, as outorgas estarão obrigatoriamente vinculadas à remuneração aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano de 2023, ações ordinárias representativas de, no máximo, 5% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 55.760.215 ações ordinárias. Anualmente, poderá ser utilizado, no máximo, 1% do capital social.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados nos termos do Plano de 2017 e do plano de 2023:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor justo das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos (em R\$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R\$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R\$ mil)
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	2.675	(2.341)	334
Restritas	3 de abril de 2019	25.996	2024	23,25	3.083	(3.027)	56
Restritas	2 de setembro de 2019	240.000	2025	16,42	6.756	(4.880)	1.876
Restritas	1 de abril de 2020	89.388	2024 a 2025	12,53	2.107	(1.781)	326
Performance	1 de abril de 2020	144.202	2024 a 2025	12,53	3.234	(2.845)	389
Restritas	16 de setembro de 2020	140.000	2026	23,03	5.464	(3.036)	2.428
Restritas	7 de abril de 2021	339.678	2024	21,00	13.822	(12.711)	1.111
Performance	7 de abril de 2021	645.094	2024	21,00	25.358	(23.692)	1.666
Restritas	22 de setembro de 2021	1.000.000	2027	14,17	24.363	(9.576)	14.787
Restritas	6 de abril de 2022	667.194	2025	14,16	18.240	(10.885)	7.355
Performance	6 de abril de 2022	847.990	2025	14,16	22.694	(13.931)	8.763
Restritas	21 de setembro de 2022	2.640.000	2032	12,98	64.048	(8.540)	55.508
Restritas	7 de dezembro de 2022	1.500.000	2032	13,47	37.711	(4.090)	33.621
Restritas	20 de abril de 2023	311.324	2025	14,50	7.472	(2.802)	4.670
Restritas	20 de abril de 2023	1.179.409	2026	14,50	32.040	(8.129)	23.911
Performance	20 de abril de 2023	1.184.320	2026	14,50	32.059	(8.149)	23.910
Restritas	20 de setembro de 2023	3.800.000	2033	18,75	132.775	(4.426)	128.349
		<u>14.834.595</u>			<u>433.901</u>	<u>(124.841)</u>	<u>309.060</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021					4.415.294		
Ações concedidas durante o exercício					5.702.027		
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício					(934.310)		
Ações transferidas (vesting)					(484.651)		
Reclassificação de ativos mantidos para venda					236.344		
Saldo em 31 de dezembro de 2022					8.934.704		
Ações concedidas durante o período					6.930.871		
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício					(583.180)		
Ações transferidas (vesting)					(447.800)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023					14.834.595		

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A Companhia não tem ações que não foram transferidas após o prazo de transferência da sua propriedade das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi registrada uma despesa de R\$ 70.770 em relação ao Plano (R\$ 38.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Para todos os planos, não há, por parte da Sociedade ou do beneficiário, a opção de receber caixa, sendo as liquidações realizadas apenas com a entrega de ações em tesouraria. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perdas com ativos	-	-	46.863	47.436
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	64.486	48.376	326.662	225.585
Provisão para benefícios pós-emprego	512	911	90.451	74.644
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	35.989	63.330
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	7.976	3.561
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	-	17.575
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.759	15.737
Provisões operacionais	3.247	6.090	299.609	132.657
Provisão para participação nos lucros e bônus	12.590	14.453	91.883	69.588
Operações de arrendamento	2.919	2.677	518.138	518.081
Variação do valor justo do bônus de subscrição	3.566	9.224	3.566	9.224
Provisão sobre receita diferida	-	-	932	8.121
Demais diferenças temporárias	9.428	5.575	104.319	43.715
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (9.d)	77.453	65.505	396.601	283.238
Total	174.201	152.811	1.937.748	1.512.492
Compensações de saldos passivos	(9.934)	(2.360)	(682.614)	(614.257)
Saldos líquidos apresentados no ativo	164.267	150.451	1.255.134	898.235
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	-	387
Operações de arrendamento	2.559	2.360	432.908	457.768
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	7.375	-	81.293	9.389
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	28.717	27.691
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	54.921	61.521
Demais diferenças temporárias	-	-	84.981	57.800
Total	9.934	2.360	682.820	614.556
Compensações de saldos ativos	(9.934)	(2.360)	(682.614)	(614.257)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	206	299

(i) No consolidado refere-se principalmente ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges e fair value*).

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.402	571.473
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	31.552	296.459
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício das operações descontinuadas	46.247	31.138
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	250	(1.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	150.451	897.936
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	13.784	335.375
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício das operações descontinuadas	-	-
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	32	21.474
Outros	-	143
Saldo em 31 de dezembro de 2023	164.267	1.254.928

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	84.726	699.842
De 1 a 2 anos	5.308	271.128
De 2 a 3 anos	81.685	206.843
De 3 a 5 anos	662	313.032
De 5 a 7 anos	-	196.812
De 7 a 10 anos	1.820	250.091
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>174.201</u>	<u>1.937.748</u>

O saldo consolidado de R\$ 1.937.748 e da controladora de R\$ 174.201 foram suportados por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos. Foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de commodities, entre outros.

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes da tributação	2.452.652	1.315.799	3.578.695	1.879.725
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(833.902)	(447.372)	(1.216.756)	(639.107)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(3.019)	(3.009)	(11.535)	(11.006)
Receitas não tributáveis (ii)	9.409	6.182	114.981	23.149
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	2.173	10.136
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(36.227)	(4.602)
Resultado de equivalência patrimonial	846.771	446.198	4.049	4.141
Juros sobre capital próprio	-	153.001	-	153.004
Demais ajustes	(32.116)	28.182	(26.666)	29.327
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(12.857)	183.182	(1.169.981)	(434.958)
Incentivos fiscais – SUDENE (9.c)	-	-	109.039	93.444
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(12.857)	183.182	(1.060.942)	(341.514)
Correntes	(26.641)	151.630	(1.396.317)	(637.973)
Diferidos	13.784	31.552	335.375	296.459
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(0,5)	13,9	(29,6)	(18,2)

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos, subvenções, parcelamentos e a reversão de certas provisões, bem como recuperação de créditos tributários e valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias.
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Vide nota explicativa nº 9.d.

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes controladas gozam do benefício de redução do IRPJ por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), em observância à legislação em vigor:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Ultracargo Logística S.A.	Terminal de Aratu ⁽¹⁾	75	2032
	Terminal de Suape	75	2030
	Terminal de Itaqui	75	2030

(1) Em dezembro de 2022 foi protocolado junto à SUDENE pedido de renovação da concessão do benefício por mais 10 anos para o terminal de Aratu, tendo sido aprovado nos termos do Laudo Constitutivo nº 108/2023 e reconhecimento pela RFB com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Oil Trading	84.372	93.627
Ultrapar (i)	77.453	65.505
Abastece aí	91.861	66.347
Ipiranga	97.071	28.894
Ultracargo Vila do Conde	30.652	22.313
Outros	15.192	6.552
	<u>396.601</u>	<u>283.238</u>

(i) Inclui o valor de tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal da controlada Ultrapar International, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 25.884 (R\$ 33.663 em 31 de dezembro de 2022).

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Neogás	45.333	-
Integra Frotas	13.335	12.394
Millennium	8.539	6.154
Outros	9.095	997
	<u>76.302</u>	<u>19.545</u>

e. Não incidência de IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic dos indêbitos tributários recebidos da União

A Sociedade e suas controladas possuem processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária (SELIC) sobre créditos fiscais. Em 27 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária (SELIC) recebidos pelos contribuintes na repetição de indêbitos tributários. A Sociedade e suas controladas possuem registrados créditos desta natureza no montante de R\$ 143.147 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 128.420 em 31 de dezembro de 2022).

10 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com revendedores da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.079.226
Adições	637.502
Amortizações	(504.907)
Transferências	(6.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.205.591
Adições	664.363
Amortizações	(607.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.262.508
Circulante	787.206
Não circulante	1.475.302

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

11 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e resultado do período por empresa:

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Controladora			
				Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controladas							
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	1.745.326	308.672	100	1.745.326	1.651.115	308.672	233.397
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (*)	9.216.020	1.409.687	100	9.216.020	8.142.013	1.409.687	620.265
Ultrapar International S.A.	(54.850)	21.795	100	(54.850)	(76.646)	21.795	(98.372)
UVC	39.917	(7.047)	100	39.917	39.123	(7.047)	1.650
Centro de Conveniências Millennium Ltda. (vii)	12.700	(5.249)	100	-	11.883	(5.249)	(8.804)
Eaí Clube Automobilista S.A.	168.602	(53.311)	100	168.602	110.836	(53.311)	(51.061)
Ultragaz Participações Ltda.(i)	1.004.960	808.696	100	1.004.960	2.263.339	808.696	386.795
Companhia Ultragaz S.A. (iii)	-	-	-	-	-	-	202.376
UVC Investimentos Ltda. (iii)	(862)	(935)	100	(862)	73	(935)	2
Imaven Imóveis Ltda. (v)	52.796	1.866	100	52.796	-	1.866	-
Ultrapar Mobilidade Ltda. (vi)	59.403	(1.297)	100	59.403	-	(1.297)	-
Empreendimentos controlados em conjunto							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (ii)	6.956	(84)	50	3.478	3.520	(41)	(7)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (iv)	95.027	23.094	33	31.553	25.185	7.668	26.105
Total (A)				12.266.343	12.170.441	2.490.504	1.312.346
Total da provisão para passivo a descoberto (B)				(55.712)	(76.646)		
Total dos investimentos (A-B)				12.322.055	12.247.087		

Os percentuais acima estão arredondados.

(*) Patrimônio líquido e lucro líquido ajustados pelos lucros não realizados entre controladas no valor de R\$ 38.652.

- (i) Até 31 de julho de 2022 a Ultragaz era controlada da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 1 de agosto de 2022 a Sociedade fez a aquisição da participação de 99% da Cia. Ultragaz. Em 1 de novembro de 2022 foi constituída a Ultragaz Participações S.A., que passou a ser a controladora direta da Companhia Ultragaz S.A. e respectivas controladas. Para mais informações, vide nota explicativa 1.a.2.
- (ii) A Sociedade fez a aquisição da participação de 50% da Química da Bahia em 1 de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022 a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A.
- (iii) Em 01 de agosto de 2022 a Ultrapar adquiriu a totalidade de cotas da UVC Investimentos Ltda. de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.
- (iv) Investimento considera os saldos de menos valia de R\$ 10.627 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 11.356 em 31 de dezembro de 2022).
- (v) Em 28 de abril a Imaven Imóveis Ltda realizou cisão parcial de seu patrimônio, tendo a parcela cindida incorporada na controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 01 de maio

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

- de 2023 a Ultrapar adquiriu a totalidade de cotas da Imaven Imóveis Ltda. de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.
- (vi) Companhia constituída em 28 de fevereiro de 2023 tendo como objeto a participação no capital de outras sociedades.
- (vii) Em 02 de outubro de 2023, a Sociedade realizou a transferência da totalidade de cotas do Centro de Conveniências Millennium Ltda para a sua controlada Ultrapar Mobilidade Ltda, como forma de aporte de capital.

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Consolidado			
				Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empreendimentos controlados em conjunto							
União Vopak – Armazéns Gerais Ltda (1)	3.100	15.388	50	1.550	4.456	7.694	(3.880)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (2)	95.027	23.094	33	31.553	25.186	7.668	26.110
Latitude Logística Portuária S.A (3)	12.004	(4.068)	50	6.002	7.638	(1.636)	(2.339)
Navegantes Logística Portuária S.A (3)	47.509	(22.820)	33	15.836	23.250	(7.413)	(11.040)
Nordeste Logística I S.A. (3)	21.212	6.305	33	7.071	6.340	730	2.591
Nordeste Logística II S.A. (3)	51.649	(5.553)	33	17.216	19.415	(2.199)	(2.007)
Nordeste Logística III S.A (3)	54.012	3.933	33	18.004	17.038	967	(30)
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (i)	6.956	(84)	50	3.478	3.520	(42)	(8)
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. ("Opla") (6)	108.311	8.141	50	54.155	-	4.071	-
Outros investimentos	-	-	-	349	-	-	-
Coligadas							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (4)	15.913	8.253	25	3.978	3.898	2.043	2.771
Metalúrgica Plus S.A. (5)	(769)	(298)	33	(256)	(157)	(99)	(105)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (5)	1.490	376	33	497	615	124	118
Outros investimentos	-	-	-	33	28	-	-
Ágio sobre investimentos							
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla") (6)	-	-	-	158.634	-	-	-
Total (A)				318.100	111.227	11.908	12.181
Total da provisão para passivo a descoberto (B)				(256)	(157)		
Total dos investimentos (A-B)				318.356	111.384		

Os percentuais acima estão arredondados.

(i) A Sociedade adquiriu a participação de 50% da Química da Bahia em 1 de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022, a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A.

- (1) A controlada Ultracargo Logística participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no porto de Paranaguá.
- (2) A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.
- (3) A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); no porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”).
- (4) A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.
- (5) A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente as coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.
- (6) A controlada Ultracargo Logística adquiriu 50% de participação da Opla em 1 de julho de 2023. Para mais informações vide nota 29.c.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas que possuem participações de não-controladores relevantes:

	Consolidado					
	Proporção da participação acionária e dos direitos de voto detidos por participações de não-controladores		Patrimônio líquido atribuído a participações de não-controladores		Resultado alocado a participações de não-controladores do exercício	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controladas	%	%				
Iconic Lubrificantes S.A.	44%	44%	477.710	446.707	72.505	34.955
Outros investimentos	-	-	45.621	19.520	5.453	4.275
			523.331	466.227	77.958	39.230

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2023								
	União Vopak	RPR	Química da Bahia	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Opla
Ativo circulante	7.256	592.237	331	6.262	5.376	39.078	19.425	23.566	12.844
Ativo não circulante	132	252.722	9.734	86.273	166.000	49.869	46.165	52.299	177.782
Passivo circulante	92	488.932	-	27.309	76.402	44.852	1.183	2.384	58.308
Passivo não circulante	4.196	228.994	3.109	53.222	47.464	22.883	12.758	19.468	24.007
Patrimônio líquido	3.100	127.033	6.956	12.004	47.510	21.212	51.649	54.013	108.311
Receita líquida	-	2.954.931	-	12.220	-	16.895	5.264	13.324	35.117
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	22.174	(2.940.640)	(51)	(10.565)	(12.342)	(8.742)	(9.732)	(10.354)	(20.415)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(6.786)	6.608	(33)	(5.723)	(10.478)	(1.848)	(1.085)	963	(6.561)
Lucro (prejuízo) líquido	15.388	20.899	(84)	(4.068)	(22.820)	6.305	(5.553)	3.933	8.141
Quantidade de ações ou cotas possuídas	5.599	5.078.888	1.493.122	9.384.693	37.998.195	2.317.921	22.393.571	16.977.737	33.915.815
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33	50

	31/12/2022								
	União Vopak	RPR	Química da Bahia	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	
Ativo circulante	3.164	615.563	382	9.526	4.358	20.604	38.951	25.598	
Ativo não circulante	7.454	156.788	9.767	67.774	179.377	23.146	40.806	49.800	
Passivo circulante	1.378	432.502	-	13.112	40.675	6.183	10.915	7.871	
Passivo não circulante	328	263.999	3.109	48.912	73.311	18.546	10.596	16.415	
Patrimônio líquido	8.912	75.850	7.040	15.276	69.749	19.021	58.246	51.112	
Receita líquida	3.408	3.215.987	-	12.722	-	20.631	3.205	12.798	
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.412)	(3.085.140)	(15)	(9.864)	(11.360)	(7.901)	(7.367)	(10.720)	
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	2.244	(52.248)	-	(4.574)	(8.408)	(3.632)	531	(1.280)	
Lucro (prejuízo) líquido	(7.760)	78.599	(15)	(1.716)	(19.768)	9.098	(3.631)	798	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	1.493.122	9.384.693	37.998.195	984.587	22.393.571	16.977.737	
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33	

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2023		
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.827	5	828
Ativo não circulante	9.329	-	1.269
Passivo circulante	3.642	32	218
Passivo não circulante	602	742	390
Patrimônio líquido	15.912	(769)	1.489
Receita líquida	16.212	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(8.145)	(263)	378
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	186	(35)	(2)
Lucro (prejuízo) líquido	8.253	(298)	376
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	33	33

	31/12/2022		
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.598	6	617
Ativo não circulante	10.420	-	1.949
Passivo circulante	2.824	29	167
Passivo não circulante	601	448	555
Patrimônio líquido	15.593	(471)	1.844
Receita líquida	18.250	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.593)	(245)	356
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	76	(69)	(3)
Lucro (prejuízo) líquido	10.733	(314)	353
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	33	33

A composição e movimentação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstradas abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	12.141.736	28.705	12.170.441	106.843	4.384	111.227
Equivalência patrimonial (*)	2.482.877	7.627	2.490.504	9.840	2.068	11.908
Dividendos	(1.782.516)	(2.196)	(1.784.712)	(11.072)	(2.200)	(13.272)
Instrumento patrimonial outorgado (ii)	5.598	-	5.598	899	-	899
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.163)	895	(6.268)	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	422.886	-	422.886	-	-	-
Transações com sócios - alterações de participação	168	-	168	-	-	-
Aquisição da Imaven Imóveis LTDA	60.930	-	60.930	-	-	-
Aquisição do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla")	-	-	-	210.096	-	210.096
Redução de capital	(1.093.204)	-	(1.093.204)	(3.100)	-	(3.100)
Demais movimentos	-	-	-	342	-	342
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (i)	12.231.312	35.031	12.266.343	313.848	4.252	318.100

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)	8.247.649	4.548	8.252.197	71.389	7.204	78.593
Equivalência patrimonial	1.286.248	26.098	1.312.346	9.397	2.784	12.181
Dividendos	(352.993)	(4.296)	(357.289)	(4.298)	(2.076)	(6.374)
Instrumento patrimonial outorgado (ii)	14.195	-	14.195	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.798	267	2.065	267	-	267
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	288	(1.440)	(1.152)	(1.440)	-	(1.440)
Aumento de capital em dinheiro	369.021	-	369.021	28.000	-	28.000
Transações com sócios - alterações de participação	910	3.528	4.438	3.528	(3.528)	-
Resgate de ações Ultragaz	(23.065)	-	(23.065)	-	-	-
Aquisição Cia Ultragaz	1.823.105	-	1.823.105	-	-	-
Aquisição UVC Investimentos	(129)	-	(129)	-	-	-
Movimentações com operações descontinuadas	774.709	-	774.709	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	12.141.736	28.705	12.170.441	106.843	4.384	111.227

(*) Ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(i) Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto.

(ii) Valores referem-se à outorga de incentivo de longo prazo nas controladas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., Ultragaz Participações Ltda e Ultracargo – Operações Logísticas Ltda.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

12 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e bases de distribuição; (ii) Ultragaz: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iii) Ultracargo: áreas portuárias e (iv) Sociedade: escritórios. A Sociedade e algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

- **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições e remensurações (i)	Baixas de contratos	Transferências (ii)	Amortizações	Aquisição de controlada (iii)	Saldo em 31/12/2023
Custo:								
Imóveis	10	2.019.898	140.245	(165.551)	-	-	4.274	1.998.866
Áreas portuárias	29	311.174	3.790	-	-	-	-	314.964
Veículos	4	186.455	120.705	(71.781)	-	-	35.009	270.388
Equipamentos	5	26.345	12.910	(1.973)	-	-	996	38.278
Outros	20	27.846	-	-	-	-	-	27.846
		<u>2.571.718</u>	<u>277.650</u>	<u>(239.305)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.279</u>	<u>2.650.342</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		(634.688)	-	95.896	(4.491)	(209.522)	(393)	(753.198)
Áreas portuárias		(36.773)	-	-	-	(7.847)	-	(44.620)
Veículos		(83.902)	-	63.708	-	(80.661)	(9.112)	(109.967)
Equipamentos		(2.850)	-	1.974	-	(4.151)	(157)	(5.184)
Outros		(22.128)	-	-	-	(3.719)	-	(25.847)
		<u>(780.341)</u>	<u>-</u>	<u>161.578</u>	<u>(4.491)</u>	<u>(305.900)</u>	<u>(9.662)</u>	<u>(938.816)</u>
Valor líquido		<u>1.791.377</u>	<u>277.650</u>	<u>(77.727)</u>	<u>(4.491)</u>	<u>(305.900)</u>	<u>30.617</u>	<u>1.711.526</u>

(i) Considera R\$ 195.591 referente a adições e remensurações entre ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar.

(ii) Refere-se à amortização de direito de uso, a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, até o início de sua operação.

(iii) Para mais informações, vide nota explicativa nº 29.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Imóveis	10	1.793.473	366.805	(140.380)	-	-	2.019.898
Áreas portuárias	29	299.630	11.868	(324)	-	-	311.174
Veículos	4	146.173	115.666	(75.384)	-	-	186.455
Equipamentos	5	16.740	9.958	(353)	-	-	26.345
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		<u>2.283.862</u>	<u>504.297</u>	<u>(216.441)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.571.718</u>
Amortização acumulada:							
Imóveis		(489.470)	-	79.003	(5.311)	(218.910)	(634.688)
Áreas portuárias		(23.526)	-	-	-	(13.247)	(36.773)
Veículos		(98.867)	-	66.554	-	(51.589)	(83.902)
Equipamentos		(1.834)	-	399	-	(1.415)	(2.850)
Outros		(18.870)	-	-	-	(3.258)	(22.128)
		<u>(632.567)</u>	<u>-</u>	<u>145.956</u>	<u>(5.311)</u>	<u>(288.419)</u>	<u>(780.341)</u>
Valor líquido		<u>1.651.295</u>	<u>504.297</u>	<u>(70.485)</u>	<u>(5.311)</u>	<u>(288.419)</u>	<u>1.791.377</u>

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.348.311
Apropriação de juros	128.069
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(357.879)
Adições e remensurações	482.439
Baixas de contratos	(77.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.523.769
Apropriação de juros	143.005
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(213.527)
Pagamento de juros	(145.586)
Adições e remensurações	257.201
Baixas de contratos	(71.569)
Aquisição de controlada (29.b; 29.d)	30.641
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.523.934
Circulante	311.426
Não circulante	1.212.508

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente está apresentado abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Até 1 ano	418.450	343.792
De 1 a 2 anos	322.165	319.284
De 2 a 3 anos	227.785	277.318
De 3 a 4 anos	189.744	201.227
De 4 a 5 anos	147.977	173.229
Mais de 5 anos	1.003.655	1.089.255
Total	<u>2.309.776</u>	<u>2.404.105</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	9,40%
6 a 10 anos	9,87%
11 a 15 anos	10,28%
mais de 15 anos	10,42%

c. Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido

Base nominal	1.711.526
Base inflacionada	2.069.381
	<u>20,9%</u>

Passivo de arrendamento

Base nominal	1.523.934
Base inflacionada	1.716.145
	<u>12,6%</u>

Despesa financeira

Base nominal	143.005
Base inflacionada	172.341
	<u>20,5%</u>

Despesa de amortização

Base nominal	305.900
Base inflacionada	341.301
	<u>11,6%</u>

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

	Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar
Fluxo de caixa a valor presente	<u>140.964</u>
Fluxo de caixa nominal	<u>213.654</u>

d. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor e de curto prazo

A Sociedade e suas controladas, especialmente Cia. Ultragaz, Bahiana e IPP mantêm contratos de arrendamento considerados como sendo de baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
31/12/2023	7.693	1.872	-	9.565
31/12/2022	2.458	5.689	-	8.147

O total de arrendamentos considerados como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi R\$ 7.794 (R\$ 18.466 no exercício findo em 31 dezembro de 2022).

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Aquisição de controladas (vide nota explicativa nº 29)	Saldo em 31/12/2023
Custo:								
Terrenos	-	619.116	1.053	-	3.316	(16.369)	36	607.152
Edificações	31	1.532.506	27.100	-	198.398	(111.899)	891	1.646.996
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	1.169.326	30.348	-	90.557	(12.458)	15.225	1.292.998
Máquinas e equipamentos	11	3.186.759	111.726	-	133.554	(14.634)	112.779	3.530.184
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes	13	3.213.123	86.714	-	143.010	(92.744)	11.534	3.361.637
Tanques e vasilhames para GLP	8	920.287	129.567	-	431	(43.887)	-	1.006.398
Veículos	8	325.094	24.661	-	1.351	(9.473)	29.801	371.434
Móveis e utensílios	9	201.708	12.326	-	1.649	(4.547)	1.504	212.640
Equipamentos de informática	5	303.023	19.787	-	4.516	(10.750)	2.145	318.721
Obras em andamento	-	694.726	650.828	-	(567.114)	-	5.056	783.496
Adiantamentos a fornecedores	-	18.139	20.501	-	(6.263)	-	180	32.557
Importações em andamento	-	902	2.205	-	-	-	-	3.107
		<u>12.184.709</u>	<u>1.116.816</u>	<u>-</u>	<u>3.405</u>	<u>(316.761)</u>	<u>179.151</u>	<u>13.167.320</u>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Aquisição de controladas (vide nota explicativa nº 29)	Saldo em 31/12/2023
Depreciação acumulada:							
Edificações	(591.812)	-	(46.187)	-	101.919	(438)	(536.518)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(618.256)	-	(71.139)	-	8.858	(2.650)	(683.187)
Máquinas e equipamentos	(1.926.954)	-	(194.666)	-	13.499	(39.721)	(2.147.842)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(2.113.657)	-	(181.233)	-	60.982	(4.935)	(2.238.843)
Tanques e vasilhames para GLP	(557.260)	-	(83.777)	-	35.739	-	(605.298)
Veículos	(154.177)	-	(29.483)	-	5.608	(3.459)	(181.511)
Móveis e utensílios	(118.438)	-	(14.032)	-	3.052	(699)	(130.117)
Equipamentos de informática	(239.978)	-	(23.721)	-	10.058	(1.311)	(254.952)
	<u>(6.320.532)</u>	<u>-</u>	<u>(644.238)</u>	<u>-</u>	<u>239.715</u>	<u>(53.213)</u>	<u>(6.778.268)</u>
Provisão para perdas com valor recuperável:							
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	(146)
Edificações	-	(21)	-	-	4	-	(17)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(30)	(11)	-	-	30	-	(11)
Máquinas e equipamentos	(1.566)	(57)	-	-	328	-	(1.295)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(22)	-	-	-	20	-	(2)
	<u>(1.764)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>(1.471)</u>
Valor líquido	<u>5.862.413</u>	<u>1.116.727</u>	<u>(644.238)</u>	<u>3.405</u>	<u>(76.664)</u>	<u>125.938</u>	<u>6.387.581</u>

(i) Refere-se a R\$ 1.086 transferidos para o intangível, R\$ 4.491 transferidos dos ativos de direito de uso.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos ativos dos terminais, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão dos terminais, bases de distribuição e aquisição de imóveis operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Aquisição de controladas (vide nota explicativa nº 29)	Saldo em 31/12/2022
Custo:								
Terrenos	-	610.294	-	-	23.539	(14.717)	-	619.116
Edificações	32	1.486.721	20.020	-	73.744	(47.979)	-	1.532.506
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	1.056.179	40.685	-	82.317	(9.855)	-	1.169.326
Máquinas e equipamentos	12	3.024.577	99.477	-	70.150	(7.518)	73	3.186.759
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes	13	3.245.586	96.208	-	12.680	(141.351)	-	3.213.123
Tanques e vasilhames para GLP	9	840.931	94.356	-	-	(15.000)	-	920.287
Veículos	9	288.239	33.452	-	8.050	(4.647)	-	325.094
Móveis e utensílios	9	168.092	34.905	-	5.140	(6.531)	102	201.708
Equipamentos de informática	5	330.375	24.069	-	2.053	(53.863)	389	303.023
Obras em andamento (ii)	-	452.248	482.043	-	(239.082)	(483)	-	694.726
Adiantamentos a fornecedores	-	14.281	35.887	-	(32.029)	-	-	18.139
Importações em andamento	-	181	902	-	(181)	-	-	902
		<u>11.517.704</u>	<u>962.004</u>	<u>-</u>	<u>6.381</u>	<u>(301.944)</u>	<u>564</u>	<u>12.184.709</u>
Depreciação acumulada:								
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Aquisição de controladas (vide nota explicativa nº 29)	Saldo em 31/12/2022
Edificações		(585.846)	-	(42.195)	-	36.229	-	(591.812)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(573.553)	-	(58.172)	606	12.863	-	(618.256)
Máquinas e equipamentos		(1.758.401)	-	(175.567)	-	7.024	(10)	(1.926.954)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(2.050.533)	-	(175.899)	(3)	112.778	-	(2.113.657)
Tanques e vasilhames para GLP		(498.310)	-	(69.860)	-	10.910	-	(557.260)
Veículos		(133.149)	-	(23.713)	-	2.685	-	(154.177)
Móveis e utensílios		(112.288)	-	(11.496)	(603)	5.953	(4)	(118.438)
Equipamentos de informática		(269.534)	-	(23.933)	-	53.526	(37)	(239.978)
		<u>(5.981.614)</u>	<u>-</u>	<u>(580.835)</u>	<u>-</u>	<u>241.968</u>	<u>(51)</u>	<u>(6.320.532)</u>
Provisão para perdas com valor recuperável:								
Terrenos		(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(18)	(12)	-	-	-	-	(30)
Máquinas e equipamentos		(1.289)	(27)	-	-	(250)	-	(1.566)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(46)	-	-	-	24	-	(22)
		<u>(1.499)</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>(1.764)</u>
		<u>5.534.591</u>	<u>961.965</u>	<u>(580.835)</u>	<u>6.381</u>	<u>(60.202)</u>	<u>513</u>	<u>5.862.413</u>

14 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Varição cambial	Aquisição de controladas	Saldo em 31/12/2023
Custo:									
Âgio (a)	-	917.775	-	-	-	-	-	25.350	943.125
Software (c)	5	1.299.088	273.310	-	1.086	(79.909)	-	10.026	1.503.601
Fundo de comércio	15	114.593	1.357	-	-	-	-	39.224	155.174
Marcas (d)	-	65.647	-	-	-	-	(3.344)	-	62.303
Direito de uso de marcas (d)	30	114.792	25	-	-	-	-	6.143	120.960
Outros	3	177	-	-	-	(3)	-	14.953	15.127
Créditos de descarbonização (CBIO) (b)	-	232.305	778.885	-	-	(300.480)	-	-	710.710
		<u>2.744.377</u>	<u>1.053.577</u>	<u>-</u>	<u>1.086</u>	<u>(380.392)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>95.696</u>	<u>3.511.000</u>
Amortização acumulada:									
Software		(708.659)	-	(192.976)	-	79.720	-	(4.858)	(826.773)
Fundo de comércio		(102.037)	-	(2.956)	-	-	-	(1.152)	(106.145)
Direito de uso de marcas		(14.930)	-	(3.889)	-	-	-	(112)	(18.931)
Outros		(402)	-	(4.835)	-	3	-	-	(5.234)
		<u>(826.028)</u>	<u>-</u>	<u>(204.656)</u>	<u>-</u>	<u>79.723</u>	<u>-</u>	<u>(6.122)</u>	<u>(957.083)</u>
Valor líquido		<u>1.918.349</u>	<u>1.053.577</u>	<u>(204.656)</u>	<u>1.086</u>	<u>(300.669)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>89.574</u>	<u>2.553.917</u>

(i) Refere-se a R\$ 1.086 transferidos do imobilizado.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
Custo:								
Âgio (a)	-	818.096	99.679	-	-	-	-	917.775
Software (c)	5	1.146.980	277.600	-	173	(125.665)	-	1.299.088
Fundo de comércio	12	114.593	-	-	-	-	-	114.593
Marcas (d)	-	69.198	-	-	-	-	(3.551)	65.647
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros	10	421	999	-	(1.243)	-	-	177
Créditos de descarbonização (CBIO) (b)	-	-	635.130	-	-	(402.825)	-	232.305
		<u>2.264.080</u>	<u>1.013.408</u>	<u>-</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(528.490)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>2.744.377</u>
Amortização acumulada:								
Software		(679.402)	-	(154.122)	-	124.865	-	(708.659)
Tecnologia		-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio		(101.027)	-	(1.010)	-	-	-	(102.037)
Direito de uso de marcas		(11.993)	-	(2.937)	-	-	-	(14.930)
Outros		(402)	-	-	-	-	-	(402)
		<u>(792.824)</u>	<u>-</u>	<u>(158.069)</u>	<u>-</u>	<u>124.865</u>	<u>-</u>	<u>(826.028)</u>
Custo líquido		<u>1.471.256</u>	<u>1.013.408</u>	<u>(158.069)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(403.625)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>1.918.349</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. O saldo é composto pelas seguintes aquisições.

	Segmento	31/12/2023	31/12/2022
Ágio na aquisição de:			
Ipiranga (i)	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Neogas (ii)	Ultragaz	7.761	-
Stella (ii)	Ultragaz	103.051	99.679
Serra Diesel	Ultrapar	14.217	-
TEAS (iii)	Ultracargo	797	797
		<u>943.125</u>	<u>917.775</u>

(i) Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na controladora Ultrapar.

(ii) Para mais informações, vide notas explicativas nº 29.a e nº 29.b.

(iii) Em 27 de abril de 2023 a Sociedade foi incorporada pela Ultracargo Logística S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo.

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2023 variaram de 10,1 % a 11,1% e -0,5% a 0,5% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2024 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e apresentado ao Conselho de Administração.

b. Aquisição e provisão para créditos de descarbonização (Consolidado)

A Sociedade através da sua controlada IPP possui obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia.

Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentados conforme decreto vigente para cada exercício para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

A obrigação é registrada na rubrica de “Provisão para créditos de descarbonização”, de maneira proporcional às metas anuais estabelecidas pela ANP, através do custo médio de aquisição dos créditos adquiridos e o valor justo dos créditos negociados na B3 na data de fechamento para os créditos a serem adquiridos. Em 2023 foi registrado o montante de R\$ 741.982 (R\$ 272.969 em 2022).

Em 25 de abril de 2023 foi publicado o Decreto nº 11.499/2023, que estabelece em caráter excepcional, o prazo de aposentadoria dos créditos de descarbonização até setembro de 2023 para comprovação da meta de 2022 e até março de 2024 para comprovação da meta de 2023.

c. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com softwares em andamento no montante de R\$ 11.200 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 18.673 em 31 de dezembro de 2022).

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e marca NEOgás, adquiridas na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção

a. Composição

Descrição	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda estrangeira:							
Notas no mercado externo (e)	US\$	5,30%	2026 e 2029	-	-	3.694.339	3.973.816
Financiamento externo (f)	US\$	4,60%	2024 e 2025	-	-	1.018.429	1.161.798
Financiamento externo (f)	JPY	1,30%	2025	-	-	439.852	-
Financiamento externo (f)	EUR\$	4,40%	2024	-	-	126.171	54.542
Total moeda estrangeira				-	-	5.278.791	5.190.156
Moeda nacional:							
Debêntures – CRA (d)	IPCA +	5,10%	2024 a 2032	-	-	3.434.287	3.011.462
Debêntures – CRA (d)	%DI	97,50%	2023	-	-	-	660.485
Debêntures - Ultracargo. (d)	IPCA +	4,10%	2028	-	-	556.677	482.185
CCB (g)	%DI	109,40%	2025	-	-	552.407	-
Debêntures – CRA (d)	Pré	11,20%	2027	-	-	539.914	-
Debêntures – CRA (d)	DI+	0,70%	2027	-	-	488.269	-
CDCA (g)	% DI	108,60%	2024	-	-	201.848	-
Debêntures – Ultracargo (d)	Pré	6,50%	2024	-	-	87.826	81.548
FINEP	TJLP (1)	1,00%	2024 a 2026	-	-	1.264	-
Debêntures – 6ª emissão (d)	%DI	0,00%	2023	-	1.800.213	-	1.800.213
Total moeda nacional				-	1.800.213	5.862.492	6.035.893
Total moeda estrangeira e nacional				-	1.800.213	11.141.283	11.226.049
Instrumentos financeiros derivativos (*)				-	-	626.734	524.312
Total				-	1.800.213	11.768.017	11.750.361
Circulante				-	1.800.213	1.993.254	3.360.677
Não circulante				-	-	9.774.763	8.389.684

(*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 27.g).

- 1) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2023, a TJLP estava fixada em 6,55% a.a.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.764.199	16.377.643
Captações com efeito caixa	-	1.519.580
Apropriação de juros	218.566	945.023
Pagamento de principal	-	(5.848.611)
Pagamento de juros	(182.552)	(914.979)
Variação monetária e cambial	-	(587.064)
Variação de valor justo	-	(68.366)
Resultado de <i>hedges</i>	-	327.135
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.800.213	11.750.361
Captações (d; e; f)	-	2.903.031
Apropriação de juros	42.968	761.052
Pagamento de principal	(1.725.000)	(3.149.525)
Pagamento de juros	(118.181)	(742.724)
Saldo de empresa adquirida (vide nota explicativa nº 29)	-	111.328
Variação monetária e cambial	-	(319.488)
Variação de valor justo	-	351.560
Resultado de <i>hedges</i>	-	102.422
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	11.768.017

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
De 1 a 2 anos	1.879.412	817.898
De 2 a 3 anos	2.243.967	782.965
De 3 a 4 anos	1.023.820	2.268.647
De 4 a 5 anos	1.691.595	-
Mais de 5 anos	2.935.969	4.520.174
	<u>9.774.763</u>	<u>8.389.684</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros.

Para algumas dívidas a Administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 27.h).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

b. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Debêntures	Notas no mercado externo	Banco do Brasil
31/12/2021	54.490	28.018	76
Custos de transação	30.420	-	-
Amortizações	(16.742)	(15.613)	(76)
31/12/2022	68.168	12.405	-
Custos de transação	23.569	-	-
Amortizações	(17.337)	(2.289)	-
31/12/2023	74.400	10.116	-

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	31/12/2023
Até 1 ano	18.583
De 1 a 2 anos	17.685
De 2 a 3 anos	17.336
De 3 a 4 anos	13.624
De 4 a 5 anos	8.277
Mais de 5 anos	9.011
Total	84.516

c. Garantias

Os financiamentos não possuem garantias reais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, e possuem avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.966.890 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9.371.295 em 31 de dezembro de 2022).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 103.600 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 115.451 em 31 de dezembro de 2022).

A controlada IPP emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes, com pagamentos futuros máximo relacionados a essas garantias no montante de R\$ 397.152 (R\$ 550.908 em 31 de dezembro de 2022). Caso a controlada IPP venha a ser instada a realizar algum pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2023 a controlada IPP não teve perdas relacionadas a essas garantias.

d. Debêntures

Referem-se a recursos captados pela Sociedade e suas controladas utilizados, substancialmente, no curso ordinário dos seus negócios.

Data Emissão	Natureza	Empresa	Emissora	Emissão	Série	Vencimento	Principal	Remuneração original	Instrumento de proteção/swap	Pagamento da remuneração	Pagamento do valor nominal
abr/17	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Eco Consult - Consultoria de Oper. Financ. Agropecuárias Ltda.	5 ^a	2 ^a	abr/24	R\$ 352.361	IPCA + 4,68%	93,9% do DI	Anual	No vencimento
out/17	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	7 ^a	2 ^a	out/24	R\$ 213.693	IPCA + 4,34%	97,3% do DI	Anual	No vencimento
dez/18	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	8 ^a	2 ^a	dez/25	R\$ 240.000	IPCA + 4,61%	97,1% do DI	Anual	No vencimento
nov/19	Debêntures	Ultracargo Logística S.A.	-	1 ^a	Única	nov/24	R\$ 90.000	6,47%	99,94% do DI	Semestral	No vencimento
mar/21	Debêntures	Ultracargo Soluções Logísticas S.A.	-	1 ^a	Única	mar/28	R\$ 360.000	IPCA + 4,04%	111,4% do DI	Semestral	No vencimento
mar/21	Debêntures	Ultracargo Logística S.A.	-	2 ^a	Única	mar/28	R\$ 100.000	IPCA + 4,37%	111,4% do DI	Semestral	No vencimento
set/21	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	10 ^a	Única	set/28	R\$ 960.000	IPCA + 4,8287%	102,75% do DI	Semestral	No vencimento
jun/22	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	11 ^a	Única	jun/32	R\$ 1.000.000	IPCA + 6,0053%	104,8% do DI	Semestral	Anual a partir do 8º ano
jun/23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	12 ^a	1 ^a	jun/27	R\$ 325.791	11,17% a.a.	105,1% do DI	Trimestral	No vencimento
jun/23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	12 ^a	2 ^a	jun/27	R\$ 292.209	DI + 0,70% a.a.	-	Trimestral	No vencimento
jul/23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	13 ^a	1 ^a	jul/27	R\$ 200.000	11,17% a.a.	102,9% do DI	Trimestral	No vencimento
jul/23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	13 ^a	2 ^a	jul/27	R\$ 200.000	DI + 0,70% a.a.	-	Trimestral	No vencimento

Em abril de 2022 a Ipiranga Produtos de Petróleo S/A liquidou o contrato relativo à 5^a emissão, 1^a série, celebrado em abril de 2017 no montante de R\$ 660.139.

Em outubro de 2022 a Ipiranga Produtos de Petróleo S/A liquidou o contrato relativo à 7^a emissão, 1^a série, celebrado em outubro de 2017 no montante de R\$ 730.384.

Em março de 2023 a Sociedade liquidou o contrato relativo à 6ª emissão, série única, celebrado em março de 2018 no montante de R\$ 1.725.000.

Em dezembro de 2023 a Ipiranga Produtos de Petróleo S/A liquidou o contrato relativo à 8ª emissão, 1ª série, celebrado em dezembro de 2018 no montante de R\$ 660.000.

A Sociedade e suas controladas contrataram instrumentos de proteção para as variações dos respectivos indexadores. Os instrumentos de proteção foram designados como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado. As debêntures não possuem *covenants* financeiros.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2023):

	Vencimento	31/12/2023
Encargos ⁽¹⁾		191.959
abr/2024		491.882
out/2024		295.933
nov/2024		90.000
dez/2025		317.934
jun/2027		618.000
jul/2027		400.000
mar/2028		550.621
set/2028		1.101.274
jun/2030		349.790
jun/2031		349.790
jun/2032		349.790
Total		5.106.973

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

e. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016 a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 750.000 em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. Em 6 de junho de 2019 foram emitidos US\$ 500.000 (equivalente a R\$ 2.790.250 em 31 de dezembro de 2021) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota.

Em 21 de junho de 2019 a Ultrapar International recomprou US\$ 200.000 das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e, adicionalmente, em 13 de julho de 2020 realizou a reabertura das notas no mercado externo emitidas em 2019, realizando nova emissão no montante de US\$ 350.000 com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 99,994% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP

Em 7 de abril de 2022 a Ultrapar International iniciou ofertas de recompra de títulos de dívida (*notes*) no exterior (“Ofertas de Recompra”) de até US\$ 550.003.000,00 (“Valor Agregado Inicial de Recompra”), envolvendo (i) até a totalidade das 5,250% *Senior Notes* com vencimento em 2026 (“Notes 2026”); e (ii) até o limite de recompra das *Notes* 2029, das 5,250% *Senior Notes* com vencimento em 2029 (“Notes 2029”), ambas emitidas pela Ultrapar International e em circulação no mercado internacional. As Ofertas de Recompra juntas estavam limitadas ao Valor Agregado Inicial de Recompra, sendo que a Ultrapar International tinha a opção de aumentar o Valor Agregado Inicial de Recompra para até US\$ 600.000.000,00 em valor principal agregado, conforme descrito nos documentos das Ofertas de Recompra.

Em 14 de abril de 2022 a Ultrapar International recomprou US\$ 114.129 (equivalente a R\$ 552.533 em 31 de dezembro de 2023) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026. Em 18 de abril de 2022 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 (equivalente a R\$ 968 em 31 de dezembro de 2023) das notas no mercado externo com vencimento em 2026. Em 27 de abril de 2022 a Ultrapar International recomprou US\$ 485.667 (equivalente a R\$ 2.351.260 em 31 de dezembro de 2023) das notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo a Sociedade e suas controladas estão sujeitas a certos compromissos, dentre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP;
- Restrição de gravames em ativos superiores a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 726.195 em 31 de dezembro de 2023) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os compromissos requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

f. Financiamentos externos

Referem-se a recursos captados pelas controladas da Sociedade através da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado a seguir:

Data Emissão	Empresa	Vencimento	Principal	Encargos financeiros	Instrumento de proteção/swap
dez/22	Cia Ultragaz S.A.	set/25	USD 96.339	4,539%	108,5 do DI
jan/23	Iconic Lubrificantes S.A.	jan/24	EUR 22.480	EUR + 4,35%	111,9% do DI
jan/23	Cia Ultragaz S.A.	mar/25	JPY 12.564.392	JPY + 1,31%	109,4% do DI
mar/23	Cia Ultragaz S.A.	jul/24	USD 100.000	USD + 4,6%	110,9% do DI
mar/23	Iconic Lubrificantes S.A.	abr/24	USD 9.727	USD + 6,4%	116,0% do DI

Em setembro de 2023 a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. liquidou os financiamentos celebrados em setembro de 2018, nos montantes de US\$\$ 60.000 e US\$ 65.000.

As companhias designaram os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 27.h.1). Desta forma, tanto os financiamentos, quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade e não possuem *covenants* financeiros.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	EUR\$	US\$	JPY	R\$	Custo em % do DI
Encargos (1)	1.138	3.945	149.726	30.314	
Jan/2024	22.438	-	-	120.080	111,9%
Abr/2024	-	9.788	-	47.387	116,0%
Jul/2024	-	99.923	-	483.757	110,9%
Mar/2025	-	-	12.703.925	434.728	109,4%
Set/2025	-	96.707	-	468.186	108,5%
Total / custo médio ponderado	23.576	210.363	12.853.651	1.584.452	110,0%

(1) Considera juros, custo de transação e ajustes ao valor justo.

g. Outras captações

Em 30 de março de 2023, a controladora IPP realizou a captação de cédula de crédito bancário com lastro em operações de importação no montante de R\$ 500.000, com encargos financeiros de 109,40% do DI, vencimento em 2 de abril de 2025 e sem *covenants* financeiros.

Em 1 de junho de 2023 a controladora IPP realizou a captação de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio no montante de R\$ 200.000, com encargos financeiros de 108,6% da taxa DI, vencimento em 3 de junho de 2024 e sem *covenants* financeiros.

16 Fornecedores (Consolidado)

a. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	2.842.433	2.777.021
Fornecedores estrangeiros	1.692.786	1.674.287
Fornecedores - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	147.452	259.644
	<u>4.682.671</u>	<u>4.710.952</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas.

b. Fornecedores convênio

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais - convênio	1.039.366	2.429.497
Fornecedores estrangeiros - convênio	-	237.397
	<u>1.039.366</u>	<u>2.666.894</u>

Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento originalmente celebrado entre companhia e o fornecedor, o montante devido pelas controladas da Sociedade sem incidência de juros. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

17 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)**a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar**

Em fevereiro de 2001 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, por um valor com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

O saldo de R\$ 18.271 (R\$ 18.204 em 31 de dezembro de 2022) referente ao fundo de reversão será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 73 meses, dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições da patrocinadora de maior saldo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 22.482 (R\$ 16.368 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2023 atingiu 4.053 participantes ativos e 298 participantes aposentados (4.097 participantes ativos e 286 participantes aposentados em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Ultraprev possui 23 ex-funcionários ou beneficiários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego (Consolidado)

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de dezembro de 2023.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica (1)	211.279	164.428
Indenização do FGTS	38.456	36.357
Gratificação por tempo de serviço	2.026	2.156
Seguro de vida (1)	<u>13.062</u>	<u>12.615</u>
Total	<u>264.823</u>	<u>215.556</u>
Circulante	23.612	21.809
Não circulante	241.211	193.747

(1) Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	215.556	215.719
Despesa do exercício de operações continuadas	17.521	20.944
Despesa (receita) do exercício de operações descontinuadas	-	494
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	52.099	(2.589)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(20.353)	(19.012)
Saldo final	<u>264.823</u>	<u>215.556</u>

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica	11.182	14.660
Indenização do FGTS	4.909	4.766
Gratificação por tempo de serviço	286	563
Seguro de vida	1.144	955
Total	<u>17.521</u>	<u>20.944</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Hipóteses econômicas	31/12/2023	31/12/2022
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação	9,41	9,97
Taxa média nominal de crescimento salarial	6,83	6,98
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada de gratificação	7,33	7,07
Taxa de inflação (longo prazo)	3,50	3,50
Taxa de crescimento de serviços médicos	7,64	7,64
Taxa média de desconto de serviços médicos	9,53	10,01

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983 e RRB-1944
Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	26.978	diminuição 1,0 p.p.	33.577
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	399	aumento 1,0 p.p.	432
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	24.871	aumento 1,0 p.p.	30.738

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

18 Provisões e passivos contingentes (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Aquisição de controlada (i)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL (a.1)	559.217	14.597	(6.717)	-	69.070	-	636.167
Tributárias	68.434	46.743	(21.148)	(14.747)	27.101	789	107.172
Cíveis, ambientais e regulatórias	93.416	124.857	(29.402)	(39.071)	-	458	150.258
Trabalhistas	73.172	27.333	(27.308)	(16.310)	2.257	-	59.144
Provisão para indenizações (a.2)	150.820	32.691	(7.969)	-	28.238	-	203.780
Outras	95.113	47.329	(8.031)	-	13.198	-	147.609
Total	1.040.172	293.550	(100.575)	(70.128)	139.864	1.247	1.304.130
Circulante	22.837						45.828
Não circulante	1.017.335						1.258.302

(i) Para mais informações, vide nota explicativa nº 29.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributários	856.830	790.979
Trabalhistas	37.715	42.624
Cíveis e outros	<u>138.172</u>	<u>112.780</u>
	<u>1.032.717</u>	<u>946.383</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a atualização financeira sobre os depósitos judiciais foi de R\$ 62.217 (R\$ 26.969 em 31 de dezembro de 2022), sendo registrada em contrapartida da rubrica de receita financeira no resultado.

a.1 Provisões tributárias

Em 7 de outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 600.259 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 569.415 em 31 de dezembro de 2022). Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. No STJ, o tema foi afetado à sistemática de Recursos Repetitivos (Tema Repetitivo nº 1093) e aguarda julgamento pelo Tribunal Superior.

a.2 Provisão para indenizações

Em 1 de abril de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Oxiteno, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, Ultrapar, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 168.568 referente à provisão para indenização foi constituído, sendo R\$ 92.823 relativos a processos trabalhistas, R\$ 17.584 relativos a processos cíveis e R\$ 58.160 relativos a processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Indorama, em caso de materialização de referidas perdas.

Em 1 de agosto de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Extrafarma, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, controlada IPP, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 35.075 referente à provisão para indenização foi constituído, sendo R\$ 16.259 de processos trabalhistas, R\$ 6.420 de processos cíveis e R\$ 12.395 de processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Pague Menos, em caso de materialização de referidas perdas.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado, relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é de R\$ 4.013.392 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.601.865 em 31 de dezembro de 2022).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 3.148.222 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.656.479 em 31 de dezembro de 2022), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 185.388 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 182.446 em 31 de dezembro de 2022).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 1.380.424 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.376.199 em 31 de dezembro de 2022). Decorrem em sua maioria de: i) créditos considerados indevidos no valor de R\$ 149.061 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 201.408 em 31 de dezembro de 2022), ii) de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 196.693 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 178.825 em 31 de dezembro de 2022); iii) de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 193.912 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 193.785 em 31 de dezembro de 2022); iv) de diferenças de estoque no valor de R\$ 282.254 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 302.143 em 31 de dezembro de 2022); e v) de cobrança do adicional de 2% sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) no valor de R\$ 271.518 (R\$ 246.336 em 31 de dezembro de 2022).

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 1.394.010 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 759.469 em 31 de dezembro de 2022) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu em 2017 uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrente da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 251.789 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 233.805 em 31 de dezembro de 2022), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 624.653 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 690.052 em 31 de dezembro de 2022), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 36.935 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 35.617 em 31 de dezembro de 2022). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 A controlada Cia. Ultragaz possui processos totalizando o valor de R\$ 113.756 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 255.290 em 31 de dezembro de 2022) movidos por revendedores que visam a declaração de nulidade e a rescisão dos contratos de distribuição, além de indenizações por perdas e danos.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 240.515 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 255.334 em 31 de dezembro de 2022).

b.4 Processos indenizatórios

Em dezembro de 2022 a Sociedade, através da sua controlada Ipiranga, na figura de cedente, celebrou um contrato junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, realizando a cessão de 90% do seu direito creditório oriundo de uma ação judicial de cunho indenizatório (ativo contingente), tendo reconhecido o valor fixo de R\$ 140.000 referente a parcela inicial, sendo o primeiro recebimento de R\$ 60.000 realizado em 29 de dezembro de 2022 e a parcela remanescente de R\$ 80.000 (registrada na rubrica de Demais contas a receber em 31 de dezembro de 2022) foi recebida em 31 de março de 2023, corrigida pela taxa DI até a data de liquidação. O contrato estipula que a cessão foi realizada de forma irrevogável e irretroatável entre a cedente e cessionária, com a transferência do controle e dos riscos e benefícios.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 29.022 (R\$ 26.010 em 31 de dezembro de 2022) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras e em contrapartida foi constituído um ativo de indenização de mesmo valor, registrado na rubrica de demais contas a receber – Ativo de Indenização.

Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes e em contrapartida foi constituído um ativo de indenização de mesmo valor, registrado na rubrica de demais contas a receber – Ativo de Indenização, com saldo de R\$ 95.905 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 100.548 em 31 de dezembro de 2022). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R\$ 29.022, refere-se substancialmente a: i) R\$ 25.777 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 3.030 de processos trabalhistas.

19 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição podem ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas da Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

Em 23 de fevereiro de 2022, 03 de agosto de 2022, 15 de fevereiro de 2023 e 09 de agosto de 2023 o Conselho de Administração confirmou a emissão de, respectivamente 43.925, 21.472, 31.211 e 8.199 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações da Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 715.871 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 31 de dezembro de 2023, foi registrado como despesa financeira o valor de R\$ 45.084 (receita financeira de R\$ 5.099 em 31 de dezembro de 2022) devido à atualização dos bônus de subscrição, e permanecem retidas 3.293.074 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 87.299 (R\$ 42.776 em 31 de dezembro de 2022).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.212.490 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.115.173.080 em 31 de dezembro de 2022), sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 19 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.450.000, sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação ao capital social de parte dos recursos registrados na reserva estatutária para investimentos, no montante de R\$ 567.425, e de recursos registrados na reserva legal, no montante de R\$ 882.575.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 26,51 (R\$ 12,61 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 estavam em circulação no exterior 52.197.033 ações ordinárias na forma de ADRs (58.895.761 ações em 31 de dezembro de 2022).

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto era de 9.515.384 ações ordinárias (6.184.427 em 31 de dezembro de 2022).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Resoluções CVM 2/20 e 77/22.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$ 470.510 (R\$ 479.674 em 31 de dezembro de 2022) e eram mantidas livres em tesouraria pela Sociedade 16.195.439 ações ordinárias (19.974.556 em 31 de dezembro de 2022) adquiridas ao custo médio de R\$ 18,30.

	<u>31/12/2023</u>
Saldo livre de ações em tesouraria	16.195.439
Saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto (vide nota explicativa nº 20.b)	9.515.384
	<u>25.710.823</u>

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

e.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal totalizava R\$ 121.990 (R\$ 882.575 em 31 de dezembro de 2022). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

e.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54 do Estatuto Social, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 75% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 6.267.569 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.228.561 em 31 de dezembro de 2022).

f. Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.
- (ii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (iii) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa (i)	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (ii)	Mudança de participação de não controladores (iii)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	(601.301)	(403)	(17.803)	197.369	-	(422.138)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	910.804	403	-	-	747	911.954
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(309.503)	-	-	-	-	(309.503)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	(610)	-	-	(610)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	271	-	-	271
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(18.142)	197.369	747	179.974
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(11.375)	-	-	-	284	(11.091)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	3.691	-	-	-	-	3.691
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego próprio e de controladas	-	-	(28.710)	-	-	(28.710)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	10.244	-	-	10.244
Em 31 de dezembro de 2023	(7.684)	-	(36.608)	197.369	1.031	154.108

g. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho ou perda com a alienação de ações para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, quando ocorre a finalização do plano, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c. Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014 houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 23 de fevereiro de 2022, 03 de agosto de 2022, 15 de fevereiro de 2023 e 09 de agosto de 2023 ocorreram aumentos da reserva nos montantes de R\$ 651, R\$ 291, R\$ 411 e R\$ 149 respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 19).

h. Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2022, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 109.515 (R\$ 0,10 – dez centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 15 de fevereiro de 2023, e foram pagos a partir de 03 de março de 2023. Em 09 de agosto de 2023 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, no montante de R\$ 273.798 (R\$ 0,25 – vinte e cinco centavos de Real por ação), pagos a partir de 25 de agosto de 2023. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2023, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 439.684 (R\$ 0,40 – quarenta centavos de Real por ação) foram aprovados pelo CA em 28 de fevereiro de 2024, e serão pagos a partir de 15 de março de 2024.

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

<u>Destinação do lucro líquido</u>	31/12/2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	2.439.795
Reserva legal (5% do lucro líquido)	<u>(121.990)</u>
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	2.317.805
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	579.451
Total da distribuição	<u>579.451</u>
Dividendos intermediários já distribuídos (R\$ 0,25 por ação)	(273.798)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	<u>134.031</u>
Saldo de dividendos propostos a pagar (R\$ 0,40 por ação)	439.684
<u>Abertura do saldo de distribuição de dividendos</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	579.451
Saldo de dividendos propostos a pagar	<u>134.031</u>
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	121.990
Reserva estatutária	1.604.323
Dividendos intermediários	273.798
Dividendos mínimos obrigatórios complementar do exercício (25% do lucro líquido ajustado (-) dividendos intermediários)	305.653
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	<u>134.031</u>
Total da distribuição do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	2.439.795

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.936	48.525
Provisões	657.581	688.189
Dividendos prescritos	(1.201)	(2.048)
Pagamentos	<u>(380.898)</u>	<u>(400.025)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>314.418</u>	<u>334.641</u>

21 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de vendas:		
Mercadorias	128.570.541	146.557.649
Prestação de serviços e outros	1.669.807	1.285.056
Devoluções, abatimentos e descontos	(1.013.600)	(949.451)
Amortização dos ativos de contrato	(607.445)	(504.907)
Receita diferida	4.178	172
	<u>128.623.481</u>	<u>146.388.519</u>
Impostos sobre vendas	<u>(2.574.780)</u>	<u>(2.753.811)</u>
Receita líquida	<u>126.048.701</u>	<u>143.634.708</u>

22 Resultados por natureza

A Sociedade apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo (1)	-	-	(114.657.376)	(135.651.809)
Gastos com pessoal	(225.596)	(203.834)	(2.335.738)	(1.657.783)
Fretes e armazenagens	-	-	(1.378.054)	(1.033.718)
Obrigação de descarbonização (2)	-	-	(740.298)	(638.542)
Serviços prestados por terceiros	(80.526)	(100.262)	(662.542)	(442.379)
Depreciação e amortização	(10.216)	(1.608)	(840.377)	(732.241)
Amortização de ativos de direito de uso	(2.291)	(11.444)	(305.900)	(288.419)
Propaganda e marketing	-	-	(235.167)	(102.205)
Créditos fiscais extemporâneos (3)	-	-	19.527	34.247
Outras despesas e receitas, líquidas (4)	1.829	(26.635)	(468.794)	45.604
CSC/Holding	297.726	307.867	-	-
Total	<u>(19.074)</u>	<u>(35.916)</u>	<u>(121.604.719)</u>	<u>(140.467.245)</u>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(116.730.469)	(136.276.257)
Despesas com vendas e comerciais	-	-	(2.253.226)	(2.141.985)
Despesas gerais e administrativas	(65.850)	(35.817)	(2.018.159)	(1.534.481)
Outros resultados operacionais, líquidos	46.776	(99)	(602.865)	(514.522)
Total	<u>(19.074)</u>	<u>(35.916)</u>	<u>(121.604.719)</u>	<u>(140.467.245)</u>

(1) Inclui créditos de PIS e COFINS referente a LC 192. Para mais informações, vide nota explicativa nº 7.

(2) Refere-se à obrigação estabelecida pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo, cujos valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos. Para mais informações, vide nota explicativa nº 14.b.

⁽³⁾ Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS registrados em 2022 e 2023. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela Administração e registrados em resultado na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

⁽⁴⁾ Inclui ganhos com recebimento de sinistros de seguros de ativos no valor de R\$ 49.355.

23 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado acumulado até 31 de dezembro de 2023 foi um ganho de R\$ 121.935 (ganho de R\$ 169.289 em 31 de dezembro de 2022).

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	48.061	194.061	518.607	388.675
Juros de clientes	-	-	127.562	128.052
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 19)	-	5.099	-	5.099
Juros Selic sobre créditos de PIS/COFINS	-	133	132.257	35.268
Atualização de provisões e outras receitas	48.888	19.147	102.458	149.595
	<u>96.949</u>	<u>218.440</u>	<u>880.884</u>	<u>706.689</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(43.902)	(219.553)	(1.482.183)	(1.465.259)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(684)	(1.297)	(143.005)	(128.069)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 19)	(45.084)	-	(45.084)	-
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(14.416)	(14.245)	(156.481)	(119.828)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.051)	55.026	38.161	(458.032)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(10.595)	(1.800)	(91.422)	(4.709)
	<u>(115.732)</u>	<u>(181.869)</u>	<u>(1.880.014)</u>	<u>(2.175.897)</u>
Total	<u>(18.783)</u>	<u>36.571</u>	<u>(999.130)</u>	<u>(1.469.208)</u>

25 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 19, respectivamente.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Resultado básico por ação				
Resultado líquido da Sociedade	2.439.795	1.498.981	301.858	1.800.839
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.095.469	1.091.990	1.091.990	1.091.990
Lucro básico por ação - R\$	2,2272	1,3727	0,2764	1,6491
Resultado diluído por ação				
Resultado líquido da Sociedade	2.439.795	1.498.981	301.858	1.800.839
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.104.942	1.098.692	1.098.692	1.098.692
Lucro diluído por ação - R\$	2,2081	1,3643	0,2747	1,6391
Média ponderada das ações (em milhares)				
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.095.469			1.091.990
Efeito da diluição				
Bônus de subscrição	3.334			3.445
Plano de ações	6.139			3.257
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	1.104.942			1.098.692

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.613.452 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 19.

26 Informações por segmento

A Sociedade possui três segmentos relevantes de negócios, com atuação em energia e infraestrutura logística: Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos. Os segmentos apresentados nestas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas considerando as condições negociadas entre as partes.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas.

31/12/2023							
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	114.374.621	10.670.793	1.015.564	478.994	126.539.972	(491.271)	126.048.701
Transações com terceiros	114.087.604	10.669.365	815.249	476.483	126.048.701	-	126.048.701
Transações entre segmentos	287.017	1.428	200.315	2.511	491.271	(491.271)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(107.929.732)	(8.485.215)	(355.798)	(426.256)	(117.197.001)	466.532	(116.730.469)
Lucro bruto	6.444.889	2.185.578	659.766	52.738	9.342.971	(24.739)	9.318.232
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	(1.606.134)	(626.554)	(11.395)	(9.143)	(2.253.226)	-	(2.253.226)
Gerais e administrativas	(1.208.306)	(298.171)	(167.344)	(369.077)	(2.042.898)	24.739	(2.018.159)
Resultado na venda de bens	169.276	13.199	103	(1.587)	180.991	(59.056)	121.935
Outros resultados operacionais, líquidos	(658.614)	20.191	2.335	33.223	(602.865)	-	(602.865)
Lucro (prejuízo) operacional	3.141.111	1.294.243	483.465	(293.846)	4.624.973	(59.056)	4.565.917
Equivalência patrimonial	(7.508)	26	11.764	7.626	11.908	-	11.908
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	3.133.603	1.294.269	495.229	(286.220)	4.636.881	(59.056)	4.577.825
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	404.831	291.462	105.274	39.302	840.869	(492)	840.377
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	606.036	1.410	-	-	607.446	-	607.446
Amortização de ativos de direito de uso	209.994	61.124	30.454	4.327	305.899	-	305.899
Total de depreciação e amortização	1.220.861	353.996	135.728	43.629	1.754.214	(492)	1.753.722

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Resultado	31/12/2022						Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)	Subtotal Segmentos	Eliminações	
Receita líquida de vendas de serviços	131.337.966	11.483.398	867.148	218.770	143.907.282	(272.574)	143.634.708
Transações com terceiros	131.253.637	11.480.697	684.350	216.024	143.634.708	-	143.634.708
Transações entre segmentos	84.329	2.701	182.798	2.746	272.574	(272.574)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(126.569.490)	(9.446.354)	(340.621)	(185.914)	(136.542.379)	266.122	(136.276.257)
Lucro bruto	4.768.476	2.037.044	526.527	32.856	7.364.903	(6.452)	7.358.451
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	(1.552.636)	(576.087)	(12.701)	(561)	(2.141.985)	-	(2.141.985)
Gerais e administrativas	(828.753)	(257.315)	(134.208)	(320.657)	(1.540.933)	6.452	(1.534.481)
Resultado na venda de bens	168.709	(1.381)	(887)	2.848	169.289	-	169.289
Outros resultados operacionais, líquidos	(525.966)	6.235	3.330	1.879	(514.522)	-	(514.522)
Lucro operacional	2.029.830	1.208.496	382.061	(283.635)	3.336.752	-	3.336.752
Equivalência patrimonial	(10.052)	13	(3.880)	26.100	12.181	-	12.181
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	2.019.778	1.208.509	378.181	(257.535)	3.348.933	-	3.348.933
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	353.962	239.204	94.337	44.738	732.241	-	732.241
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	503.751	1.502	-	-	505.253	(346)	504.907
Amortização de ativos de direito de uso	191.178	56.177	37.124	3.940	288.419	-	288.419
Total de depreciação e amortização	1.048.891	296.883	131.461	48.678	1.525.913	(346)	1.525.567

(1) Inclui na linha "Gerais e administrativas e receita de venda de bens" o montante de R\$ 167.929 em 2023 (R\$ 157.621 em 2022) de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar.

(2) A coluna "Outros" é formada pela controladora Ultrapar e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven Imóveis Ltda. ("Imaven"), Ultrapar International, Ultrapar Empreendimentos, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial do empreendimento controlado em conjunto RPR. Em 2022 a Sociedade deixou de apresentar a Abastece Aí como segmento, incluindo o seu saldo na coluna de "Outros".

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

31/12/2023							
Principais indicadores - Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	459.558	376.312	292.653	15.134	1.143.657	(131.018)	1.012.639
Juros capitalizados e demais itens incluídos no ativo imobilizado e provisão de ARO	35.412	-	-	-	35.412	-	35.412
Aquisição de intangível	168.547	56.540	1.060	56.041	282.188	(7.497)	274.691
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	597.798	-	-	-	597.798	-	597.798
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 14)	778.496	-	-	389	778.885	-	778.885

31/12/2022							
Principais indicadores - Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	427.861	318.750	175.984	6.641	929.236	-	929.236
Juros capitalizados e demais itens incluídos no ativo imobilizado e provisão de ARO	32.628	-	-	-	32.628	-	32.628
Aquisição de intangível	194.385	38.876	9.125	35.214	277.600	-	277.600
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	769.119	-	-	-	769.119	-	769.119
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 14)	635.130	-	-	-	635.130	-	635.130

31/12/2023						
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	25.042.098	4.144.983	3.233.270	5.831.623	38.251.974	38.251.974

31/12/2022						
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	23.342.826	4.281.857	3.045.407	5.770.913	36.441.003	36.441.003

⁽³⁾ A coluna "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

b. Informações relativas à área geográfica

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, bem como por meio de exportação de produtos e serviços a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	124.400.378	140.801.146
Estados Unidos e Canadá	1.084.594	1.785.413
Outros países da América Latina	204.306	73.351
Europa	202.665	607.416
Ásia e outros	<u>156.758</u>	<u>367.382</u>
Total	<u>126.048.701</u>	<u>143.634.708</u>

27 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço de commodities, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo.

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Administração e Controle e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao Conselho de Administração da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o Conselho de Administração na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o Conselho de Administração na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao Conselho de Administração qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real (moeda funcional da Sociedade). A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o Dólar Norte-Americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	371.474	311.017
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	84.855	6.131
Demais contas a receber	715.877	727.057
Outros ativos de controladas no exterior	<u>152.393</u>	<u>280.738</u>
	<u>1.324.599</u>	<u>1.324.943</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira brutos de custos de transação e deságio das notas do mercado externo ⁽¹⁾	(5.297.013)	(5.213.100)
Contas a pagar decorrentes de importações	<u>(1.730.426)</u>	<u>(1.939.984)</u>
	<u>(7.027.439)</u>	<u>(7.153.084)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>5.309.125</u>	<u>5.274.302</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(393.715)</u>	<u>(553.839)</u>
Posição líquida passiva – efeito no resultado	(382.858)	(553.839)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(10.857)	-

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de deságio das notas de mercado externo totalizava R\$ 8.107 (R\$ 10.968 em 31 de dezembro de 2022).

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para o cenário base foi utilizado o dólar médio de R\$ 4,9416 (*), baseado nas curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2023 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de fechamento considerada foi de R\$ 4,8413.

A tabela abaixo demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 393.715 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023:

	Risco	Cenário Provável
Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7.935)
Efeito no Patrimônio Líquido	Depreciação do Real	(225)
	Efeito	<u>(8.160)</u>
Efeito no resultado	Apreciação do Real	7.935
Efeito no Patrimônio Líquido	Apreciação do Real	225
	Efeito	<u>8.160</u>

(*) Dólar médio em 31 de dezembro de 2023 de acordo com taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	5.476.726	5.204.766
Aplicações financeiras	4.b	82.592	406.683
Contas a receber - venda de controladas	5.c	208.487	369.508
Financiamentos e debêntures	15	(1.242.524)	(2.460.698)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	27.g	(4.629.475)	(2.651.609)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	27.g	(3.938.201)	(3.416.868)
Posição líquida passiva em DI		<u>(4.042.395)</u>	<u>(2.548.218)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15	(1.264)	-
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(1.264)</u>	<u>-</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(4.043.659)</u>	<u>(2.548.218)</u>

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI e TJLP).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

<u>Exposição a juros flutuantes</u>	Risco	<u>31/12/2023</u> Cenário Provável
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Queda DI (i)	(774)
Efeito nos juros da dívida em DI	Queda DI (i)	17.516
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção de dívidas	Queda DI (i)	123.687
Receita/ (Despesa) incremental		<u>140.429</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Queda TJLP	<u>7</u>
Despesa incremental		<u>7</u>

⁽ⁱ⁾ A taxa base anual utilizada foi de 13,04% e a taxa sensibilizada foi de 10,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3, proporcionalizadas para o período de 12 meses para análise de sensibilidade.

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e outros ativos (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de contrapartes

Tal risco decorre de potencial incapacidade de as contrapartes cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência, além do risco relacionado aos ativos que compõem uma exposição. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e outros ativos são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países com determinado grau de investimento atribuído por agências de riscos de créditos especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos para o saldo de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção para 31 de dezembro de 2023, por rating da contraparte, está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022
AAA	6.714.493	5.720.996
AA	408.375	809.583
A	464	3.457
Outros (*)	47.231	50.926
Total	7.170.563	6.584.962

(*) Refere-se substancialmente a investimentos em participações minoritárias que são classificados como aplicações financeiras de longo prazo.

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A análise de crédito efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda, além da avaliação de crédito com base na experiência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Tais riscos de crédito são administrados em cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação às contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber e financiamentos a clientes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ipiranga	350.375	373.514
Ultragaz	116.583	120.076
Ultracargo	1.301	2.450
Outros	591	-
Total	<u>468.850</u>	<u>496.040</u>

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<u>Taxa média ponderada de perda esperada</u>	<u>Saldo contábil bruto</u>	<u>Provisão para perdas esperada</u>	<u>Taxa média ponderada de perda esperada</u>	<u>Saldo contábil bruto</u>	<u>Provisão para perdas esperadas</u>
A vencer	0,5%	4.412.278	24.131	0,5%	4.756.388	22.752
< 30 dias	7,6%	61.451	4.683	7,5%	29.817	2.230
31 a 60 dias	4,9%	57.753	2.841	11,1%	22.633	2.516
61 a 90 dias	15,3%	23.845	3.646	26,5%	32.522	8.617
91 a 180 dias	32,9%	47.430	15.609	34,4%	58.529	20.159
> 180 dias	48,8%	<u>856.602</u>	<u>417.940</u>	50,7%	<u>868.072</u>	<u>439.766</u>
		<u>5.459.359</u>	<u>468.850</u>		<u>5.767.961</u>	<u>496.040</u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Brasil	467.545	495.929
Estados Unidos e Canadá	9	61
Outros Países da América Latina	40	31
Europa	425	5
Outros	<u>831</u>	<u>14</u>
	<u>468.850</u>	<u>496.040</u>

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

d.4 Risco de preços de Commodities

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge*, utilizando-se de contratos derivativos negociados em bolsa e mercado de balcão.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade e as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities* em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Derivativo	Contrato			Nocional (m ³)		Nocional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)		Cenário possível (Δ de 10% - R\$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Termo de Mercadorias	Vendido	Heating Oil	fev-24	189.113	158.828	131.473	150.498	21.918	(52.214)	(2.308)	(124.293)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	fev-24	6.677	52.466	3.807	31.382	440	(15.481)	(11)	(33.404)
Termo de Mercadorias	Vendido	Soybean Oil	mar-24	1.951	-	2.977	-	(52)	-	22	-
Termo de Mercadorias	Vendido	Frete Marítimo	jan-24	40.000	-	1.533	-	(1.505)	-	3.428	-
Termo de Mercadorias	Vendido	Marine Fuel	mar-24	1.727	-	8.231	-	(99)	-	1.532	-
								20.702	(67.695)	2.663	(157.697)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas possuem capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos, totaliza R\$ 2.363.334 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15). Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.218.622 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2023 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	13.410.042	2.363.334	4.870.579	3.257.994	2.918.135
Instrumentos de proteção (3)	1.874.134	673.031	752.126	387.637	61.340
Fornecedores	4.682.671	4.682.671	-	-	-
Fornecedores - convênio	1.039.366	1.039.366	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.309.776	418.450	549.950	337.721	1.003.655
Passivo financeiro de clientes	362.581	18.670	343.911	-	-
Contraprestação contingente	112.196	-	-	112.196	-

(1) Os juros sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano, contratos futuros de lene, contratos futuros de Euro e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2023.

(2) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2023. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios visando a maximização do retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota explicativa nº 15 e arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 12.b após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 4) e pelo patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Anualmente a Sociedade e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido.

O coeficiente de alavancagem no final do exercício é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta (a)	13.291.951	13.274.130
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	7.170.563	6.584.962
Dívida líquida = (a) - (b)	6.121.388	6.689.168
Patrimônio líquido	14.029.826	12.174.968
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	43,63%	54,94%

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

Derivativos designados para *hedge accounting*

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo em 31/12/2023		Ganhos (perdas) em 31/12/2023	
		Ativo	Passivo				Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Financiamentos	USD + 0,00%	53,60% DI	out-26	27.h.2	USD 234.000	-	(106.657)	(145.949)	(10.857)
Swap cambial	Financiamentos	USD + 5,47%	110,02% DI	set-25	27.h.1	USD 206.067	-	(119.094)	(223.555)	-
Swap cambial	Financiamentos	EUR + 5,12%	111,93% DI	jan-24	27.h.1	EUR 22.480	-	(22.529)	(23.304)	-
Swap cambial	Financiamentos	JPY + 1,50%	109,40% DI	mar-25	27.h.1	JPY 12.564.393	-	(120.746)	(130.726)	-
Swap de juros	Financiamentos	IPCA + 5,03%	102,87% DI	jun-32	27.h.1	BRL 3.226.054	598.311	-	260.301	-
Swap de juros	Financiamentos	10,48%	103,64% DI	jun-27	27.h.1	BRL 615.791	12.515	(3.182)	10.694	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/RBOB	jan-24	27.h.1	USD 129.894	22.343	(854)	(50.977)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	fev-24	27.h.1	USD 211.179	3.959	(833)	19.012	-
							637.128	(373.895)	(284.504)	(10.857)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo em 31/12/2022		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo			31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,95%	106,67% DI	set-25	27.h.1	USD 221.339	106.550	(9.243)	(121.296)	-
Swap cambial	Financiamentos	EUR + 3,42%	111,60% DI	mar-23	27.h.1	EUR 9.709	1.954	-	2.573	-
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,00% DI	-	27.h.1	-	-	-	(21.566)	-
Swap de Juros	Financiamentos	IPCA + 5,03%	102,87% DI	jun-32	27.h.1	BRL 3.226.054	173.741	(59.789)	(143.762)	-
Swap de Juros	Financiamentos	6,47%	99,94% DI	nov-24	27.h.1	BRL 90.000	-	(9.513)	(5.069)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jul-23	27.h.1	USD 181.880	2.936	(70.630)	(944.896)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-23	27.h.1	USD 127.233	4.712	(3.074)	53.672	-
							289.893	(152.249)	(1.180.344)	-

Derivativos não designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo 31/12/2023		Ganhos (perdas) em 31/12/2023	
		Ativo	Passivo		31/12/2023	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Financiamentos	USD + 0,00%	52,99% CDI	jun-29	USD 375.000	186.925	(45.877)	(188.395)	-
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	mar-24	USD 457.099	1.468	(8.409)	(105.597)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ Marine Fuel/ Outros	mar-24	USD 18.127	1.524	(2.310)	5.489	-
Swap de juros	Financiamentos	USD + 5,25%	1,36% CDI	jun-29	USD 300.000	-	(196.243)	9.257	-
						189.917	(252.839)	(279.246)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo 31/12/2022		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo		31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Financiamentos	0,00%	53,0% CDI	jun-29	USD 375.000	230.145	(9.174)	(85.474)	-
NDF	Financiamentos	USD	BRL	jul-23	USD 1.116.702	36.472	(54.067)	(440.359)	-
Swap de juros	Financiamentos	USD + 5,25%	CDI - 1,36%	jun-29	USD 300.000	-	(308.821)	(266.445)	-
						266.617	(372.062)	(792.278)	-

¹ Moeda conforme indicado.

² Valores líquidos de imposto de renda.

h. Contabilidade de Hedge

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

Em 2023 a Sociedade e suas controladas adotaram o IFRS 9 para a contabilização de *hedges* e não identificaram impacto em suas demonstrações financeiras. A Sociedade e suas controladas descontinuam a contabilização de *hedge* quando o instrumento de *hedge* for liquidado ou se o item protegido deixa de existir ou o *hedge* deixa de se qualificar para Contabilidade de *Hedge* devido à ausência de relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A remoção voluntária de designação não é permitida.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor nocional – US\$	206.067	221.339
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(223.555)	(142.863)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(3.768)	28.000
Resultado financeiro da dívida – R\$	117.983	28.291
Custo médio efetivo - % do DI	110	107
Valor nocional – EUR	22.480	9.709
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(23.304)	2.573
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	230	(8)
Resultado financeiro da dívida – R\$	2.756	-
Custo médio efetivo - % do DI	112	112
Valor nocional – JPY	12.564.393	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(130.726)	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(4.775)	-
Resultado financeiro da dívida – R\$	63.670	-
Custo médio efetivo - % do DI	109	-

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor nocional – R\$	3.226.054	3.226.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	262.920	(143.762)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(313.641)	(44.312)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(353.080)	(293.955)
Custo médio efetivo - % do DI	102,9	102,9

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor nocional – R\$	615.791	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	8.074	(5.069)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(10.163)	(486)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(16.637)	(6.330)
Custo médio efetivo - % do DI	103,6	99,9

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo e estão concentrados na controlada IPP. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor nocional – US\$	341.074	309.113
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(62.064)	(891.223)
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	61.625	34.126

Para mais informações, vide nota explicativa nº 15.

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de fluxo de caixa, instrumentos derivativos para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, para proteção de Notas no mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos derivativos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 234.000 (sem saldo em 31 de dezembro de 2022), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 7.166 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

i. Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 15), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 19). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos derivativos e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2023	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo		
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	4.a	-	-	125.152	-	-	-
Títulos e fundos em moeda nacional	4.a	-	-	5.476.726	-	-	-
Títulos e fundos em moeda estrangeira	4.a	-	-	323.810	-	-	-
Aplicações financeiras							
Títulos e fundos moeda nacional	4.b	82.592	-	-	-	82.592	-
Instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros	4.b	1.162.283	-	-	-	1.162.283	-
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	4.269.473	-	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	1.189.886	-	-	-
Contas a receber - venda de controlada	5.c	-	-	924.364	-	-	-
Demais contas a receber		-	-	393.036	-	-	-
Total		1.244.875	-	12.702.447	-	1.244.875	-
Passivos financeiros:							
Financiamentos	15.a	1.584.452	-	4.449.857	-	1.584.452	-
Debêntures	15.a	4.618.704	-	488.269	-	4.618.704	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	15.a	626.735	-	-	-	626.735	-
Fornecedores	16.a	-	-	4.682.671	-	-	-
Fornecedores - convênio	16.b	-	-	1.039.366	-	-	-
Bônus de subscrição – indenização	19	87.299	-	-	-	87.299	-
Passivo financeiro de clientes		-	-	308.934	-	-	-
Contraprestação contingente	29.a	112.196	-	-	-	-	112.196
Demais contas a pagar		-	-	190.090	-	-	-
Total		7.029.386	-	11.159.187	-	6.917.190	112.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

31 de dezembro de 2022	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo		
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	4.a	-	-	111.797	-	-	-
Títulos e fundos em moeda nacional	4.a	-	-	5.204.766	-	-	-
Títulos e fundos em moeda estrangeira	4.a	-	-	305.206	-	-	-
Aplicações financeiras		-	-	-	-	-	-
Títulos e fundos em moeda nacional	4.b	406.683	-	-	-	406.683	-
Instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros	4.b	556.510	-	-	-	556.510	-
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	4.533.327	-	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	1.234.634	-	-	-
Contas a receber - venda de controlada	5.c	-	-	1.096.565	-	-	-
Demais contas a receber				235.586			
Total		963.193	-	12.721.881	-	963.193	-
Passivos financeiros:							
Financiamentos	15.a	1.216.341	-	3.973.816	-	1.216.341	-
Debêntures	15.a	3.575.195	-	2.460.698	-	5.949.028	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	15.a	524.311	-	-	-	524.312	-
Fornecedores	16.a	-	-	4.710.952	-	-	-
Fornecedores - convênio	16.b	-	-	2.666.894	-	-	-
Bônus de subscrição – indenização	19	42.776	-	-	-	42.776	-
Passivo financeiro de clientes		450.586	-	-	450.586	-	-
Contraprestação contingente	29.a	89.640	-	-	-	-	89.640
Total		5.898.849	-	13.812.360	450.586	7.732.457	89.640

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber de clientes, financiamentos a clientes, contas a receber – venda de controladas, demais contas a receber, fornecedores e fornecedores – convênio são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pela curva de dividendos (“*dividend yield*”), uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 19).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15).

28 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Ultracargo Logística possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu (*)	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.468.105 m ³	2049

(*) Contrato em fase de renovação junto ao órgão competente, estando judicializado com decisão favorável, até que o poder público finalize a análise para que o novo termo aditivo seja assinado. Em decisão pelo Ministério da Infraestrutura, foram aprovados em caráter preliminar os planos de investimentos apresentados pela Ultracargo, assim como a Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental deste projeto de prorrogação.

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2023, essas tarifas eram até R\$ 9,22 e R\$ 3,05 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,98 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2023 não existiam pendências relevantes no que se refere aos limites mínimos do contrato.

29 Aquisição de Participação e Controle**a. Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda**

Em 1 de outubro de 2022, por meio da subsidiária Ultragaz Comercial Ltda., a Sociedade adquiriu a totalidade de quotas da Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (“Stella”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição marca a entrada da Ultragaz no segmento de energia elétrica, em linha com sua estratégia de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes, potencializando sua capilaridade, força comercial, marca Ultragaz e vasta base de clientes empresariais e residenciais.

A Stella, fundada em 2019, é uma plataforma de tecnologia que conecta geradores de energia elétrica renovável e clientes, na modalidade de Geração Distribuída. Está presente em 12 Estados, possui mais de 11 mil clientes ativos e potência atendida de aproximadamente 75 MWp (Mega-Watt pico).

O valor total da aquisição é de um montante mínimo de R\$63.000, com pagamento inicial efetuado de R\$ 7.560. O valor remanescente da aquisição será quitado em 2027, sujeito a ajustes relacionados a condições de atingimento de desempenho da Stella (“contraprestação contingente” ou “*Earnout*”).

A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis, apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio (*goodwill*). A alocação do preço de compra (“*purchase price allocation*” ou “PPA”) foi concluída em 2023.

A Sociedade, com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, apurou os valores definitivos para alocação do preço de compra e apurou o ágio final no montante de R\$ 103.051, com base no valor já pago na data da transação e no valor justo estimado relacionado ao pagamento futuro do *Earnout*.

O *Earnout* é determinado com base em metas contratuais estabelecidas para faturamento e fluxo de caixa líquido contábil a serem atingidas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026. A Sociedade efetuou a estimativa do valor justo desse atingimento com base no método de fluxo de caixa descontado e projeções de resultado estimadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, incluindo a apuração do ágio:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	1.586
Contas a receber	17
Demais contas a receber	119
Imobilizado	515
Intangível	1.024

Passivos

Fornecedores	14
Salários e encargos sociais	217
Obrigações tributárias	9
Demais contas a pagar	5.378

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	103.051
--	---------

Valor da aquisição	100.694
---------------------------	----------------

Composto por	
Caixa	7.560
Contraprestação contingente a ser liquidada em caixa	93.134

Total da contraprestação	100.694
---------------------------------	----------------

Saída de caixa líquida resultante da aquisição	
Contraprestação em espécie	7.560
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.586)
Caixa líquido consumido na aquisição do investimento	5.974

O ágio apurado na operação está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, suportado pelo laudo de avaliação, após a alocação dos ativos identificados. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins de imposto de renda.

A contribuição do resultado da adquirida para o resultado da Sociedade caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2022 não é considerado relevante, assim como a contribuição para o resultado da Sociedade desde então.

Análise de sensibilidade do *Earnout*

A tabela a seguir fornece informações sobre como o valor justo da parcela contingente foi determinado considerando as premissas bases utilizadas para definição do *Earnout*. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas:

Metas	Varição nas metas	Aumento no passivo em R\$	Varição nas metas	Redução no passivo em R\$
Fluxo de Caixa Líquido contábil e Receita líquida	aumento de 25,0 p.p.	29.545	diminuição de 25,0 p.p.	27.353

b. *NEOGás do Brasil Gas Natural Comprimido S.A*

Em 1 de fevereiro de 2023, por meio da sua subsidiária Companhia Ultragas S.A., a Sociedade adquiriu a totalidade de ações da NEOgás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. (“NEOGás”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição marca a entrada da Ultragas no segmento de distribuição de gás natural comprimido e, em adição, a NEOgás é uma plataforma ideal para viabilizar oportunidades de distribuição do biometano. Esta transação reforça a estratégia da Ultragas de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes industriais, utilizando de sua capilaridade, força comercial e marca.

A NEOgás, fundada em 2000, foi pioneira no transporte de gás natural comprimido (GNC) no Brasil. Atualmente, é líder de mercado, atuando nos segmentos industrial, veicular e de projetos estruturantes em parceria com distribuidoras de gás natural. A NEOgás, que distribuiu mais de 100 milhões de m³ em 2021, possui 6 bases de compressão nas regiões Sul e Sudeste e 149 semi-reboques para distribuição de GNC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O valor total da operação é de um montante de R\$165.000 sujeito aos ajustes usuais de capital de giro e dívida líquida. O preço de compra é composto pela diferença entre o valor da operação, ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida e o aporte primário, realizado no dia 1 de fevereiro de 2023 no montante de R\$85.290. O pagamento inicial da operação foi realizado no dia 1 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 64.263, sendo que o valor remanescente da operação será quitado após cumpridas as cláusulas contratuais e foi registrado na rubrica de “demais contas a pagar” no montante de R\$ 20.787 a serem liquidados até 2029. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, apurou os valores definitivos para alocação do preço de compra em 31 de dezembro de 2023 e apurou o ágio final no montante de R\$7.761.

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, incluindo a apuração do ágio:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	16.807
Contas a receber	14.999
Estoques	6.626
Tributos a recuperar	5.384
Depósitos Judiciais	131
Demais contas a receber	707
Ativos de direito de uso, líquido	5.117
Imobilizado, líquido	104.700
Intangível, líquido	52.604

Passivos

Empréstimos e financiamentos	93.991
Fornecedores	17.600
Salários e encargos sociais	2.341
Obrigações tributárias	860
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.247
Arrendamentos a pagar	5.191
Demais contas a pagar	3.884
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	7.761

Valor da aquisição	89.722
---------------------------	---------------

Composto por	
Caixa	68.935
Contraprestação contingente a ser liquidada	20.787
Total da contraprestação	89.722

Saída de caixa líquida resultante da aquisição	
Contraprestação inicial em espécie	64.263
Contraprestação subsequente em espécie	4.672
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(16.807)
Total	52.128

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A formação do valor de aquisição, considerando os ajustes de capital de giro e dívida líquida e o aporte primário é demonstrado abaixo:

Valor total do contrato de compra e venda da NEOgás	165.000
Ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida	10.012
Aporte primário	(85.290)
Caixa líquido consumido na aquisição do investimento	89.722

O ágio apurado na operação está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e na sinergia com as operações da Ultragas, suportado pelo laudo de avaliação, após a alocação dos ativos identificados. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins de imposto de renda.

O efeito do resultado da adquirida para o resultado da Sociedade caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2023 não é considerado relevante, assim como a contribuição para o resultado da Sociedade desde 1 de fevereiro de 2023.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	R\$	Vida útil	Método de amortização
Direito de uso de marcas	5.069	5 anos	Linear
Licenças	14.952	3 anos	Linear
Software	2.418	5 anos	Linear
Carteira e relacionamento com clientes	26.453	16 anos	Linear
Total	48.892		

O valor justo dos ativos financeiros inclui contas a receber de clientes com valor justo de R\$ 14.999 e valor contratual bruto de R\$ 15.328. A Sociedade não possui expectativas de não realização destes saldos.

Para mais detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 13 e 14, respectivamente, e sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vide nota explicativa nº 18.

c. Terminal de Combustíveis Paulínia S.A (“Opla”)

Em 1 de julho de 2023, por meio da sua subsidiária Ultracargo Logística S.A., a Sociedade adquiriu 50% de participação na Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. (“Opla”), qualificando a transação como uma aquisição de controlada em conjunto conforme definido na IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – Negócios em Conjunto. A aquisição de participação na Opla marca a entrada da Ultracargo no segmento de armazenagem e logística de granéis líquidos de interior, integrado a terminais portuários, em consistência com seu plano de crescimento. Com a aquisição, a Ultracargo e a BP Biofuels Brazil Investments Ltd. (“BP”) passam a ser controladoras em conjunto da Opla.

O valor total da operação é de um montante de R\$ 237.500, sujeito a ajustes de capital de giro e dívida líquida. O preço de compra é composto pelo valor da operação, incluindo os ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida. O pagamento da transação foi realizado em parcela única no dia 1 de julho de 2023 no montante de R\$ 210.096. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio (*goodwill*), tendo apurado o ágio provisório no montante de R\$158.634. A alocação do preço de compra (“*purchase price allocation*” ou “PPA”) será concluída em 2024.

A formação do valor de aquisição, considerando os ajustes de capital de giro e dívida líquida e o ágio apurado na transação é demonstrado abaixo:

Patrimônio Líquido da investida adquirida	51.462
Ágio apurado na transação	158.634
Valor da aquisição	<u>210.096</u>

d. Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda.

Em 1 de setembro de 2023, por meio da controlada Ultrapar Empreendimentos Ltda., a Sociedade adquiriu 60% do capital social votante da Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda. (“Serra Diesel”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição complementa a atuação da Ultrapar no segmento de mobilidade e distribuição de combustíveis líquidos.

A Serra Diesel foi fundada em 2006 e tem como atividade principal o comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.), com presença na região Sul do Brasil.

O pagamento inicial, incluindo o aporte de capital de R\$16.193, totalizou um montante de R\$21.193. O valor remanescente da operação de R\$5.189 foi registrado na rubrica de “demais contas a pagar” e será quitado após cumprida as cláusulas contratuais. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio (*goodwill*), tendo apurado o ágio provisório no montante de R\$14.217. A alocação do preço de compra (“*purchase price allocation*” ou “PPA”) será concluída em 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos consolidados na data da aquisição reconhecidos a valor justo, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	1.719
Contas a receber	28.475
Estoques	9.128
Tributos a recuperar	2.551
Demais contas a receber	55
Outros investimentos	298
Ativos de direito de uso, líquido	25.500
Imobilizado, líquido	21.235
Intangível, líquido	11.619

Passivos

Empréstimos e financiamentos	17.337
Fornecedores	26.965
Salários e encargos sociais	1.933
Obrigações tributárias e Imposto de renda e contribuição social a pagar	376
Arrendamentos a pagar	25.500
Demais contas a pagar	8.194

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	14.217
Participação de minoritários	8.110
Ativos e passivos consolidados no saldo inicial	26.382

Ativos adquiridos	60.348
Passivos assumidos	(48.183)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	14.217

Valor da aquisição	26.382
---------------------------	---------------

Composto por	
Caixa	5.000
Aquisição de participação via aporte de capital (participação de acionistas minoritários)	16.193
Contraprestação contingente a ser liquidada	5.189
Total da contraprestação	26.382

Saída de caixa líquida resultante da aquisição	
Contraprestação inicial em espécie	5.000
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.719)
Caixa líquido consumido na aquisição do investimento	3.281

O efeito do resultado da adquirida para o resultado da Sociedade caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2023 não é considerado relevante, assim como a contribuição para o resultado da Sociedade desde 1 de setembro de 2023.

Para mais detalhes sobre os ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar, ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12, 13 e 14, respectivamente.

30 Operações descontinuadas

As transações das operações de venda da Oxiteno e Extrafarma foram concluídas em 1 de Abril de 2022 e 1 de Agosto de 2022, respectivamente. A Sociedade contabilizou a venda dos investimentos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 e a norma internacional IFRS 5 “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”, que determinam que os ativos e passivos sejam apresentados como “Ativos mantidos para venda” e “Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda” no balanço patrimonial e que os resultados das empresas vendidas até a data da venda, bem como o resultado decorrente da venda, sejam apresentados como “Operações descontinuadas” na demonstração do resultado.

Os desinvestimentos da Oxiteno e da Extrafarma estão alinhados à revisão de portfólio da Ultrapar. Com negócios mais complementares e sinérgicos, a Ultrapar conclui a fase de racionalização do seu portfólio e irá concentrar seus esforços em desenvolver oportunidades de investimentos nas verticais de energia e infraestrutura, com foco crescente na transição energética, alavancada pelo seu portfólio e expertise. Neste contexto, a Sociedade anunciou em 2021 as assinaturas dos contratos descritos abaixo e, classificou essas transações como operações descontinuadas.

Os quadros de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição dos resultados incorridos ao longo de 2022, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, entre outros.

a. Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	<u>Oxiteno</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações (*)</u>	<u>Ultrapar</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de vendas e serviços	2.039.287	1.235.487	(7.241)	-	3.267.533
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(1.580.000)</u>	<u>(912.310)</u>	<u>7.241</u>	<u>-</u>	<u>(2.485.069)</u>
Lucro bruto	459.287	323.177	-	-	782.464
Com vendas, comerciais e administrativas	(201.365)	(438.601)	-	-	(639.966)
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>10.736</u>	<u>(5.951)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>246.110</u>
Lucro (prejuízo) operacional	<u>268.658</u>	<u>(121.375)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>388.608</u>
Equivalência patrimonial	(231)	-	-	-	(231)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	<u>268.427</u>	<u>(121.375)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>388.377</u>
Resultado financeiro líquido	<u>23.153</u>	<u>(25.059)</u>	<u>54.431</u>	<u>-</u>	<u>52.525</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>291.580</u>	<u>(146.434)</u>	<u>54.431</u>	<u>241.325</u>	<u>440.902</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(16.924)</u>	<u>20.826</u>	<u>(18.507)</u>	<u>(202.895)</u>	<u>(217.500)</u>
Efeito líquido da cessação da depreciação (i)	51.372	27.084	-	-	78.456
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>326.028</u>	<u>(98.524)</u>	<u>35.924</u>	<u>38.430</u>	<u>301.858</u>

(*) Eliminação entre as operações continuadas e descontinuadas relacionadas ao empréstimo entre Ultrapar International e Oxiteno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

⁽ⁱ⁾ A partir de 1º de janeiro de 2022 foi cessada a depreciação e amortização dos ativos classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31/IFRS 5.

	<u>Oxiteno</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(81.558)	(68.370)	180.478	30.550
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	1.011.736	(25.323)	(1.206.603)	(220.190)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.245.754)	40.585	1.026.144	(179.025)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	(19.316)	-	-	(19.316)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(334.892)</u>	<u>(53.108)</u>	<u>19</u>	<u>(387.981)</u>

Na controladora, o resultado da venda da Oxiteno e os resultados de equivalência patrimonial de Oxiteno e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, tiveram um impacto de R\$ 301.858 em 2022, sendo classificados como resultado de operações descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas.

31 Eventos subsequentes

a. Emissão de ações

Em 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração confirmou a emissão de 191.778 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela AGE da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.404.268 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A emissão de ações resultantes do exercício parcial dos bônus de subscrição não gera aumento do valor do capital social, visto que a integralidade dos ativos da Extrafarma já foi refletida no balanço da Ultrapar no ato da incorporação de ações.

Mensagem da Administração

2023 foi mais um ano de evoluções relevantes para a Ultrapar. Apesar da volatilidade e incertezas, nossos três principais negócios, Ipiranga, Ultragas e Ultracargo, atingiram resultados recordes, com destaque para a continuidade do crescimento da Ultragas e da Ultracargo e para a expressiva recuperação de rentabilidade da Ipiranga, por meio do refinamento da precificação, maior engajamento com a rede de revendedores, evolução em suprimentos, logística e *trading* e depuração de postos com baixo potencial.

A forte geração operacional de caixa permitiu à Companhia alcançar o menor índice de alavancagem financeira dos últimos 15 anos e recuperar a classificação de grau de investimento (*investment grade*) pela agência de classificação de risco Standard & Poors.

Investimos R\$ 1,9 bilhão na expansão e manutenção de nossos negócios. Concluímos as aquisições da Stella e NEOgás, que marcaram a entrada da Ultragas nos segmentos de energia elétrica renovável e de gás natural comprimido, ampliando as opções de oferta de soluções energéticas e potencializando sua capilaridade, força comercial e marca. Concluímos também as aquisições de 50% de participação na Opla, terminal para etanol em Paulínia (SP), e da base da Ipiranga em Rondonópolis (MT), além de anunciar a construção do primeiro terminal de grânéis líquidos em Tocantins, marcando a expansão da Ultracargo para o interior e posicionando a empresa como prestadora de soluções logísticas integradas.

Dando continuidade à nossa agenda de transformação, realizamos em abril uma renovação importante do Conselho de Administração, para o mandato de 2023 a 2025, combinando membros que já atuavam na Administração, preservando o conhecimento dos negócios e da Ultrapar, com novos membros que trouxeram experiências relevantes e complementares para a construção do futuro da Companhia.

Além disso, evoluímos na jornada ESG, assumindo compromissos públicos para com as metas de 2030, parte intrínseca do planejamento estratégico da Companhia.

Encerramos 2023 com uma receita líquida de R\$ 126 bilhões e EBITDA recorrente de R\$ 5,6 bilhões, 41% superior ao de 2022, fruto de resultados recordes nos nossos três principais negócios, mesmo após a desconsolidação da Oxiteno e da Extrafarma. O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 2,5 bilhões, patamar recorde, dos quais R\$ 713 milhões serão distribuídos sob a forma de dividendos aos acionistas.

Como já destacamos, a redução da nossa alavancagem financeira, que passou de 1,7x em dezembro de 2022 para 1,1x em dezembro de 2023, torna a Companhia ainda mais capaz de perseguir oportunidades de investimentos com bons retornos e alinhadas ao planejamento estratégico. Ressaltamos que existem recebíveis relacionados aos desinvestimentos realizados que totalizam aproximadamente R\$ 0,9 bilhão, e que não estão considerados nesse cálculo.

Anunciamos também nosso plano de investimentos para 2024, que totaliza R\$ 2,7 bilhões e supera em 37% o montante investido em 2023, com cerca de 55% do valor destinado a projetos de expansão na Ipiranga, Ultragas e Ultracargo, em adição à sustentação e segurança das unidades operacionais.

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas e demais *stakeholders* pela confiança e parceria para a evolução contínua da Companhia. Em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, comprometimento e entregas ao longo do ano.

Jorge M. T. Camargo

Presidente do Conselho de Administração

Marcos Marinho Lutz

Diretor Presidente

Perfil da Companhia

A Ultrapar possui 86 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragas, empresa pioneira na distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP) como gás de cozinha. Desde então, a Ultrapar consolidou-se como um dos maiores grupos empresariais do país, com posição de destaque nos segmentos de energia, mobilidade e infraestrutura logística por meio da Ultragas, Ipiranga e Ultracargo.

Em 1999, a Ultrapar abriu capital, simultaneamente, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), integrando o Novo Mercado da B3 desde 2011.

Ao final de 2023, o portfólio da Companhia era composto, principalmente, por três negócios:

Ultragas

Empresa pioneira e líder na distribuição de GLP no Brasil, é referência em inovação no setor e vem ampliando a oferta de soluções energéticas para seus clientes. Atende 60 mil clientes empresariais e mais de 10 milhões de domicílios, por meio de uma rede que já supera 6 mil revendedores, de forma segura, eficiente e sustentável.

Ultracargo

Empresa líder no setor de terminais independentes de armazenagem de graneis líquidos no Brasil, presente nos principais portos e no interior do país com terminais modernos para armazenagem e movimentação de diferentes produtos, como combustíveis, biocombustíveis, químicos, corrosivos e óleos vegetais.

Ipiranga

Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes e uma das marcas mais valiosas do país, com uma rede de quase 6 mil postos, além de 1,5 mil lojas da AmPm, a maior rede de conveniência do Brasil.

Inovação

A inovação e o empreendedorismo fazem parte da cultura da Companhia desde sua origem com a Ultragas, primeira empresa brasileira a comercializar GLP envasado. São atributos como esses, essenciais para a estratégia da Companhia, que têm possibilitado à Ultrapar contribuir com o desenvolvimento do país ao longo de seus mais de 86 anos de história.

As empresas do portfólio mantêm estruturas próprias e equipes dedicadas à inovação, pesquisa e desenvolvimento, cabendo à **Ultrapar** fomentar a cultura de inovação e identificar potenciais sinergias entre os negócios por meio de suas lideranças e de eventos específicos para temas de inovação com impacto multi-negócio. Em 2023, por exemplo, a Ultrapar realizou um evento presencial sobre inteligência artificial, dentro da série *Ultra Innovation Talks*, destinado aos principais líderes da Companhia, com palestra e apresentação de casos práticos de empresas do portfólio. Em adição, aproveitando-se da maior escala e conhecimento, a Ultrapar, por meio de seu fundo de *venture capital* (UVC Investimentos), avalia *startups* e empresas inovadoras para investimentos em operações que possam ser complementares ou possuem potencial disruptivo em relação aos seus negócios, tendo realizado 10 investimentos nos últimos três anos.

A **Ultragas** lançou, no mês de outubro, o Canal Ultragas Inovação Aberta com o objetivo de se aproximar de potenciais parceiros que apoiem sua jornada de evolução, com foco em quatro pilares: (i) segurança, (ii) eficiência, produtividade e sustentabilidade, (iii) experiência do cliente e (iv) energia no agronegócio. A Ultragas também foi reconhecida como uma das organizações que mais desenvolve inovações com *startups* pela plataforma *100 Open Startups*. Além da presença no *ranking* geral *TOP 100 Open Corps 2023*, a Ultragas conquistou a quinta posição na categoria Petróleo e Gás. Na frente de digitalização, a Ultragas firmou parceria com o abastecede aÍ, empresa conectada ao ecossistema da Ipiranga, que passou a ofertar os produtos Ultragas em seu aplicativo, com garantia de *cashback*.

O aplicativo Ultragas superou a marca de 5 milhões de *downloads* e registrou crescimento de 300% nas vendas em relação a 2022. O aplicativo de *last mile* AmigU, que direciona o pedido ao entregador mais próximo e permite ao consumidor acompanhar a entrega em tempo real, encerrou o ano com mais de 5 mil entregadores cadastrados, enquanto o MAP (Meu Aplicativo Parceiro), que disponibiliza soluções para aprimorar a gestão financeira e operacional das revendas, treinamentos (inclusive em ESG) e materiais de divulgação, contava com 94% de taxa de utilização nas revendas, tendo 92% dos pedidos de abastecimento feitos por meio dele. Em relação ao portfólio de soluções, a Ultragas investiu em máquinas de autoatendimento denominadas Ultragas 24 horas, que oferecem mais praticidade e agilidade aos clientes do segmento envasado durante a compra de botijões P-13, e encerrou o ano

operando em cerca de 20 cidades dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

A **Ultracargo** intensificou os investimentos em tecnologia e inovação nos últimos anos, principalmente com a implementação do sistema SOUL (Sistema de Operações Ultracargo), modelo de gestão operacional que visa a evolução contínua de processos e a otimização operacional, e com a transformação digital dos sistemas e processos da empresa. Com esses sistemas em operação nos terminais de Aratu (BA), Itaqui (MA), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Suape (PE) e Vila do Conde (PA), a Ultracargo encerrou 2023 com produtividade média (medida em tonelada por operador) 23% superior e com redução de 22% no tempo médio do carregamento rodoviário em relação a 2020. Uma das tecnologias disponíveis nos terminais são os sensores de bombas de carregamento de produtos, que monitoram qualquer comportamento inadequado nos equipamentos, como excesso de temperatura ou vibração. Uma plataforma que usa recursos de inteligência artificial analisa os dados coletados pelos sensores e dispara alertas em tempo real, diminuindo a ocorrência de paradas operacionais para manutenção. Além disso, para garantir a integridade dos ativos e fortalecer a segurança das operações, foi concluído o projeto de inspeção das tubulações enterradas, usando tecnologia não-destrutiva que permite inspecionar a tubulação sem escavação a partir da análise da memória magnética do metal. Essa solução fornece dados precisos sobre eventuais danos nas tubulações, que permitiu redução em mais de 50% do tempo e do custo para realizar inspeção no método tradicional.

A **Ipiranga** lançou, em 2023, o seu novo propósito "Abastecer a Vida em Movimento" e a evolução de sua marca, incluindo a nova identidade visual. Com o processo, foi desenvolvido o novo *layout* para os postos da rede, que proporciona uma experiência mais fluída e completa aos consumidores, integrando as jornadas física e digital e as outras marcas do ecossistema Ipiranga. O novo modelo diminuiu em cerca de 30% os custos de implantação e manutenção para os revendedores e apresenta soluções que diminuem o uso de recursos naturais. A inauguração do primeiro posto no novo formato, no mês de abril na cidade de São Paulo, foi o momento escolhido pela Ipiranga para lançar a linha Ipimax, que uniu a qualidade da Ipiranga à nova tecnologia de aditivos. Em suas versões para gasolina, diesel e etanol, a Ipimax apresenta rendimento de 3% a 6% superior em comparação aos combustíveis tradicionais e reduz a necessidade de manutenção dos motores dos veículos. A Ipiranga também se tornou a primeira empresa do país a oferecer o diesel R5 aditivado, que tem, em sua composição, 5% de óleo vegetal, além da mistura obrigatória de biodiesel. Para os revendedores e franqueados, a Ipiranga seguiu investindo na evolução da plataforma Conecta, ferramenta de gestão unificada (pista, AmPm e Jet Oil) e integrada aos produtos e serviços Ipiranga disponíveis no Programa Parceiro Ipiranga (PPI), garantindo mais eficiência operacional, segurança financeira, agilidade no atendimento, otimização de custos e incremento de receitas para os parceiros de negócio. A Ipiranga foi novamente reconhecida no *ranking geral TOP 100 Open Corps 2023* e ocupou a quarta posição na categoria Varejo e Distribuição. O uso de ciência de dados tem passado por grande evolução na Ipiranga, tornando o processo decisório mais robusto, contribuindo com avanços relevantes na precificação e na satisfação de clientes.

A **AmPm** formalizou parcerias com Pizza Hut, Oakberry, Mr. Cheney e Nathan's Famous e se tornou a primeira rede de conveniência a oferecer produtos destas marcas no Brasil com exclusividade. A AmPm também iniciou a implementação de um novo modelo de lojas, a AmPm Office, em prédios corporativos, hospitais e universidades, e ingressou no programa *We Proudly Serve Starbucks®*, disponibilizando os produtos Starbucks nestas lojas. O **Jet Oil**, que também teve a identidade visual atualizada em 2023, consolidou sua proposta de valor, simplificou seu modelo de franquia e construiu uma nova jornada de vendas mais fluída e transparente para o consumidor.

Estratégia ESG

A jornada de sustentabilidade da **Ultrapar** registrou marcos importantes em 2023. No mês de março, a Companhia assumiu compromissos públicos para as metas ESG de 2030, parte intrínseca de seu planejamento estratégico. Além disso, a partir de agosto, passou a divulgar no site de relações com investidores uma planilha para acompanhamento específico dos indicadores ESG, junto às demais planilhas financeiras.

Internamente, a Ultrapar e os negócios vêm centrando esforços para garantir que a perspectiva ESG (ambiental, social e de governança) esteja presente nas atitudes e comportamentos cotidianos dos colaboradores. Os temas de sustentabilidade são abordados com frequência pelos líderes, nos canais de comunicação interna e em eventos específicos, como o 1º Mês de Sustentabilidade, realizado em agosto de 2023, com a participação de mais de 900 funcionários da Companhia.

A Ultrapar participa de diferentes iniciativas, reforçando seu compromisso com a agenda ESG e a proximidade com movimentos e outras empresas igualmente engajadas no Brasil e no mundo. A Ultrapar, Ipiranga, Ultragas e Ultracargo são signatárias do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e estão formalmente comprometidas com seus dez princípios ligados aos direitos humanos e trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

O ano de 2023 também foi marcado por reconhecimentos externos que respaldam a estratégia e o modelo de gestão da sustentabilidade em vigor. A **Ultragas** foi destaque na categoria Petróleo, Gás e Químico do prêmio

Melhores do ESG, da revista Exame. A **Ultracargo** e a **Ultragaz** ficaram entre as seis finalistas do 1º Prêmio Suíço de Sustentabilidade e Inovação, iniciativa da Embaixada da Suíça e do Instituto Ekos. A Piranga conquistou, pelo segundo ano seguido, o primeiro lugar na categoria Energia do prêmio Merco Responsabilidade ESG e subiu 28 posições no ranking geral, alcançando a 39ª colocação.

Ambições e metas 2030

Os sete temas materiais abrangem os três pilares ESG e assuntos relevantes para os quais a Companhia direciona esforços, busca mitigar riscos e fomentar oportunidades.

Tema material	Ambição	Metas	Resultados 2023
Transição energética	Planejar e implementar estratégias voltadas à transição para uma economia de baixo carbono	Implementar medidas de redução e mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em nossas operações, garantindo a neutralidade de carbono ¹ a partir de 2025	Emissões escopo 1: 29% neutralizado (em linha com 2022) Emissões escopo 2: 100% neutralizado (em linha com 2022)
Operações ecoeficientes	Assegurar nível de excelência na gestão ambiental das operações, garantindo o uso eficiente de recursos naturais e otimizando a gestão de resíduos	1. Manter o uso de 100% de energia elétrica renovável ² e certificada	100% renovável e certificada
		2. Zerar os vazamentos ³ com risco de contaminação de solo e água	0 eventos (versus 1 em 2022)
		3. Aterro zero: não destinar resíduos perigosos e não perigosos para aterro, por meio de soluções mais sustentáveis ⁴	39% enviados a aterro (-30 p.p. versus 2022)
Cultura inclusiva e diversidade	Promover continuamente um ambiente inclusivo e desenvolvimento integral das pessoas para cada um atingir seu potencial e contribuir para maiores perspectivas e experiências no processo decisório	1. Atingir 33% de equidade de gênero e etnia no Conselho de Administração	22% (+2 p.p. versus 2022)
		2. Atingir 50% de equidade de gênero e etnia na liderança ⁵	42% (+4 p.p. versus 2022)
		3. Garantir um ambiente inclusivo que seja reconhecido em pesquisas internas ⁶	83% (+7 p.p. versus 2022)
Saúde e segurança	Assegurar uma sólida cultura de saúde e segurança, com processos e índices em nível de excelência, garantindo qualidade de vida aos colaboradores e segurança para as comunidades no entorno de nossas operações	1. Reduzir em 50% ⁷ a taxa de acidentes com afastamento	0,78 (-37% versus 2022 e -19% versus 2020)
		2. Reduzir em 70% ⁸ a taxa de acidentes de processo	0,73 (-29% versus 2022 e -53% versus 2020)
		3. Garantir que nossos colaboradores sejam atendidos em programas de saúde e qualidade de vida ⁹	Programas em definição
Responsabilidade com a comunidade	Atuar de forma responsável perante as comunidades do entorno, gerando oportunidades de desenvolvimento local	Investir em iniciativas e parcerias que promovam educação de qualidade e geração de emprego e renda em comunidades do entorno das operações	R\$ 25,0 milhões (+21% versus 2022)
Cadeia de valor	Influenciar, fomentar e monitorar a adoção das melhores práticas ESG na cadeia de valor dos negócios	1. Garantir 100% dos fornecedores críticos ¹⁰ com práticas de excelência em ESG	Escopo de fornecedores críticos revisado em cada negócio Avanços na estruturação de práticas

			de excelência para implementação a partir de 2024
		2. Garantir 100% dos revendedores selecionados ¹¹ com práticas ou compromissos ESG	Práticas e compromissos em estruturação
Governança e integridade	Ser protagonista em governança e integridade, influenciando o ambiente de negócios na adoção de melhores práticas e conduta ética	1. Atingir o mais alto nível de cultura de integridade ¹²	Manutenção do nível proativo no diagnóstico de 2023
		2. Garantir boas práticas de governança corporativa ¹³	Manutenção do <i>rating</i> AA no MSCI Ingresso na carteira do ISE da B3, com nota 83 (escala de 0 a 100) na dimensão Governança Corporativa

¹ Emissões dos escopos 1 (diretas) e 2 (indiretas, relacionadas ao consumo de energia elétrica)

² Energia elétrica 100% adquirida de fontes renováveis com certificado de rastreabilidade

³ Vazamentos com perda de contenção secundária

⁴ Compostagem, reciclagem e coprocessamento

⁵ Posições de gerência e acima

⁶ % de favorabilidade relativa a ambiente inclusivo medida nas pesquisas internas de clima organizacional

⁷ Redução do LTIF (*Lost-time Injury Frequency*) de 0,96 em 2020 para 0,50 em 2030

⁸ Redução do PSE (*Process Safety Event*) de 1,55 em 2020 para 0,50 em 2030

⁹ Programas de saúde ocupacionais não são elegíveis

¹⁰ Fornecedores de insumos ou serviços críticos para a operação da Companhia e/ou dispêndio relevante

¹¹ Revendedores selecionados de acordo com o plano estratégico de cada negócio – aplicável somente à Ultragas e Ipiranga

¹² Evolução do nível proativo para nível generativo, com base no diagnóstico de cultura da Hearts & Minds

¹³ Boas práticas de governança, como exemplo, mas não se limitando a: alinhamento de incentivos dos executivos, respeito aos minoritários e transparência de informações

Presença em ratings e índices ESG

A Ultrapar integra um conjunto de índices e *ratings*, com indicadores e métricas que seguem padrões internacionais e classificam as organizações de acordo com critérios ESG. A participação é outro importante reconhecimento externo da estratégia e do modelo de gestão da sustentabilidade da Companhia.

Em 2023, a Ultrapar ingressou na recém-criada carteira IGPTW B3 (Índice *Great Place to Work*), que reúne as organizações certificadas pelo *Great Place To Work* (GPTW) como melhores empresas para se trabalhar. No fim do ano, foi anunciada a inclusão da Ultrapar na 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3, em vigor a partir de janeiro de 2024. O ISE é um dos principais instrumentos para mensurar o comprometimento das organizações com diferentes dimensões da sustentabilidade: governança corporativa, sustentabilidade do modelo de negócios, inovação, saúde e segurança do colaborador, segurança de dados, políticas e práticas de gestão ambiental, entre outros.

A Ultrapar integra, ainda, os *ratings*:

- **MSCI (Morgan Stanley Capital International):** nota AA em 2023. A classificação varia entre líder (notas AAA e AA), média (notas A, BBB e BB) e retardatária (notas B e CCC).
- **FTSE4Good:** nota média 3,3 em 2023. A escala varia de 0 a 5 para cada fator considerado: ambiental, social e governança, e a Ultrapar está presente nos índices FTSE4Good Emerging Index e FTSE4Good Emerging Latin America Index.
- **CDP (Carbon Disclosure Project):** score B no questionário sobre mudanças climáticas em 2023. A classificação se divide em A (nível liderança), B (nível gerenciamento), C (nível conscientização) e D (nível divulgação).
- **ICO2 (Índice de Carbono Eficiente):** presença na carteira da B3 desde 2012.
- **IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Índice de Tag Along Diferenciado):** presença nas carteiras da B3 desde 2011.

Desempenho ambiental

Transição energética

A Ultrapar conta com uma estratégia climática abrangente, dada a relevância do tema da transição energética para os seus setores de atuação. A estratégia se divide em três frentes: (i) **performance**, cujo foco é reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das operações; (ii) **produto**, com o objetivo de desenvolver e disponibilizar produtos e serviços com menor pegada de carbono; e (iii) **portfólio**, que avalia as oportunidades para a Companhia atuar com outras fontes de energia, potencializando sua capilaridade, força das marcas e expertise acumulada nos mais de 86 anos de existência.

A **Ultrapar** segue coordenando a estratégia de neutralização de emissões de suas operações. Por mais um ano, a **Ultrapar**, **Ultragaz**, **Ultracargo** e **Ipiranga** compensaram as emissões do escopo 2, adquirindo energia elétrica de fontes renováveis certificadas (I-RECs ou energia do mercado livre com rastreabilidade). Além disso, a Ipiranga é uma empresa carbono neutro desde 2014 por compensar as emissões dos escopos 1 por meio de créditos de carbono do mercado voluntário. Em 2023, houve a compensação complementar das emissões geradas durante sua convenção anual de vendas e das viagens realizadas pela carreta do programa Saúde na Estrada. A Ultrapar realizou, ainda, a aquisição de um volume de créditos de carbono para neutralização de suas emissões a partir de 2025, à luz das metas traçadas pelo Plano ESG 2030.

Na frente de **performance**, a **Ultragaz** evoluiu no projeto iniciado em 2022 de conversão de gasolina para etanol da sua frota leve de veículos. Com isso, encerrou 2023 com 96% da frota leve abastecida pelo biocombustível e reduziu em 1% suas emissões diretas (escopo 1) versus 2022. O ano de 2023 também foi o ano em que a Ultragaz voltou a submeter o seu inventário de emissões à verificação por terceira parte e, assim, conquistou o selo ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. A **Ultracargo** avançou nos estudos técnicos que viabilizarão, a partir de 2024, a substituição ou a melhoria de performance dos queimadores do terminal de Santos (SP), responsáveis pelo maior volume de suas emissões diretas (escopo 1), além de ter realizado a substituição do combustível utilizado na frota operacional de gasolina para etanol, nas localidades em que este produto é ofertado. Assim como na Ultragaz, o inventário anual de emissões da Ultracargo foi reconhecido, pela primeira vez, com o selo ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. A **Ipiranga** também submeteu, mais uma vez, o seu inventário de emissões à verificação externa e conquistou o selo ouro do GHG Protocol – a empresa recebe esse reconhecimento desde 2012. Destaca-se também uma melhora em relação as emissões do escopo 3 vinculadas ao transporte, alavancada através do programa Mover e potencializada pelas iniciativas integradas de eficiência logística.

Na frente de **produto**, a estratégia de crescimento da **Ultracargo** inclui alavancar sua participação no mercado de biocombustíveis, especialmente na armazenagem e logística do etanol de milho e do biodiesel produzidos na região Centro-Oeste. Hoje, com seus terminais multipropósito, cerca de 6% da receita líquida já vêm do armazenamento de biocombustíveis. A **Ipiranga** foi responsável por 17% do volume total de biocombustíveis comercializados no Brasil em 2023, além de se tornar a primeira empresa do país a oferecer diesel R5 aditivado.

Na frente de **portfólio**, após as aquisições da Stella Energia (atual Ultragaz Energia Inteligente) em 2022 e da NEOgás em 2023, a **Ultragaz** vem fortalecendo seu posicionamento como uma plataforma que oferece, além do GLP, outras energias essenciais para viabilizar a transição energética do país. No segmento de energia elétrica renovável via geração distribuída, a Ultragaz alcançou 41 mil clientes em 2023 versus 19 mil em 2022. No segmento de gás natural comprimido *off grid*, a empresa formalizou os primeiros contratos com fornecedores e clientes de biometano. Nessa frente, em 2023, a **Ultracargo** adquiriu da Ipiranga uma base em Rondonópolis (MT) e 50% da Opla Logística Avançada, em Paulínia (SP), uma *joint-venture* com a BP. Além disso, a Ultracargo iniciou a construção de um terminal em Palmeirante (TO), com início das operações previsto para final de 2024.

Entre os fóruns externos que contaram com a participação da Ultrapar, destaque para o painel *Green Transition: Challenges and Opportunities in Brazil*, organizado pela AYA Earth Partners na Semana do Clima de Nova Iorque. A Ultragaz esteve presente no painel *Just Energy Transition*, na LPG Week 2023 ft. 35th World LPG Forum & European Liquid Gas Congress, em Roma, na Itália. A Ipiranga ainda marcou presença na 28^a Conferência do Clima da ONU (COP28), nos Emirados Árabes Unidos.

Operações ecoeficientes

Mesmo sem impactos significativos ao meio ambiente, a **Ultrapar** adota as melhores práticas de ecoeficiência em seus escritórios em São Paulo (SP) e em Campinas (SP). Um dos destaques de 2023 ocorreu na frente de resíduos. A partir de outubro, a Companhia eliminou o envio de resíduos para aterro em sua sede, na capital paulista, tornando-se aterro zero e contribuindo para o atingimento de uma das metas ESG 2030 estabelecidas.

A **Ultragaz** deu sequência à atualização de procedimentos, aos investimentos em tecnologia e modernização de equipamentos e à conscientização das equipes em suas bases operacionais, reduzindo o consumo relativo de água (m³/tonelada de GLP comercializado) em 16% em comparação a 2022. A diminuição mais significativa ocorreu no indicador de resíduos, já que apenas 8% foram destinados a aterro em 2023, superando a meta estabelecida para o período, de 18%. Das 39 bases próprias da Ultragaz, 14 já eram aterro zero em dezembro de 2023.

A **Ultracargo** aprimorou seu desempenho ambiental, monitorado pelo Sistema de Operações Ultracargo (SOUL), e diminuiu em 68% o volume de resíduos destinado a aterro em relação a 2020, encerrando 2023 com dois terminais aterro zero: Vila do Conde (PA) e Suape (PE). Além dessas iniciativas, a Ultracargo também realizou um projeto-piloto em parceria com uma *startup* para garantir o reaproveitamento de parte dos resíduos do terminal de Santos (SP) pela indústria de tintas, projeto que já foi ampliado para Itaqui (MA). A Ultracargo ainda alcançou a marca de dois anos sem vazamentos com risco de contaminação da água e do solo, outra meta ESG 2030, além de ter conquistado o Selo Amigo do Oceano no terminal de Suape (PE) pelo segundo ano consecutivo.

A **Ipiranga** realizou um diagnóstico em parte de suas unidades, contemplando bases próprias, *pools* e a matriz, no Rio de Janeiro (RJ) e estruturou o seu Plano Diretor de Resíduos, com diretrizes para aprimorar os processos de gestão e, assim, reduzir o volume enviado para aterro nos próximos anos. Como parte do processo de atualização da identidade visual da Ipiranga, o novo *layout* dos postos da rede também considerou preceitos de ecoeficiência, como o uso de LED que reduz, em média, em 18% o consumo de energia dos postos, o emprego de estruturas modulares para o melhor aproveitamento dos materiais e a substituição de matérias-primas por opções mais sustentáveis.

O ano de 2023 foi o terceiro consecutivo em que a Ultrapar e os negócios consumiram energia elétrica renovável certificada (I-RECs), mantendo o atingimento da meta ESG 2030.

Desempenho social

Cultura inclusiva e diversidade

Na **Ultrapar**, as iniciativas de diversidade e inclusão são lideradas pelo Comitê de Diversidade, estruturado em 2022. Em junho de 2023, foi organizada a primeira Semana de Diversidade da Ultrapar, cuja programação incluiu palestras com especialistas externos e o lançamento de novos cursos relacionados ao tema na plataforma de aprendizagem da Companhia e de uma cartilha de diversidade. Outros destaques do ano foram a realização de duas formações sobre diversidade e inclusão para os líderes, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), e o lançamento, em novembro, de uma trilha formativa de combate ao racismo. As ações nessa frente, além das boas práticas ligadas a desenvolvimento profissional, remuneração e clima organizacional, contribuíram para a recertificação da Ultrapar no *Great Place to Work* (GPTW) pelo terceiro ano consecutivo como uma das melhores empresas para se trabalhar.

Em 2023, a **Ultragaz** criou uma área de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade e instaurou um Comitê de Diversidade formado por quatro diretores patrocinadores e dez gerentes, que se tornaram madrinhas e padrinhos das iniciativas. O Programa de Diversidade da Ultragaz é dividido em quatro pilares: gênero, raça, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+. Sua estrutura inclui cerca de 200 colaboradores inscritos voluntariamente para apoiar a disseminação dos conteúdos e da cultura de diversidade e inclusão na empresa. Houve mais de 19 rodas de conversa focadas no letramento desse grupo em 2023, totalizando mais de 20 horas de aprendizagem e debates de pautas atuais relacionadas a grupos minorizados. Além disso, um treinamento em diversidade foi incluído na plataforma de EAD (Academia Ultragaz) para toda a empresa, 40 pessoas foram treinadas em um curso básico de libras e intérpretes de libras foram incluídos nos fluxos de comunicação. A Ultragaz atingiu a meta proposta para 2023, com 42% de diversidade (mulheres e pessoas pretas/pardas) na liderança, avançando para alcançar a meta compartilhada com todos os negócios da Ultrapar, de chegar a 50% de diversidade na liderança até 2030.

A **Ultracargo** vem focando no engajamento da liderança e das equipes. Além da meta do Plano ESG 2030, que visa aumentar o número de mulheres e pessoas negras em posições de liderança, a Ultracargo também tem como prioridade expandir o número de mulheres nas suas operações. Em 2023, lançou o banco de talentos afirmativo, no qual mulheres interessadas em atuar na empresa podem encaminhar seus currículos, e o programa de estágio 2024, para a contratação exclusiva de mulheres. Além disso, foi concluída a terceira edição do Programa de Formação Operacional, que capacitou 30 mulheres no entorno dos terminais de Santos (SP), Suape (PE) e Itaqui (MA). Para estar preparada para receber mais mulheres em suas operações, em 2023, a Ultracargo atuou na adaptação dos equipamentos e instalações físicas dos seus terminais, bem como desenvolveu e disponibilizou uniformes adequados para o público feminino.

Conectando sua estratégia de responsabilidade social à agenda de diversidade e inclusão, a **Ipiranga** expandiu, em 2023, o Programa Operação Mulher, que capacita mulheres principalmente para atuar em suas bases operacionais. Em sua 3ª edição, o programa formou mais de 70 mulheres. A Ipiranga realizou ainda a sexta edição do programa de estágio Ipiranga Talent, que destina 50% das vagas a pessoas negras e pardas. No pilar de pessoas com deficiência, o Inclusão Tech capacitou 300 PcDs, dos quais cerca de 20 formados foram contratados pela Ipiranga. Como reflexo dessas e de outras ações, a Ipiranga alcançou a 24ª posição na Pesquisa Ethos/Época de Diversidade, Equidade e Inclusão 2023. Houve, ainda, a adesão ao Fórum Empresarial LGBTQIA+ e ao Movimento Empresarial Mulher 360.

Número de colaboradores	2023	2022	Δ (%) colaboradores 2023 vs 2022
Ultragaz ¹	3.789	3.596	5%
Ultracargo	840	862	-3%
Ipiranga ²	4.827	4.827	0%
Holding	175	176	-1%
CSC/Outros	463	459	1%
Total	10.094	9.920	2%

¹ Inclui 128 colaboradores de Stella e 148 de NEOgás em 2023 e 92 colaboradores de Stella em 2022

² Inclui 143 colaboradores do abastece aí em 2023 e 116 em 2022

Saúde e segurança

A **Ultrapar** mantém um modelo de governança e gestão de saúde e segurança consolidado, sistemas de gestão estabelecidos e investimentos anuais para aprimorar a segurança das operações. O foco é evoluir continuamente a cultura de segurança entre os colaboradores e profissionais terceirizados que atuam nas unidades. A mais alta instância é o Comitê de Segurança, liderado de maneira alternada pelos presidentes da Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga. Nos encontros bimestrais do comitê são apresentados e debatidos os indicadores de saúde e segurança do período e compartilhadas boas práticas. Em algumas edições do comitê, especialistas externos também participam. No eixo de saúde, a Companhia oferece programas de acompanhamento psicológico, apoio a gestantes e monitoramento de doenças crônicas, além de organizar anualmente a Semana da Saúde. Em 2023, a Ultrapar também iniciou o mapeamento do perfil de saúde das equipes, com as informações de saúde apuradas junto a cada colaborador, o que ajudará a definir ações mais assertivas nessa frente.

O ano de 2023 marcou a adesão da Ultrapar e dos negócios ao *Center for Chemical Process Safety*. Ao se juntar à esta rede global referência em segurança de processos, a Companhia estará ainda mais próxima das principais discussões e tendências sobre o tema.

Na campanha *Pense, Sinta e Aja*, a **Ultragaz** engajou as equipes na mensagem-chave de que segurança deve ser tratada por todos como um valor e não como uma obrigação. Adicionalmente, houve um investimento de mais de 600 horas em treinamento comportamental para toda a liderança. Outra novidade de 2023 foi a nova jornada da saúde Valoriza+, que funciona como um grande guarda-chuva que abrange todas as iniciativas para promover saúde, bem-estar e qualidade de vida aos colaboradores, como ações de prevenção e controle de doenças crônicas, incentivo à prática regular de atividade física e programas de saúde mental.

Todos os terminais da **Ultracargo** são certificados pela ISO 45001, de saúde e segurança ocupacional, e são alvo de investimentos constantes para manutenção e integridade dos ativos. Nos últimos anos, os terminais da Ultracargo vêm empregando soluções inovadoras com foco em segurança e sustentabilidade, como sensores que detectam antecipadamente o derramamento de substâncias inflamáveis e drones que inspecionam os tanques, eliminando a necessidade de exposição de pessoas a situações de riscos como trabalho em altura. A Ultracargo também aposta na capacitação periódica da equipe para evoluir a cultura de segurança e mantém, desde 2022, o Cuidar Bem, programa que reúne todas as iniciativas e benefícios para promoção da saúde e bem-estar.

A **Ipiranga** lançou suas Diretrizes de Segurança em 2023, documento com todos os seus direcionadores e ferramentas de segurança, além da descrição dos papéis e responsabilidades da liderança e dos colaboradores para assegurar ambientes e operações cada vez mais seguras. Junto com o lançamento oficial das diretrizes, uma série de *workshops* presenciais foi organizada, capacitando toda a liderança. Para os demais colaboradores, foi disponibilizada uma trilha formativa online com 98% dos colaboradores treinados. Os investimentos em tecnologia para aumentar a proteção contra derramamentos de combustível nas bases operacionais e durante o deslocamento dos caminhões das transportadoras parceiras também foram outro destaque. No eixo de saúde, foi estruturado o Programa de Saúde e Qualidade de Vida Ipiranga, que congrega diferentes ações para o cuidado integral dos colaboradores, em três pilares: prevenção de doenças, emocionais e físicas, equilíbrio e bem-estar.

Responsabilidade com a comunidade

O Instituto Ultra coordena a atuação social da **Ultrapar**, trabalhando em conjunto com os negócios. No pilar de educação, o município paulista de Santos foi escolhido para receber, em 2024, a versão piloto de um programa de capacitação de equipes das secretarias municipal e estadual de educação, impactando 17 mil alunos. O Instituto contribuiu também para a aceleração e recomposição da aprendizagem em língua portuguesa e matemática aos alunos das redes públicas no ensino fundamental.

O Instituto Ultra também está à frente do apoio a situações emergenciais. Em 2023, houve doações de alimentos, água, itens de higiene pessoal e GLP às regiões afetadas por eventos climáticos e meteorológicos extremos, como as chuvas no litoral Norte de São Paulo e no Sul do Brasil e a seca na região Norte.

No pilar de voluntariado, foi realizada a segunda edição do Programa de Aceleração Social, que mobiliza os colaboradores da Ultrapar a desenvolver soluções para os desafios de gestão das ONGs participantes. Em 2023, 18 organizações de São Paulo (SP), Campinas (SP) e Rio de Janeiro (RJ) foram atendidas. Por meio da Lei de Incentivo à Cultura, a **Ultrapar, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo** começaram a apoiar o Museu Catavento, de São Paulo (SP), e patrocinaram a exposição que estreou no espaço sobre Santos Dumont.

A **Ultragaz** seguiu executando a iniciativa promovida pela Petrobras na distribuição do vale gás a famílias de baixa renda. Com seu vale gás digital e sua capilaridade, a Ultragaz viabilizou a entrega de botijões de GLP em todo o Brasil e garantiu a rastreabilidade do processo, que alcançou aproximadamente 300 mil famílias. Além disso, a Ultragaz doou botijões de gás a estabelecimentos que prepararam alimentos para as vítimas das fortes chuvas a cozinhas comunitárias que se organizaram para alimentar os desabrigados, ao Fundo Social, para alimentar as empilhadeiras para organização das doações, bem como diretamente às vítimas das enchentes, totalizando mais de 19 toneladas de GLP em benefício às vítimas das enchentes no litoral Norte de São Paulo e no Rio Grande do Sul.

O Programa de Formação Operacional da **Ultracargo** teve três turmas em 2023, em São Luís-Itaquí (MA), Cabo de Santo Agostinho-Suape (PE) e Santos (SP), e passou a priorizar a seleção de mulheres. Em 2023, também foi concluído o apoio ao projeto Diálogos Socioemocionais, realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna em São Luís, que trabalha as competências socioemocionais nos alunos do Ensino Fundamental. Nos dois ciclos do programa (2022 e 2023), foram capacitados quase 100 coordenadores pedagógicos e 20 formadores distribuídos nas especialidades de psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais da rede municipal de ensino, impactando em torno de 12 mil alunos.

A **Ipiranga** ampliou o número de projetos próprios e incentivados para 24 em 2023 versus 15 em 2022. Somados, os programas de qualificação profissional para mulheres e pessoas com deficiência (Operação Mulher, Operação Mulher Motorista e Inclusão Tech) capacitaram cerca de 400 pessoas em 2023. Já o programa Saúde na Estrada, que leva atendimento básico de saúde a caminhoneiros e comunidades vizinhas dos postos Ipiranga Rodo Rede, completou 16 anos e celebrou, no fim de 2023, a marca de 700 mil atendimentos. Apenas em 2023, foram organizados 120 eventos, em cerca de 110 cidades, de 22 estados, totalizando aproximadamente 50 mil atendimentos.

Ao todo, a Ultrapar e os negócios investiram em 2023 R\$ 25 milhões em projetos de responsabilidade social próprios e incentivados e nas ações emergenciais.

As três empresas mantiveram seu apoio ao Programa Na Mão Certa, idealizado pela Chilhood Brasil, e realizaram ações ao longo do ano para conscientizar colaboradores e parceiros de negócio sobre a importância de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

No pilar de geração de renda e empreendedorismo, outra causa social da Companhia, o Programa de Capacitação de Mulheres ofereceu formações em empreendedorismo e empregabilidade a cerca de 3 mil mulheres dos territórios prioritários de Barcarena (PA), São Luís-Itaquí (MA), Candeias-Aratu (BA) e Santos-Cubatão (SP). Realizado em parceria com a Rede Mulher Empreendedora, o programa ainda selecionou 80 participantes para receber mentoria e, em seguida, cerca de 40 participantes contaram com aporte financeiro para escalar seus negócios.

Cadeia de valor

Como parte do Programa de Integridade, antes de iniciar o relacionamento formal com fornecedores, revendedores e franqueados, a **Ultrapar** realiza análises reputacionais dos potenciais parceiros para checar o cumprimento a exigências legais ligadas a direitos humanos e trabalhistas, proteção ambiental, saúde e segurança e ética. Em 2023, foram feitas cerca de 13 mil pesquisas. Adicionalmente, há o compromisso de impulsionar o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor, ampliando o impacto positivo da Companhia ao país e à sociedade brasileira.

Especificamente em relação à agenda ESG, a **Ultragaz** conduziu pesquisas com fornecedores críticos para entender o nível de maturidade e de engajamento dos parceiros nesse tema. Com base nos resultados, a Ultragaz irá conduzir diferentes formas de trabalho, com o objetivo de engajá-los na sua Jornada ESG. Já para os revendedores, foram disponibilizados materiais específicos dos principais tópicos de sustentabilidade na plataforma Meu Aplicativo Parceiro (MAP). Além disso, nos eventos junto a revendedores, eles são novamente apresentados à Jornada ESG Ultragaz e seus principais resultados. Em 2023, a rede de vendas foi responsável pela geração de cerca de 37 mil empregos.

A **Ultracargo**, que atua exclusivamente no mercado B2B e presta serviços a grandes empresas, conduziu uma pesquisa inédita com seus clientes para compreender o nível de maturidade da estratégia de sustentabilidade de cada um, com a intenção de mapear futuras oportunidades de atuação conjunta. Além disso, a aderência de fornecedores recorrentes à política de fornecimento responsável cresceu 52 pontos percentuais, de 23% em 2022 para 75% em 2023.

A **Ipiranga** lançou uma trilha formativa sobre tópicos ESG na plataforma Escola de Varejo, exclusiva para o desenvolvimento de sua rede. Mais de 900 revendedores concluíram a formação até o fim de 2023, que inclui tópicos sobre integridade, práticas anticoncorrenciais, saúde e segurança, proteção ao meio ambiente, diversidade e inclusão, entre outros. A convenção anual de vendas de 2023, promovida pela Ipiranga, registrou mais de 4 mil

participantes, entre revendedores e franqueados, e abordou temas da agenda ESG com convidados externos e os principais executivos da empresa. O Programa Mover, cujo objetivo é aprimorar os níveis de serviço, eficiência e segurança das transportadoras, teve seu segundo ciclo lançado em agosto. Ele incorporou as transportadoras do modal aquaviário e ampliou os indicadores ambientais monitorados (consumo de energia, combustível e água e volume de resíduos gerado). Em setembro de 2023, a Ipiranga concluiu o processo de gestão do legado de postos iniciado em 2022, retirando da rede os postos com baixo potencial. Neste processo, foram depurados também no 3T23 postos cujas práticas comerciais estavam desalinhadas aos princípios de negócio e em desacordo com as obrigações contratuais assumidas.

No ano, os negócios também participaram da avaliação de sustentabilidade da plataforma EcoVadis, cujo desempenho é considerado por clientes no momento de escolher seus fornecedores. A Ultracargo conquistou a medalha de prata, o que a posicionou entre os 25% mais bem avaliados, enquanto a Ultragaz e Ipiranga receberam a medalha de bronze, ficando entre os 50% mais bem avaliados.

Governança e integridade



Ética e transparência são valores perenes da **Ultrapar**, que é reconhecida pela integridade e adesão às melhores práticas de governança. Além de fortes princípios norteadores de negócios, a Companhia possui estrutura dedicada para os temas de riscos, integridade e auditoria que abrange todos os seus negócios.

A Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria tem níveis de reporte de acordo com cada uma de suas competências. A área está vinculada administrativamente ao Diretor Presidente da Ultrapar, sendo responsável pelo gerenciamento integrado de riscos, pela manutenção do Programa de Integridade e pela auditoria interna. A Diretoria reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos na gestão dos riscos corporativos, na consolidação das informações e controles, e na condução do processo geral de auditoria interna.

O Comitê de Auditoria e Riscos tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (iii) das qualificações e independência do auditor independente, (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria) e dos auditores independentes, e (v) da gestão de riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos conta com três membros, todos conselheiros independentes da Companhia.

Desde 2004, a Ultrapar mantém o Comitê de Conduta para aprimorar e monitorar o Programa de Integridade da Companhia. Dentre suas atribuições, destacam-se (i) gerir a aplicação do Código de Ética, de suas diretrizes e das políticas a ele relacionadas, (ii) supervisionar a aplicação e efetividade dos princípios do Código de Ética, (iii) revisar e aprovar o Programa de Integridade e supervisionar sua aplicação, e (iv) recomendar as medidas disciplinares adequadas, relativas aos temas de sua competência, a serem adotadas pelos órgãos da Ultrapar, bem como deliberar sobre a necessidade de informação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou ao Conselho de Administração. O Comitê de Conduta conta com um presidente externo e independente e com um membro independente do Conselho de Administração.

Em 2023, a Ultrapar conduziu o processo de renovação do Conselho de Administração, com a eleição, em abril, de sua nova composição, para um mandato de dois anos. Dos nove integrantes, quatro assumiram pela primeira vez a função (44%), sete são conselheiros independentes (78%) e dois são mulheres (22%). No mesmo mês, ocorreu a atualização da Política Corporativa de Remuneração Executiva, com a inclusão de plano de ações como parte da remuneração dos conselheiros. Conforme estabelecido na política, o *vesting* acontece no fim do mandato e somente após dois anos as ações podem ser negociadas. O plano de ações dos executivos também teve o *vesting* alongado de seis para dez anos (programa de sócios).

Gestão Integrada de Riscos

A estrutura de gestão de riscos coordena a análise integrada de riscos estratégicos da Ultrapar, com interface direta com cada negócio, tornando o processo abrangente e com características setoriais específicas. As discussões ocorrem de forma estruturada e independente em cada negócio, cobrindo temas de riscos internos e externos, avaliando cenários quantificados em termos de impacto e vulnerabilidade, e gerando planos de ação mitigadores.

A Matriz Sistêmica de Riscos é composta por temas que abrangem as principais ameaças às operações dos negócios e estão agrupados em cinco famílias com olhar interdependente e avaliações dinâmicas. A Política Corporativa de Gestão de Riscos foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2021.

Auditorias Interna e Externa

Vinculada à Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, a auditoria interna é responsável por verificar os procedimentos e controles internos dos negócios, identificando oportunidades de melhorias no processo de gestão de riscos que contribuem para as atualizações do mapa de riscos e do Programa de Integridade. A área também executa auditorias financeiras e operacionais internas, segundo planejamento aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, e realiza testes de efetividade dos controles internos como parte do processo de certificação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) exigido para as demonstrações financeiras apresentadas ao mercado norte-americano.

A empresa de auditoria externa é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que considera o entendimento dos controles internos relevantes ao processo de elaboração das demonstrações financeiras e a realização dos procedimentos necessários à emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Integridade

A **Ultrapar** tem um Programa de Integridade orientado pelo Código de Ética, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e é supervisionado pelo Comitê de Conduta.

A área de Integridade da Ultrapar estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais, conflitos de interesses, combate ao assédio, discriminação, entre outros, fortalecendo a cultura de integridade da Companhia. Com foco em evoluir a cultura da organização, os diálogos de integridade se intensificaram, para maior compreensão dos colaboradores sobre os temas. Os treinamentos foram ampliados para os parceiros de negócio e terceiros críticos, fomentando o comportamento ético nas relações comerciais. Estas ações endereçam os pontos de atenção capturados no diagnóstico de cultura de integridade, realizado por uma empresa independente, que avalia a efetividade das ações do Programa de Integridade da Ultrapar.

A **Ultragaz** reforçou as diretrizes de integridade por meio do Contato Ético, que consiste em conteúdos preparados para a liderança utilizar em conversas com as equipes, e intensificou as rodas de conversa com os times operacionais em diversas localidades. O aspecto concorrencial também foi abordado em diferentes formatos com o público interno e com os parceiros revendedores.

A **Ultracargo** fortaleceu a cultura de integridade com a realização de diversas ações ao longo do ano para todos os níveis de cargo e localidades, com destaque para a Semana da Integridade, que abordou aspectos relacionados ao respeito no ambiente de trabalho, além de comunicados e treinamentos de conscientização com exemplos práticos.

A **Ipiranga** intensificou as rodas de conversa com o público operacional e avançou na capacitação dos parceiros de negócio e terceiros críticos com os diversos temas de integridade. Com pauta fixa na convenção anual de vendas, a área de Integridade pôde abordar a importância da cultura ética com os líderes e centenas de revendedores.

Em 2023, foi realizado um novo diagnóstico de cultura de integridade, envolvendo mais de 700 líderes de toda a Companhia. Os resultados mostraram um forte nível de adesão e proatividade sobre os pilares do Programa de Integridade e a Companhia foi classificada no perfil proativo, segundo perfil mais avançado da Matriz Hearts & Minds. O objetivo é evoluir e alcançar o perfil generativo desta Matriz nos próximos anos e as ações planejadas estão alinhadas com os resultados obtidos.

No pilar de terceiros do Programa, destaca-se o processo de pesquisa reputacional, etapa prévia à contratação de fornecedores e parceiros comerciais. Em 2023, foram realizadas cerca de 13 mil pesquisas que avaliaram se os futuros parceiros estão aderentes às premissas de integridade da Ultrapar, minimizando riscos reputacionais.

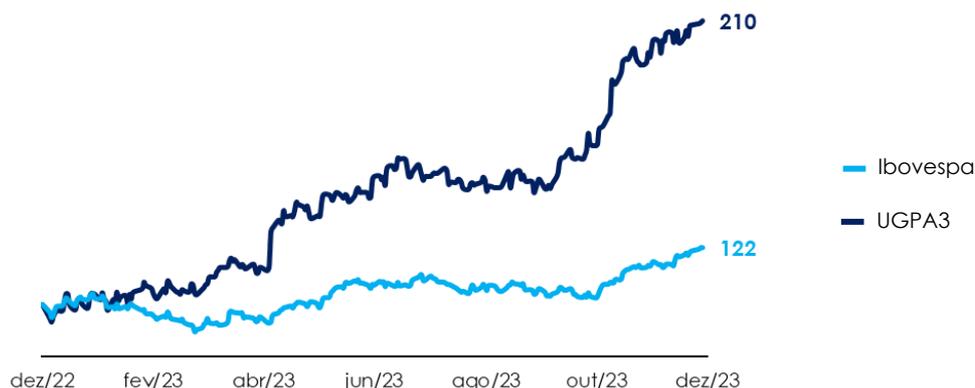
Por fim, o Programa de Integridade disponibiliza o Canal Aberto, um meio seguro para que todo público possa tirar dúvidas ou relatar suspeitas de descumprimento à lei e às políticas da Ultrapar. Gerenciado por uma empresa externa independente, o Canal Aberto está disponível aos colaboradores e *stakeholders* e recebe, no Brasil e no exterior, pedidos de orientação e notificações sobre eventuais desvios ao Código de Ética e às políticas corporativas. Os relatos podem ser feitos de forma anônima e são encaminhados à Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, responsável pela gestão e apuração independente. A Companhia proíbe retaliações aos denunciantes. Em 2023, o canal recebeu aproximadamente 680 relatos.

No que diz respeito à segurança da informação e à privacidade de dados de colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, parceiros de negócios e outros públicos, a Ultrapar segue as diretrizes da Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e da Política de Segurança da Informação.

Mercado de capitais

O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 142 milhões/dia em 2023 (+27% vs 2022). As ações da Ultrapar encerraram 2023 cotadas a R\$ 26,51 na B3, aumento de 110% no ano, enquanto o índice Ibovespa apreciou 22%. Na NYSE, as ações da Ultrapar e o índice Dow Jones apreciaram 124% e 14% no ano, respectivamente. A Ultrapar encerrou 2023 com valor de mercado de R\$ 30 bilhões.

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2023
(Base 100)



Fonte: Broadcast

Dividendos e juros sobre capital próprio

Histórico de dividendos		
Ano fiscal	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)
2023	713	0,65
2022 ¹	506	0,46
2021	404	0,37
2020	480	0,44
2019	479	0,44

¹ Sendo R\$ 450 milhões (R\$ 396 milhões líquidos de IR) de juros sobre capital próprio e R\$ 110 milhões de dividendos

Em 2023, a Ultrapar declarou R\$ 713 milhões de dividendos, que representam um *payout* de 31% sobre o lucro líquido atribuível aos acionistas após reserva legal de 5% e *dividend yield* de 3,7% sobre o preço médio das ações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2023

Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos ¹	2023	2022	Δ (%) 2023 vs 2022
PIB	2,9%	3,0%	-0,1pp
Inflação (IPCA)	4,6%	5,8%	-1,2pp
Taxa Selic acumulada	13,0%	11,7%	1,3pp
Dólar médio (R\$/US\$)	5,00	5,17	-3,3%
Petróleo Brent (US\$/baril)	83	100	-17%

¹ Fonte: Banco Central e Bloomberg; para o PIB de 2023, projeção Focus de 05/01/2024

O ano de 2023 foi marcado pelo cenário de alta inflação e crescimento baixo no mundo, em adição às crescentes tensões geopolíticas, com destaque para os conflitos entre Israel e Hamas, e entre Rússia e Ucrânia. Esses fatores resultaram em políticas monetárias mais restritivas, volatilidade no mercado de capitais e queda na confiança dos consumidores e das empresas na economia global.

No Brasil, apesar do cenário global desafiador, a balança comercial recorde aliada à redução do desemprego, queda na taxa básica de juros e inflação dentro dos limites da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional contribuíram para a melhora do desempenho da economia e para a valorização do Real. O PIB de 2023 deve registrar crescimento próximo a 3%, segundo relatório Focus de 05/01/2024.

O mercado de distribuição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) apresentou crescimento de 5% em relação a 2022, com aumento de 6% no ciclo Otto e 4% no diesel, segundo dados da ANP. O volume do ciclo Otto foi favorecido pelo menor preço dos combustíveis, enquanto o volume do diesel acompanhou o melhor desempenho da economia.

No mercado de GLP, o volume total cresceu 1% em comparação a 2022, conforme dados da ANP, decorrente do aumento de 5% no segmento granel, impulsionado pelo crescimento econômico do país, parcialmente compensado pela queda de 1% no segmento envasado, em função da menor demanda do mercado.

Em 2023, o setor de armazenagem de graneis líquidos em terminais independentes apresentou crescimento de 3% em relação a 2022, de acordo com dados da ABTL, fruto principalmente das movimentações de combustíveis, que cresceram 11%. Apesar da queda das importações de derivados ao longo do ano, a menor participação da Petrobras na movimentação nacional favoreceu o setor de terminais independentes.

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Em maio e agosto de 2021 foram assinados os contratos de venda da Extrafarma e da Oxiteno, respectivamente, conforme Fatos Relevantes divulgados à época. Em 31 de dezembro de 2021, a Ultrapar classificou esses negócios como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas. A Oxiteno teve sua venda concluída em 01 de abril de 2022, e por essa razão deixou de compor as operações descontinuadas e os resultados da Ultrapar a partir do 2T22. Já a Extrafarma teve sua venda concluída em 01 de agosto de 2022, e seu resultado até esta data é demonstrado dentro de operações descontinuadas. **Neste relatório, as informações financeiras de 2022 referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas (pró-forma) da Companhia, isto é, os dados consideram a soma das operações continuadas e descontinuadas, exceto quando indicado de outra forma.**

As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações da Ultragas, Ultracargo, Oxiteno, Ipiranga e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas (pró-forma) da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nessa discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

As informações denominadas EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge* dos *bonds*; EBITDA Ajustado recorrente – ajustado por efeitos não recorrentes; e EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR) estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022.

Ultragas

O volume vendido da Ultragas totalizou 1.738 kton em 2023, crescimento de 2% em relação a 2022, fruto do crescimento de 6% do segmento granel, devido principalmente a maiores vendas para indústrias. O volume vendido para o segmento envasado permaneceu estável.

A receita líquida foi de R\$ 10.671 milhões (-7% vs 2022), em função das reduções de custo de GLP, atenuadas pelo maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 8.485 milhões (-10% vs 2022), devido às reduções de custo de GLP, parcialmente compensadas por maiores gastos com fretes e pelo efeito positivo de R\$ 333 milhões de créditos fiscais extraordinários em 2022.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 925 milhões (+11% vs 2022), reflexo de maiores despesas com pessoal (aumento de quadro físico fruto das aquisições, além de dissídio e remuneração variável, alinhada à progressão de resultados), fretes e maior comissionamento de vendas.

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 13 milhões em 2023, devido à venda de ativos.

A Ultragaz registrou EBITDA recorrente recorde de R\$ 1.648 milhões em 2023 (+41% vs 2022), fruto de iniciativas de aumento de eficiência e produtividade, do maior volume de vendas com melhor mix e do repasse inflacionário, apesar de maiores despesas.

Ultracargo

A capacidade estática média da Ultracargo foi de 1.009 mil m³ em 2023 (+6% vs 2022), devido às adições de (i) 90 mil m³ referentes à 50% de participação na Opla a partir de julho, (ii) 12 mil m³ advindos da aquisição da base de Rondonópolis da Ipiranga a partir de setembro, e (iii) 10 mil m³ de expansão do terminal de Vila do Conde a partir de julho. Já o m³ faturado totalizou 15.707 mil m³ (+16% vs 2022), fruto do início das operações em Opla e da maior movimentação de combustíveis em Santos, Itaquí e Vila do Conde.

A receita líquida foi de R\$ 1.016 milhões (+17% vs 2022), reflexo de vendas *spot*, do maior m³ faturado e de maiores tarifas.

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 356 milhões (+4% vs 2022), devido aos maiores gastos com pessoal (dissídio), seguros e manutenção.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 179 milhões (+22% vs 2022), decorrente de maiores despesas com pessoal (principalmente remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), além de assessorias e consultorias relacionadas a projetos de expansão.

A linha de equivalência patrimonial totalizou R\$ 12 milhões em 2023, resultado principalmente da desmobilização da União Vopak.

A Ultracargo registrou EBITDA recorde de R\$ 631 milhões em 2023 (+24% vs 2022), reflexo da maior ocupação da capacidade com ganhos de rentabilidade, vendas *spot*, maiores tarifas e ganhos de produtividade e eficiência, apesar de maiores despesas.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga totalizou 23.105 mil m³ em 2023, estável quando comparado com 2022, com crescimento de 2% no ciclo Otto e queda de 1% no diesel, influenciada por estratégia de menores vendas no mercado *spot*.

A receita líquida foi de R\$ 114.375 milhões (-13% vs 2022), devido aos repasses das reduções de custos dos combustíveis, reflexo da queda dos preços internacionais. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 107.930 milhões (-15% vs 2022), fruto das reduções de custos dos combustíveis, atenuadas pelo maior registro de créditos fiscais extraordinários em 2022 (R\$ 563 milhões em 2023 e R\$ 638 milhões em 2022).

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 2.814 milhões (+18% vs 2022), em função de maiores despesas com pessoal (remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), marketing e provisões de contingências e para créditos de liquidação duvidosa.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 659 milhões negativos, piora de R\$ 133 milhões em relação a 2022, principalmente em função de maiores gastos com CBios (R\$ 740 milhões em 2023 e R\$ 639 milhões em 2022) e da menor constituição de créditos fiscais extemporâneos (R\$ 20 milhões em 2023 e R\$ 46 milhões em 2022).

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 169 milhões, estável em comparação a 2022.

O EBITDA recorrente da Ipiranga totalizou R\$ 3.603 milhões em 2023 (+68% vs 2022), reflexo da normalização do ambiente comercial, atenuada por maiores despesas.

Ultrapar

ULTRAPAR DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhões de Reais	2023	2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Δ (%) 2023 v 2022
Receita líquida de vendas e serviços	126.049	146.902	143.635	3.268	-14%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(116.730)	(138.761)	(136.276)	(2.485)	-16%
Lucro bruto	9.318	8.141	7.358	782	14%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(2.253)	(2.601)	(2.142)	(459)	-13%
Gerais e administrativas	(2.018)	(1.715)	(1.534)	(181)	18%
Resultado na venda de bens	122	407	169	238	-70%
Outros resultados operacionais, líquidos	(603)	(506)	(515)	8	-19%
Lucro operacional	4.566	3.725	3.337	389	23%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	881	641	610	31	37%
Despesas financeiras	(1.880)	(2.058)	(2.079)	22	-9%
Equivalência patrimonial	12	12	12	(0)	0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.579	2.321	1.880	441	54%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(1.396)	(913)	(638)	(275)	53%
Diferido	335	354	296	58	-5%
Efeito líquido da cessação de depreciação ¹	-	78	-	78	n/a
Lucro líquido	2.518	1.840	1.538	302	37%
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	2.440	1.801	1.499	302	35%
Acionistas não controladores de controladas	78	39	39	-	99%
EBITDA	5.724	4.925	4.366	559	16%
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	607	505	505	-	20%
Resultado de cash flow hedge dos bonds (Oxiteno)	-	48	-	48	n/a
EBITDA Ajustado	6.332	5.478	4.871	607	16%
EBITDA Ajustado das operações continuadas	6.332	4.871	4.871	n/a	30%
Ultragaz	1.648	1.505	1.505	n/a	9%
Ultracargo	631	510	510	n/a	24%
Ipiranga	4.354	3.069	3.069	n/a	42%
Holding, abastece aí e demais empresas	(267)	(216)	(216)	n/a	-24%
Eliminação da venda da base de Rondonópolis	(59)	-	-	n/a	n/a
Ajustes pós-fechamento das vendas da Oxítene e da Extrafarma	24	-	-	n/a	n/a
Eliminações	-	4	4	n/a	n/a
EBITDA Ajustado das operações descontinuadas	-	607	n/a	607	n/a
Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA					
(-) Resultado na venda de bens (Ipiranga)	(169)	(169)	(169)	-	0%
(-) Créditos fiscais extraordinários (Ipiranga)	(563)	(638)	(638)	-	-12%
(-) Créditos e provisões ² (Ipiranga)	(20)	(115)	(115)	-	-83%
(-) Créditos fiscais extraordinários (Ultragaz)	-	(333)	(333)	-	n/a
(+) Eliminação da venda da base de Rondonópolis	59	-	-	-	n/a
(-) Ajustes pós-fechamento das vendas da Oxítene e da Extrafarma	(24)	-	-	-	n/a
(-) Ajustes das operações descontinuadas	-	(236)	-	(236)	n/a
EBITDA Ajustado recorrente	5.615	3.987	3.617	371	41%
EBITDA Ajustado recorrente das operações continuadas	5.615	3.617	3.617	n/a	55%
Ultragaz	1.648	1.172	1.172	n/a	41%
Ultracargo	631	510	510	n/a	24%
Ipiranga	3.603	2.147	2.147	n/a	68%
Holding, abastece aí e demais empresas	(267)	(216)	(216)	n/a	-24%
Eliminações	-	4	4	n/a	n/a
EBITDA Ajustado recorrente das operações descontinuadas	-	371	n/a	371	n/a
Depreciação e amortização ³	1.754	1.693	1.522	171	4%

¹ A partir de 01/01/2022 foi cessada a depreciação e amortização das operações descontinuadas, após reclassificação para o ativo circulante, na linha de ativos classificados como mantidos para venda, conforme item 25 do CPC 31 / IFRS 5

² Inclui, para 2023, R\$ 20 milhões de créditos fiscais extemporâneos em Outros resultados operacionais e, para 2022, R\$ 69 milhões de créditos e provisões em SG&A e R\$ 46 milhões de créditos fiscais extemporâneos em Outros resultados operacionais

³ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade

A Ultrapar registrou receita líquida de R\$ 126.049 milhões (-14% vs 2022), reflexo principalmente do menor faturamento da Ipiranga e da Ultragas, e dos desinvestimentos da Oxiteno e da Extrafarma e subsequentes desconsoidações dos seus resultados em abril e agosto de 2022, respectivamente. O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados foi de R\$ 116.730 milhões (-16% vs 2022), devido às quedas de custos da Ipiranga e da Ultragas e à desconsoidação dos resultados da Oxiteno e da Extrafarma.

O lucro bruto totalizou R\$ 9.318 milhões (+14% vs 2022), principalmente em função do aumento do lucro bruto dos três principais negócios, com destaque para a recomposição das margens da Ipiranga.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 4.271 milhões (-1% vs 2022), fruto da desconsoidação dos resultados da Oxiteno e da Extrafarma, atenuada pelo impacto inflacionário em 2023, além de efeitos específicos em cada um dos negócios.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 603 milhões negativos, piora de R\$ 96 milhões em relação a 2022, decorrente de maiores gastos com CBios e da menor constituição de créditos fiscais extemporâneos, ambos na Ipiranga.

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 122 milhões (-70% vs 2022), fruto principalmente do ganho de capital com a venda da Oxiteno de R\$ 289 milhões em 2022.

O EBITDA recorrente da Ultrapar totalizou R\$ 5.615 milhões (+41% vs 2022), em função do maior EBITDA dos três principais negócios.

O total de custos e despesas com depreciação e amortização¹ foi de R\$ 1.754 milhões (+4% vs 2022), decorrente de maiores investimentos realizados nos últimos doze meses e de maiores amortizações de bonificações na Ipiranga, parcialmente compensados pelos desinvestimentos da Oxiteno e da Extrafarma.

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida de R\$ 999 milhões (-32% vs 2022), reflexo principalmente do menor endividamento e do resultado pontual positivo de R\$ 131 milhões de marcação a mercado dos *hedges* em 2023 comparado ao resultado pontual negativo de R\$ 384 milhões em 2022.

O lucro líquido da Ultrapar totalizou R\$ 2.518 milhões em 2023 (+37% vs 2022), devido principalmente ao maior resultado dos três principais negócios e à menor despesa financeira líquida.

Resultado da Holding, abastece aí e demais empresas

A Ultrapar registrou um resultado negativo de R\$ 267 milhões em 2023 (vs R\$ 216 milhões negativos em 2022), composto de (i) R\$ 209 milhões de EBITDA negativo com a Holding, (ii) R\$ 57 milhões de EBITDA negativo com o abastece aí e (iii) EBITDA zero das demais empresas.

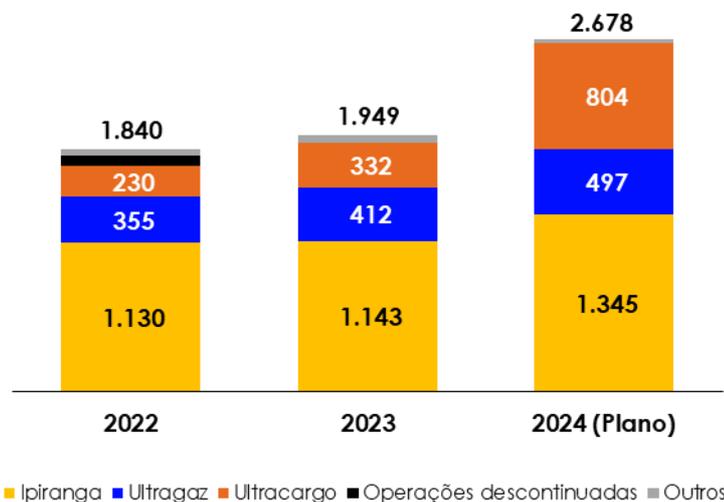
Endividamento

A Ultrapar encerrou o ano de 2023 com dívida líquida total de R\$ 6.121 milhões (1,1x EBITDA Ajustado LTM²) em comparação a R\$ 6.689 milhões em 31 de dezembro de 2022 (1,7x EBITDA Ajustado LTM²). A redução do endividamento líquido se deve principalmente à maior geração operacional de caixa, mesmo com a redução de R\$ 1,6 bilhão do saldo de risco sacado no período. A queda da alavancagem financeira é reflexo do maior EBITDA e da redução da dívida líquida. Cabe destacar que existem recebíveis ainda não incluídos no endividamento líquido da Ultrapar relacionados às vendas (i) da Oxiteno (US\$ 150 milhões a serem recebidos em abril de 2024) e (ii) da Extrafarma (R\$ 183 milhões, corrigidos por CDI + 0,5% a.a. desde agosto de 2022, a serem recebidos em agosto de 2024).

² EBITDA LTM Ajustado não inclui ganho de capital e ajustes de fechamento com as vendas da Oxiteno e Extrafarma, e créditos fiscais extraordinários vinculados à Lei Complementar 192; além disso, não inclui o resultado LTM da Oxiteno e da Extrafarma desde a conclusão das vendas

Investimentos

Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Em 2023, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1,9 bilhão, aumento de 6% em relação ao montante investido em 2022, devido aos maiores investimentos em todos os negócios.

A Ultragas investiu R\$ 412 milhões, direcionados principalmente às instalações em novos clientes no segmento granel, à aquisição e reposição de vasilhames, à manutenção das operações existentes e à tecnologia da informação.

Na Ultracargo foram investidos R\$ 332 milhões, direcionados à aquisição da base de Rondonópolis da Ipiranga, a projetos para maior eficiência, manutenção e segurança operacional dos terminais e ao pagamento da outorga de Vila do Conde.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 1.143 milhões, direcionados à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 411 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível e R\$ 768 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade). Esses valores foram atenuados por R\$ 36 milhões referentes a recebimentos oriundos de financiamentos a clientes, líquidos de liberações.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes para evitar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras.

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que durante o exercício de 2023 contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 2% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF"), totalizando um montante de R\$ 108 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano.

Nossos auditores independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A Deloitte iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2022.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2024.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ênfases ou ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, datado de 28 de fevereiro de 2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal manifesta seu entendimento de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

Flávio Cesar Maia Luz

Élcio Arsenio Mattioli

Marcelo Gonçalves Farinha



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, em especial a Resolução CVM nº 23/2021, o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno (“Regimento”).

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos.

Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários, B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no *Sarbanes-Oxley Act* (“SOX”). O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre revisões de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos estratégicos.

O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders.

Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Periodicamente, os membros do Comitê realizam sua autoavaliação e discutem os resultados e eventuais pontos de melhoria.



Nos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se sete vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes dos auditores externos em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Auditores Independentes

- Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos.
- Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria.
- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes.
- Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes.

Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna.
- Análise da carta de controles internos emitida pelos auditores independentes do último exercício com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados.
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas.
- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes.
- Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da Deloitte para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras.
- Análise e discussão sobre os principais pontos relativos ao formulário 20-F.

Auditoria Interna

- Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna.
- Acompanhamento dos resultados referentes aos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas.
- Acompanhamento de testes de controles internos para fins de certificação SOX.

Gestão Integrada de Riscos

- Análise das atualizações dos riscos da Matriz Sistêmica de Riscos, periodicamente elaboradas pelas áreas de negócios da Companhia e monitoradas pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria.

Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra.
- Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados.



- Acompanhamento das ações do Programa de Integridade da Companhia.

Governança

- Reporte das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos nas reuniões do Conselho de Administração.
- Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê.
- Aprovação do orçamento anual do Comitê.
- Análise de alterações no Formulário de Referência e Relatório de Governança encaminhados à CVM.
- Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- As informações fornecidas pela administração e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores.
- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção.
- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia.

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

José Maurício Pereira Coelho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Marcelo Faria de Lima
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos



Declaração

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:

D70081F0E1804C0...
MARCOS MARINHO LUTZ - Diretor Presidente

DocuSigned by:

78631B573DCA4AD...
RODRIGO DE ALMEIDA PIZZINATTO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DocuSigned by:

92D8EC10E8F049D...
DECIO DE SAMPAIO AMARAL - Diretor

DocuSigned by:

E37B4BC02F7D422...
LEONARDO REMIAO LINDEN - Diretor

DocuSigned by:

51E767EF3911414...
FABIANA BERTELLI COSTA - Diretor